

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Antonio José Aguilera Montalvo

A Imponderável Fronteira -
Do material e o do intangível no patrimônio cultural.

Rio de Janeiro
2011

A283 Aguilera Montalvo, Antonio José.
A imponderável fronteira : do material e o do intangível no patrimônio cultural /
Antonio José Aguilera Montalvo, 2012.
160f. ; 30 cm + Vídeo (25min)

Orientador: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu.
Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). 2.
Patrimônio cultural – Brasil. 3. Patrimônio cultural – Proteção. 4. Memória
- Aspectos sociais.

I. Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro de. II. Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais.
Programa de Pós- Graduação em Memória Social. III.Título.

CDD - 363.690981

À Dada, anjo da guarda, e

À minha netinha Victória

Agradecimentos

Esta tese deveria ter sido terminada há pelo menos dois anos, não fosse uma peça bastante sem graça que a mãe natureza pregou, obrigando-me a estender os prazos, o que foi possível graças à compreensão do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPMS. Essa delonga teve, no entanto, um resultado positivo: a possibilidade de um afastamento temporário do tema, que permitiu a reflexão mais serena e, posteriormente, um trabalho mais disciplinado com a minha orientadora Dra. Regina Abreu.

Agradeço a Regina Abreu pelos sábios ensinamentos conceituais, suas orientações metodológicas, sua generosidade ao me indicar obras e muitas vezes ao emprestar-me seus livros, e, acima de tudo, por seu suporte e pela paciência com que me ouviu e esperou.

Sou grato às minhas professoras Vera Dodebei e Jô Gondar; à primeira, pelo seu jeito de sugerir enfoques em lugar de enunciar verdades, e à segunda, pela sua salutar iconoclastia.

A José Bessa, Márcia Chuva, Mário Chagas e Mariza Velloso, agradeço pelas acertadas orientações que recebi quando da qualificação. Seus comentários e sugestões ajudaram a delimitar melhor o objeto de trabalho e enxugar o texto, permitindo maior aprofundamento sobre os assuntos mais substantivos. Fiquei muito contente e orgulhoso de tê-los como membros da banca final.

Agradeço a minha chefe no IPHAN, Jurema Arnaut, por seu estímulo, suas sugestões, indicações de casos e de documentos e, naturalmente, pela paciência com que me ouviu discorrer às vezes sobre assuntos completamente delirantes. Junto com ela, agradeço a Helena Mendes, sempre solícita na troca de ideias, a Elizabete Peixoto, Adler Homero de Castro, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, Paula Ferguson e Luiz Fernando Franco (i.m.), interlocutores que muito me enriqueceram.

Sou grato a Regina Coeli Silva por ter-me apresentado a Herman Krusse e a Fernanda Heitman, minha colega do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização em Brasília, cujo texto *Povos da Floresta* foi de grande importância na elaboração do parecer favorável ao tombamento da Casa de Chico Mendes e na redação deste trabalho.

A minha gratidão a Fernando Figali Moreira Jr. Ele foi meu colega expedicionário; mostrou-me a cidade de Rio Branco moderna e o interior do Acre. Juntos estivemos em Xapuri, Brasiléia, Seringal Bom Destino e outros lugares, viajando de barco ou no minúsculo carro da repartição do IPHAN. Seus contatos com o Governo do Estado, principalmente com a Fundação Elias Mansur, facilitaram imensamente o acesso à documentação e ao documentário sobre Chico Mendes. Suas respostas, na época do tombamento, sempre foram acertadas e ligeiras. Infelizmente o Acre perdeu-o para Brasília.

No Acre, devo meu reconhecimento à Julia Feitosa, da Fundação Elias Mansur, e aos escritores e jornalistas Antonio Alves e Marcos Vinicius Neves. A breve convivência com eles e, posteriormente, a leitura de seus escritos muito enriqueceram este trabalho.

Não posso deixar de expressar o quanto sou grato a Marcos Carvalho, que mergulhou comigo na realização do filme, apaixonou-se pelo tema e se entranhou na pesquisa como se sempre tivesse trabalhado com patrimônio. Sem ele, o filme não existiria.

Sou grato também aos meus colegas de IPHAN Gláucia Cortes Abreu e Nonato Duque Estrada, pela dedicação e elegância com que fizeram a locução do filme.

Agradeço à Coordenação e à Secretaria do PPMS. Sem a compreensão e bondade da Coordenadoria, o trabalho teria sido inviabilizado.

Especial agradecimento à Biblioteca do IPHAN e ao Arquivo Central do IPHAN. Mais uma vez, obrigado pela paciência.

Na elaboração de um trabalho, existem inúmeras contribuições; às vezes é a indicação de um documento ou um autor ou um comentário que acendem uma luz. Agradeço de coração a todos aqueles que me ajudaram de uma maneira ou de outra. Com certeza esqueci-me de citar nominalmente outras contribuições muito importantes. Peço que perdoem.

Às pessoas queridas que me estimularam e conviveram comigo durante a longa gestação, agradeço com imenso carinho: Maria das Graças, sempre presente; minhas filhas Daniela e Andrea, e minha netinha Victória, que competia comigo pelo computador.

Finalmente, não posso esquecer-me da minha amiga Claudia Storino, que me avisou do processo de seleção do PPGMS.

Resumo

Partindo do pressuposto de que o Patrimônio Cultural constitui um fenômeno social, o projeto visa refletir sobre o próprio conceito de “patrimônio”, as narrativas oficiais da institucionalização do campo desse Patrimônio no Brasil, sinalizando para os diferentes significados, as principais questões e, sobretudo, as consequências que decorrem do atual sistema de classificação patrimonial pautado na delimitação entre uma área material, e outra, imaterial. Utilizando o exemplo concreto de um tombamento, o da Casa de Chico Mendes, procura também mostrar a dificuldade de estabelecer limites entre essas áreas.

Palavras chave: Brasil, Bem cultural, Patrimônio, IPHAN.

Abstract

From the starting point that cultural heritage is a social phenomenon, this project intends to make some considerations on about the heritage concept itself, the official narratives of the institutionalization of this field of study in Brazil . We intend to point towards the different meanings, the main questions and, above all, the consequences that come from the present classification system, based on the strict separation between tangible and intangible heritage fields. Using the specific case of the *tombamento*, the listing of tangible objects as part of the cultural heritage, of the Chico Mendes home, it seeks to demonstrate the difficulty of creating boundaries between those two areas.

Key words: Brazil , cultural goods, cultural heritage, IPHAN

Sumário da Tese

Sumário da Tese	6
INTRODUÇÃO.....	7
Apresentação	7
PARTE I:	22
A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	22
1.1 Por um conceito de patrimônio cultural	22
1.2 A dicotomia “material” – “imaterial”	40
PARTE II.....	58
O INTANGÍVEL MANIFESTO	58
PARTE III	69
A IMPONDERÁVEL FRONTEIRA	69
3.1 O tombamento da Casa de Chico Mendes: preservação do tangível ou do intangível	69
O tombamento	89
O rito do tombamento:.....	91
A linguagem: uso do recurso áudio-visual e busca de uma linguagem poética	111
PARTE IV:	118
O FILME <i>A CASA DE CHICO MENEDES, SUBSÍDIOS PARA O TOMBAMENTO</i> .	118
Considerações finais	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	129

*Demonstramos que a alma está unida ao corpo
pelo fato de que o corpo é objeto da alma;
por consequência, por essa mesma razão,
a ideia da alma deve estar unida com seu objeto,
isto é, com a própria alma,
da mesma maneira que a alma está unida ao corpo.*
Espinosa

INTRODUÇÃO

Apresentação

A declaração de Santo Agostinho a respeito do tempo, em sua obra *Confissões*, parece muito oportuna para começar este trabalho: “O tempo? Eu sei o que é o tempo, mas se alguém me pergunta o que é, não sei mais”. O mesmo paradoxo se faz evidente quando se trata do “patrimônio”, principalmente quando se fala em “patrimônios”, “patrimônio cultural”, “patrimônio histórico”, “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio da humanidade”, “patrimônio material”, “patrimônio imaterial” “patrimônio genético”. Todos parecem saber o que é, mas todos também se atrapalham na hora de expor seu significado. Que entidade misteriosa será essa em torno da qual se agrupam todos esses atributos? Procurar decifrá-la é um dos objetivos desta tese. Além de refletir sobre o conceito de patrimônio, focalizamos um caso concreto de processo de patrimonialização ou tombamento: a casa de Chico Mendes. Fui responsável pela instrução deste processo e elaboração do parecer favorável. Este fato acabou sendo incorporado nesta tese como um estudo de caso onde os conceitos abordados puderam ser tematizados numa situação singular.

No início do desenvolvimento do trabalho, tomou-se como base dois pressupostos que foram adquirindo consistência e se fortalecendo no decorrer da pesquisa e da reflexão subsequente: o primeiro, que o patrimônio cultural preexiste às instituições¹, e o segundo, que a partir do estudo de documentação pouco investigada e de ações por alguma razão esquecidas, é possível propor novas versões para as “histórias” do IPHAN e do patrimônio no Brasil. Este último tomava como fundamento a verificação de que, nos meios acadêmicos, e mesmo dentro dessa instituição quando se trata de recuperar sua memória, relata-se constantemente uma história que poderia ser chamada de

¹ Instituições explícitas (por exemplo: jurídicas) em contraposição às instituições implícitas (por exemplo: de costumes) de acordo com o significado dado por Moles (MOLES, Abraham A. *Teoria dos objetos*)

“oficial”, porque mesmo sem ter sido abonada pelo órgão, por causa da repetição, acabou sendo assumida sem grandes questionamentos.

Por outro lado, pude verificar que os universitários que se iniciavam no estudo do patrimônio cultural tendiam a padronizar as fontes de pesquisa escolhidas. Entre 2003 e 2005, exerci atividade acadêmica no curso de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense - UFF, na qualidade de docente de projeto de restauração, e, de 2003 até a presente data, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Estácio de Sá; ministrei, também, cursos avulsos de teoria e prática da restauração na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, na Casa de Rui Barbosa, na Fundação Oswaldo Cruz e nas Superintendências Regionais do IPHAN. Nessas oportunidades, pude observar que, em trabalhos relacionados ao tema patrimônio cultural ou à atuação do IPHAN, independentemente de qualquer orientação, a bibliografia utilizada era coincidente: o livro “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, editado pela Fundação Nacional Pró-Memória, em Brasília, em 1980; o livro “O patrimônio em Processo”, de Maria Cecília Londres, editado pelo IPHAN, no Rio de Janeiro, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1997 e o livro “A alegoria do patrimônio”, de Françoise Choay, principalmente depois da popularização da tradução dessa obra para o português (São Paulo, Editora da UNESP, 2001).

Neste trabalho, procura-se questionar algumas “verdades” mais ou menos estabelecidas e buscar outras interpretações possíveis para se aproximar de um conceito abrangente de patrimônio e examinar uma parte da história do patrimônio no Brasil.

Trabalhei em diferentes áreas do IPHAN, comprovando, na prática, que a todo momento transitava-se entre duas esferas: a da materialização ou exteriorização que permite a apreensão sensorial do bem cultural², e a simbólica, que sustenta essa manifestação. Trata-se de uma questão que parece ser evidente, mas que por razões operativas acabou se tornando problemática, exigindo, portanto, um estudo cuidadoso e muita cautela ao emitirmos nossas proposições. Esse aspecto está sendo abordado por se ter criado, a meu ver, uma polarização entre segmentos direta ou indiretamente ligados ao estudo e à preservação do patrimônio cultural, e, principalmente, pela dificuldade de

² O cantor, o dançarino, o instrumento, a partitura, o alimento tradicional, as palavras e aquele que as profere, a pintura, o edifício, os modos de agir, sentir, amar etc., expressos por seres humanos que fazem parte do mundo da vida.

estabelecer limites entre os dois planos acima referidos. Ocorre que há, em alguns discursos sobre o patrimônio, uma dicotomização entre “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, como se eles fossem provenientes de duas substâncias diferentes, havendo, portanto, dois “patrimônios”. Pior ainda: aventa-se a possibilidade de se estabelecer uma comparação valorativa entre eles.

Embora a existência dessa dicotomia seja negada, a constante repetição de versões acaba por promovê-la. Essa atitude acaba encobrendo, na realidade, o aspecto unificador de uma “co-originalidade”, cujo reconhecimento poderia ser estímulo fecundo para a compreensão do patrimônio cultural e para a prática da preservação. Ao estudar a atuação do IPHAN, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural a nível nacional, repete-se constantemente a versão de que a instituição pôs-se a serviço da salvaguarda do “patrimônio material”, em detrimento do “patrimônio imaterial”.

Anos atrás, ao elaborar a dissertação de mestrado cujo tema era a Teoria da Restauração e, particularmente, a teoria de Cesare Brandi, a proximidade do tangível e do intangível tornou-se evidente de maneira impositiva pelos problemas do vínculo entre a imagem e seu suporte, e entre a obra completa e aquilo que ela representa, não no sentido figurativo, mas no simbólico. Parafraseando Bergson, poder-se-ia dizer que se tratava da revelação das “relações entre a matéria e o espírito”.

De acordo com essa teoria, podemos atuar somente no suporte da obra. “Só se restaura a matéria da obra de arte”, diz o autor, mas matéria e imagem são “consustanciais”, como ele mesmo faz questão de explicitar. Daí deriva-se uma disciplina rigorosa que estabelece limites e possibilidades. Deveremos ser absolutamente cautelosos naquela parte da matéria que influi mais diretamente na imagem, mas, podemos intervir, com as devidas precauções, na matéria enquanto estrutura. Mesmo assim, isso é possível somente quando a imagem possui ainda o que o autor chama de “unidade potencial”, ou seja, uma significativa capacidade semântica dos fragmentos remanescentes que permita recuperar a ordem que está em risco de se perder “sem cometer um falso histórico ou artístico”. A restauração está, com efeito, se ocupando, por um lado, do suporte material, a coisa concreta, sólida, e, por outro, da imagem, que recebida sensorialmente pertence ao mundo de cada um daqueles que a percebem. Estamos ao mesmo tempo agindo no domínio do tangível e do intangível. Para nos aproximarmos da obra e indagar sua unidade potencial, deveremos agir pelo método fenomenológico, de tal maneira que nossos sentimentos ou nosso conhecimento anterior não contaminem sua

irrupção na nossa consciência, no “agora” que vai nortear a restauração. Estamos trabalhando com um objeto material, contudo o que nos obriga à submissão a essa severa disciplina não é a materialidade da obra, mas seu valor simbólico, algo que queremos preservar, que está entranhado na matéria, mas de alguma maneira é diferente, ou situa-se em outro estrato do nosso mundo. Podemos chamá-lo de “aura”, podemos chamá-lo de autenticidade, e mais uma vez estamos ao mesmo tempo nos ocupando do tangível e do intangível.

x

Um assunto que será abordado é o de que muitos estudos realizados sobre o patrimônio cultural e, especificamente, sobre a atuação do IPHAN, deram mais atenção a aspectos mais visíveis das ações de preservação do hoje chamado patrimônio material, como se essa tivesse sido a única atividade da instituição (processos de tombamento, obras de conservação e restauração etc.). A investigação bibliográfica mostrou que esse não era um fenômeno exclusivo do IPHAN, e que, com seus respectivos matizes³, acontecia em outros lugares e com outras instituições.

Não deixaremos de fazer menção a uma forma de uso das expressões “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, que favorece a crença de que existem dois patrimônios de alguma maneira incompatíveis. A maneira como são utilizadas, em documentos oficiais ou não, em publicações ou comunicações, faz com que elas sejam consideradas definidoras de categorias claramente identificáveis, naturalizando, dessa maneira, conceitos que ainda estão em processo de construção. Assim, declarações aparentemente constataivas acabam tendo, na realidade, uma função performativa.⁴ Neste trabalho, estão sendo utilizadas as designações “bens de natureza tangível” e “bens de natureza intangível” para qualificar coisas que, em diferentes épocas, foram depositárias do afeto coletivo, e cuja “consistência” também será objeto de discussão, tendo em vista a impossibilidade de se definir, de maneira precisa, os limites de sua materialidade ou imaterialidade. Serão empregadas também as expressões “o que agora se chama de patrimônio material” e “o que agora se chama de patrimônio imaterial”.

³ MARTINEZ YAÑES, Celia. *El Patrimonio Cultural: los nuevos valores, tipos, finalidades y formas de Organización*. Universidade de Granada, 2006, Tese de doutorado.

⁴ AUSTIN, J. A. in SILVA, Tomas Tadeu da. *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000.

O título deste trabalho, *A IMPONDERÁVEL FRONTEIRA. Do material e do intangível no patrimônio cultural*, pretende traduzir a impossibilidade de se determinar aquilo que se poderia chamar de *consistência física* do patrimônio cultural. A contração “do” indica que se falará “a respeito de” (o material, o intangível), sem a pretensão de se dominar o assunto, como o uso do artigo definido “o” poderia sugerir.

O campo delimitado por esse título oferece a possibilidade de aprofundar a reflexão sobre os conceitos de patrimônio cultural e bem cultural, procurando uma fundamentação teórica que favoreça sua compreensão. Abre espaço também para debater a aporia, se é que existe, entre os assim chamados patrimônio material e patrimônio imaterial.

Durante vários anos, trabalhei diretamente ligado à restauração dos bens chamados de “pedra e cal”, aos quais farei referência posteriormente. Meu interesse, no entanto, ia além das questões técnicas - o “como” se restaura - e concentrava-se na necessidade de compreender “o que” se restaura e “por que” se restaura. Ocupei-me, também, com projetos de promoção do patrimônio cultural e com a instrução de processos de tombamento, ações que lidam aparentemente de uma maneira mais direta com o universo simbólico desse patrimônio. Nessas condições, cumpre-me reconhecer que o fato de ter atuado como técnico do IPHAN durante muitos anos e em diferentes áreas me coloca em uma situação de algum modo conflituosa: se bem é verdade que um dos objetos de estudo se dá a conhecer de uma maneira privilegiada, será necessário fazer um esforço constante para se distanciar metodologicamente da condição de “técnico” e assumir a posição crítica do estudioso. Por outro lado, embora tenha realizado todos os meus estudos acadêmicos no Brasil e tenha vivido dois terços da minha vida neste país, não nasci aqui, cheguei já adulto e tenho, portanto, um saldo de estrangeiro. Sinto-me confortável, todavia, ao falar sobre “nossas instituições”, “nossa legislação”, “nossa cultura”, mas, talvez esse saldo de estrangeiro me seja útil para alcançar o afastamento necessário. Alguma familiaridade com a fenomenologia adquirida na elaboração da dissertação de mestrado será também proveitosa nesse sentido.

Acredito que o resultado final das dúvidas, questionamentos e proposições apresentados nesta tese irão contribuir para o melhor conhecimento e preservação do patrimônio cultural brasileiro, e serão de igual interesse para os profissionais ligados às instituições de tutela, para o público acadêmico e para todos aqueles que de alguma maneira se interessam pelo assunto. Acredito também que algumas provocações introduzidas no

texto servirão para fomentar a discussão teórica e ao mesmo tempo desanuviar a arena do patrimônio.

x

Recentemente, foi publicado o livro *Antropologia e Patrimônio Cultural, Diálogos e Desafios Contemporâneos*, organizado por Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert e Jane Felipe Beltrão, resultado de um seminário realizado na cidade de Goiás, de 15 a 16 de julho de 2006, que congregou especialistas brasileiros e estrangeiros. Nesta obra, no artigo *Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil*, Regina Abreu, antropóloga e militante na área do patrimônio, faz um inventário pormenorizado do envolvimento dos antropólogos com o Patrimônio Cultural, citando os principais autores, as suas origens teóricas, sua produção e as atividades que exerceram no campo da conceituação e preservação do patrimônio no Brasil.

“...o patrimônio tornou-se objeto de reflexão sistemática dos antropólogos nos últimos anos, quando alguns pesquisadores decidiram incluir o tema em suas teses de doutorado. Antonio Augusto Arantes Neto, orientado por Edmund Leach, defendeu em 1978, na Universidade de Cambridge/King’s College, Inglaterra, a tese *Sociological aspects of folhetos literature in Northeast Brazil*, e, mais tarde, em 1984, publicou o livro *Produzindo o passado*. No ano de 1984, registra-se a tese de doutorado do José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), intitulada *Rediscoveries of Brazil: Nation and Cultural Heritage as Narratives*, defendida na Universidade da Virginia (EUA), orientada por RICHARD Handler e transformada no livro *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996). Esses dois trabalhos podem ser considerados marcos de uma reflexão antropológica no Brasil. Um tema antes tratado por arquitetos e historiadores passava a ser focalizado sob o viés da Antropologia...”

“...Na década de 90, duas pesquisas são especialmente relevantes: a primeira de autoria de Silvana Rufino (Unicamp), intitulada *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968*, apresentada como dissertação de mestrado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em janeiro de 1991; a segunda produzida

por Mariza Velloso M. Santos, *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920 – 1970)*, orientada por Roberto Cardoso de Oliveira e apresentada como tese de doutorado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 1992.

O comprometimento dos antropólogos com o patrimônio cultural, não mais apenas como estudiosos de um fenômeno social, mas até como profissionais engajados na sua preservação, trouxe, entre outras contribuições, a de promover uma abordagem teórica, estimulando o afastamento do discurso centrado em aspectos práticos, legais, administrativos, que parece ter sido a tônica de muitos estudos até então realizados. É precisamente um antropólogo, José Reginaldo dos Santos Gonçalves, quem faz o seguinte diagnóstico:

“A maior parte da bibliografia produzida no Brasil sobre patrimônio cultural tem se restringido a estudos sobre aspectos técnicos e aspectos jurídicos em torno da preservação de bens culturais. Esses estudos são norteados por uma atitude pragmática de intervenção nessa área de política cultural”⁵

Na qualidade de “técnico” do IPHAN, sempre acompanhei com desconfiança manifestações supostamente teóricas que, no meu modo de entender, não iam além da avaliação da gestão dos órgãos de preservação. Essa desconfiança virou uma constante inquietação e foi se tornando um imperativo: era necessário esforçar-se por conceituar o patrimônio cultural fugindo da crítica do âmbito institucional e legal e procurando suporte nas ciências sociais, na filosofia e outras disciplinas capazes de fornecer subsídios ⁶.

Partimos da premissa bastante óbvia de que não é a noção de patrimônio que dá existência ao patrimônio, mas que é a existência de um fenômeno social que permite a geração do conceito e das diversas formas de explicação de uso ou de entendimento. Utilizando a distinção proposta por Moles, entre instituições implícitas e instituições explícitas (nota 1), vamos sugerir a existência de duas espécies de patrimônio: um “implícito” e um “explícito”. O primeiro seria o conjunto de referências simbólicas e manifestações concretas que fazem parte da vida dos grupos sociais, fruídas e mantidas

⁵ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil*. In Instituto do Patrimônio Cultural, *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. IBPC, Brasília, 1991,

⁶ Este assunto será tratado na Parte I.

pela comunidade, independentemente de serem objeto de conceituação, reconhecimento formal, ou tutela por parte do poder público. O segundo, o “patrimônio explícito” seria o patrimônio institucionalizado, objeto de inventários, de proteção oficial e de uso político. Essa distinção vai nos ser útil como instrumento para facilitar a compreensão de determinados textos.

Por sua vez, as instituições, de maneira geral, definem o patrimônio cultural valendo-se da enumeração de seus componentes. A Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da UNESCO, reunida em Paris, de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, adotou a seguinte Definição de Patrimônio Cultural e Natural:

ARTIGO 1

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:

“Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

ARTIGO 2

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio natural”:

- *Os monumentos naturais* constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

- *As formações geológicas e fisiográficas*, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,

- *Os sítios naturais ou as áreas naturais* estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Sabemos que toda relação, por minuciosa que seja, sempre deixará de fora algo importante. Por outro lado, cabe questionar se a separação entre patrimônio cultural e

patrimônio natural agrega valor conceitual para as ações institucionais ou se questões de caráter administrativo estão se superpondo a questões filosóficas.

A dificuldade de apresentar um conceito compreensivo de patrimônio é perceptível nas várias definições dadas pelas instituições ou pelos especialistas e estudiosos: escreve Chastel, no início do clássico *La notion de patrimoine*:

“da maneira como se entende agora na linguagem oficial e no emprego comum, é uma noção completamente recente que cobre de maneira necessariamente vaga todos os bens, todos os “tesouros” do passado”⁷.

O autor parece se referir tanto ao patrimônio implícito quanto ao explícito.

Já Cecília Londres não deixa dúvida na referência ao patrimônio explícito ao utilizar aspas quando declara:

“A constituição dos chamados 'patrimônios culturais' se inicia com a seleção de determinados bens - com base em critérios que variam no tempo e no espaço – que consideramos merecedores de tratamento especial devido a seu valor de testemunho. Por esse motivo cabe ao estado, em parceria com a sociedade, assumir a responsabilidade de protegê-los do desgaste inevitável da ação do tempo e dos efeitos destrutivos da ação humana, seja esta intencional ou não”⁸.

Parece-nos que esta referência reduz a abrangência do conceito patrimônio, assunto este que está sendo tratado nesta tese. Se essa seleção está fundamentada no valor de testemunho ou, dito de outra maneira, no valor de “documento” desses bens, estaríamos deixando de lado, por exemplo, o transbordamento afetivo que acontece numa roda de candomblé, a devoção com que são tratados os paramentos, altares, estandartes e outros objetos que fazem parte das festas do Divino Espírito Santo ou das procissões da Semana Santa, o deslumbramento que sentimos ao contemplar uma cidade, um monumento, uma de obra de arte. Se precisamente a relação afetiva da sociedade com determinados bens faz com que eles se tornem especiais e dignos de proteção; essa relação não fará também parte do patrimônio cultural? Será o patrimônio, mesmo o institucionalizado, um mero conjunto de documentos?

⁷ BABELON, J-P, CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris, Ed. Liana Levi, 1994.

⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada*. In IPHAN. *Cadernos de estudo do PEP. Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2007- Vassouras*. Rio de Janeiro, Copedoc, 2007.

A importância do debate a respeito desses problemas é uma das justificativas deste trabalho.

X

A história da instituição IPHAN tem sido contada, com muita frequência, a partir da análise das obras e dos recursos que foram alocados para preservação de edifícios históricos⁹. Esse enfoque parcial acaba encobrindo fatos relevantes como, por exemplo, a assumida opção estratégica pela preservação de suportes materiais de determinadas estruturas de valores em risco de desaparecimento, não por causa de sua materialidade¹⁰, e sim pelo fato de que nela se tornam presentes e se afirmam esses valores. Pouco se estuda sobre a preocupação do IPHAN na preservação e valorização daquilo que agora se chama patrimônio imaterial. Dessa maneira, criaram-se verdades que corroboram uma história constantemente repetida pelos próprios técnicos do IPHAN, por estudantes e pesquisadores e, inclusive, por intelectuais de reconhecida competência. Um trecho de um artigo da revista *Ciência e Cultura*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, serve como exemplo desta observação. O artigo, de grande consistência no assunto principal que trata das implicações do registro de bens imateriais entre as tribos indígenas, começa com a seguinte declaração:

“Uma nova política de reconhecimento dos chamados "bens culturais de caráter imaterial" foi instituída pelo governo brasileiro com o Decreto 3551/2000. A partir dessa lei, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão do Ministério da Cultura, ficou responsável pela implementação de um sistema de registro e salvaguarda de um novo conjunto de bens culturais. **Se até então, o órgão cuidava da conservação do patrimônio edificado**, era agora o caso de passar a se haver com as categorias pelas quais o decreto definiu o patrimônio imaterial: a. celebrações; b. formas de expressão; c. saberes; e, d. lugares”¹¹ (grifamos).

Trata-se possivelmente de uma simplificação destinada a apresentar rapidamente o tema antes de passar ao assunto principal. De qualquer maneira, a repetição de afirmativas

⁹ A maior fragilidade dos bens tangíveis será discutida com maior profundidade na PARTE I “Por um conceito de patrimônio”. (Luis Saia, Revista do IPHAN No 17) (Chastel anexo 10)

¹⁰ CASTRO, Adler Homero de. *Patrimônio imaterial: problema mal-posto*. Revista Diálogos ano10, n. 3. p. 97-116. Rio de Janeiro, mai. 2006.

CHAGAS, Mário. *O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual*. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

¹¹ ANDRELLO, Geraldo. FERREIRA Pedro P. *Conhecimento Tradicional Como Patrimônio Imaterial: Mito e Política Entre os Povos Indígenas do Rio Negro*. *Ciência e Cultura*. vol.60 no.1 São Paulo 2008.

como essa pode levar a interpretações distorcidas ou incompletas da trajetória do IPHAN.

Um fato que será mencionado em nosso trabalho ilustra, de maneira eloqüente, o interesse institucional pelo aspecto intangível do patrimônio cultural. Trata-se da contratação do arqueólogo e pesquisador alemão Hermann Krusse, enviado para refazer a malfadada expedição do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha. Este religioso comandou, em 1840, uma viagem de exploração patrocinada pelo IHGB e por D. Pedro II, para procurar vestígios de uma civilização remota na lendária Cidade Perdida da Bahia. Cem anos depois, em 1940, o IPHAN empreendeu a mesma tarefa, desta vez não para procurar as minas de prata do bandeirante Muribeca e a cidade perdida, mas, as origens do mito. O mesmo Krusse realizou para o IPHAN diversas pesquisas relacionadas com arte primitiva sertaneja, bordados, técnicas de pesca, arte rupestre, carrancas, entre outras. Foram contratados também fotógrafos alemães e franceses para registrar expressões culturais como as atividades dos tropeiros, as procissões de Congonhas e outras manifestações semelhantes.

Dessa maneira, quando, em agosto de 2000, é promulgado o Decreto No 3.551, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, não está se criando ou descobrindo esse patrimônio. O que se está procurando é uma ferramenta de ação institucional para identificação e valoração do mesmo, à semelhança do estatuto do tombamento com relação ao chamado patrimônio material. Mais uma vez cabe lembrar que, apesar do poder discriminatório da ação institucional, o patrimônio cultural existe independentemente dela. Não seria impróprio dizer que o decreto estava tornando “patrimônio explícito” ao “patrimônio implícito”.

No exame de um total de 23 volumes da Revista do IPHAN, de 1937 a 1990, foi possível comprovar a existência de uma diversidade de artigos cujo conteúdo se refere diretamente ao que agora se chama de patrimônio imaterial ou intangível. No primeiro número, Heloisa Alberto Torres assina um texto sobre a proteção da documentação arqueológica e etnográfica no Brasil. No mesmo número, há outro artigo sobre as relações da natureza com o patrimônio cultural, e outro sobre um diário inédito da viagem de Louis Vauthier ao Brasil. No segundo número, uma “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão”; no terceiro, um sobre a cerâmica de Santarém; no quarto, um sobre as festas em São Francisco de Borja, um dos Sete Povos das Missões, e um artigo que se tornou um clássico: Valor artístico e valor histórico:

importante problema da história da arte, de Hannah Levy. Nos outros volumes, aparecem, enfim, estudos sobre vestuário, decoração das malocas indígenas, arqueologia amazônica, congregações religiosas, fotografia, ourivesaria, música, ecologia, artesanato, cinema, televisão, antropologia, mitologia indígena, carnaval, candomblé, linguística e muitos outros.¹² Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN e foram criadas quatro representações regionais. A esses dez primeiros anos de existência da Instituição, de 1937 a 1946, chamarei, arbitrariamente, de “primórdios do IPHAN”.

O fator fundamental que dá razão a este estudo é o esforço de demonstrar que a consubstancialidade ou co-originalidade do “patrimônio material” e do “patrimônio imaterial” não está em contradição com os pontos de vista dos técnicos que militam nas diferentes áreas do patrimônio. A percepção de se trabalhar com um objeto comum só pode trazer benefícios para o conhecimento e proteção do patrimônio cultural.

O estudo do parecer favorável ao tombamento da Casa de Chico Mendes, um objeto material extremamente frágil e singelo, permitiu aprofundar esse assunto.

Cumprir lembrar que a abordagem, no trabalho todo, será sempre interpretativa e seus resultados, portanto, sujeitos a reinterpretação.

x

A tentativa de definição do patrimônio, somente a partir dos objetos e das coleções, acaba restringindo o enfoque do problema à qualidade de documento que os bens culturais possuem. Por outro lado, enfatiza-se a institucionalização desse patrimônio como se ele fosse criado pelas instituições, desprezando-se sua preexistência. Perguntamo-nos, neste trabalho: se não houvesse instituições de proteção, haveria patrimônio? Sugerimos o uso das expressões patrimônio explícito e patrimônio implícito para salientar a enorme diferença existente. Vamos experimentar uma abordagem diferente para tentar conceituar o fenômeno patrimônio como decorrente de necessidades.

¹² BRASIL, IPHAN. *Revista do IPHAN*. Nos. 1 a 23, 1937 – 1990.

Pretendemos propor um conceito amplo e abrangente que permita examinar a questão dos chamados patrimônio material e imaterial, procurando evidenciar a insustentabilidade de sua utilização como termos de uma dicotomia.

Mediante a análise de um caso concreto - o tombamento da Casa de Chico Mendes -, tentaremos evidenciar a consubstancialidade do "patrimônio material" e do "patrimônio imaterial".

x

Como referências, utilizamos as obras de Jacques Le Goff e Kristof Pomian, principalmente para abordar o tema da memória como fonte original do patrimônio; de Benedict Anderson, para tratar da noção de pertencimento e formação das comunidades; de François Hartog, para tempo e patrimônio; de Clifford Geertz, para a abordagem da noção de cultura. Os trabalhos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault foram muito úteis na compreensão do patrimônio como campo de disputas. Fizemos uso de algumas contribuições da economia e da filosofia tais como o conceito de “bem”, de Carl Menger; o *lebenswelt*, de Edmund Husserl; “coisa”, “utensílio” e “obra”, de Martin Heidegger. O livro *Matéria e Memória*, de Bergson, esteve sempre presente, mesmo quando não citado explicitamente, pois seu esquema de representação da memória, sua interpretação da memória como *duração*, e o conceito de espacialidade nos ajudaram a organizar nossa argumentação. Foram muito proveitosas as leituras dos autores atuais e bastante próximos como José Reginaldo dos Santos Gonçalves, Regina Abreu, Jo Gondar, Vera Dodebei, Mário Chagas, Mariza Veloso e Márcia Chuva. Com a compreensão de que existe uma grande afinidade entre os conceitos de bem cultural e obra de arte, nos valem de algumas concepções tomadas por empréstimo à Estética e à Filosofia: Mikel Dufrenne e Ernst Fischer, para tratar do sentido mágico e da fruição da obra; e Cesare Brandi, cuja Teoria da Restauração forneceu valiosos subsídios para nossa reflexão. Autores pioneiros como Maurice Halbwachs e Sigmund Freud compartilham espaço com outros mais recentes como, Pierre Nora, Eric Hobsbawn, Andréas Huyssen, Jean-Pierre Babelon e André Chastel. Em função de sua produção bastante fecunda relacionada com o objeto desta tese, estaremos dialogando com frequência com Cecília Londres. No aspecto metodológico, foi de grande auxílio o artigo de Regina Abreu, *Chicletes eu misturo com bananas?*, que trata da relação entre teoria e pesquisa em memória social.

Utilizamos, como fontes, documentação e publicações do IPHAN, documentos internos tais como anotações, correspondência, relatórios, pareceres. Utilizamos também publicações de outras instituições, assim como jornais, revistas e publicações na internet.

A referência à contratação de Herman Krusse, para refazer a desventurada expedição à procura dos vestígios da Cidade Perdida da Bahia, e o tombamento da Casa de Chico Mendes têm, entre si, uma distância temporal de quase setenta anos, o que os torna particularmente interessantes: ambos têm a ver com a preservação do “patrimônio intangível”, como tentamos demonstrar.

O fato de termos trabalhado diretamente na instrução do processo de tombamento da Casa de Chico Mendes e na elaboração do parecer favorável ao tombamento nos permitiu explicitar a longa reflexão que alicerçou esses trabalhos.

A tese foi dividida em uma introdução e três partes cujo conteúdo apresentamos resumidamente.

A primeira parte, **A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO**, está composta das seguintes unidades:

1.1 Por um conceito de patrimônio, onde tentamos encontrar uma definição ampla de patrimônio “a partir dos fenômenos gerais e não de definições jurídicas”¹³, tomando como empréstimo as proposições feitas pelos economistas de que os bens aparecem quando existem as necessidades¹⁴. A definição de bem cultural nos dará, por derivação, a definição de patrimônio cultural

Na unidade 1.2, *A dicotomia “material” – “imaterial”*, procuramos organizar alguns conceitos referentes ao patrimônio cultural e os suportes mediante os quais ele se manifesta e, mediante pesquisa bibliográfica, mostrar como se foi criando no Brasil um distanciamento entre grupos de técnicos que se ocupam das diferentes áreas da preservação do patrimônio cultural, em torno da divisão material – imaterial. Será feita referência, também, a especialistas e autores regularmente identificados com o “patrimônio material”, mostrando que tinham como fundamento o imaterial.

¹³ BABELON, Jean-Pierre, CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris, Editions Liana Levi, 2004.

Ao escrever “fenômenos gerais”, os autores fazem referência ao comportamento humano ao longo da história, à relação com os mortos e às atitudes e regras referentes às coisas consideradas como merecedoras de escapar às fatalidades naturais.

¹⁴ MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, 2007. P 52.

Integram a segunda parte, **O INTANGÍVEL MANIFESTO**, os seguintes itens:

2.1 O intangível nos primórdios do IPHAN. Nesta seção, analisamos o conteúdo dos dez primeiros números da Revista do IPHAN, apontando a diversidade e importância dos artigos que tratam do que agora se chama Patrimônio Imaterial

Na segunda, *2.2 Exploradores, fotógrafos e outros registradores do intangível*, utilizamos a história de Herman Krusse, contratado para refazer a expedição à cidade perdida da Bahia, para patentear o interesse do IPHAN pelo intangível. Trazemos à tona também as contratações de fotógrafos para registrar celebrações e fazeres, assim como a produção etnográfica de técnicos que não necessariamente pertenciam à área das Ciências Sociais.

Na terceira parte, **A IMPODERÁVEL FRONTEIRA**, na seção *3.1 O tombamento da Casa de Chico Mendes: preservação do tangível ou do intangível*, analisamos o tombamento de uma modesta casa, da qual existem muitas semelhantes, indagando se esse ato espelha a intenção de preservação de um bem material, ou se a persistência do objeto não significa, acima de tudo, a preservação de um laço ou vínculo de solidariedade entre grupos os mais diversos em torno das ideias e da atuação de um personagem, da estrutura de afetos e valores cujo mérito ultrapassa os limites do Brasil.

Na última parte, **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, faremos um resumo dos argumentos apresentados e das conclusões a que chegamos ao longo do trabalho, apontando inicialmente a possibilidade de uma aproximação ao conceito de patrimônio fugindo dos caminhos habituais. Chamaremos a atenção para alguns fatos que foram deixados de lado ao escrever a história do IPHAN e, principalmente, mostraremos a necessidade de estudar o fenômeno patrimônio de uma maneira mais compreensiva, percebendo-o como um todo articulado que contém aspirações, afetos e valores que são produto de necessidades, desejos, enfrentamentos e lutas de poder, e não simplesmente como um somatório de bens.

PARTE I:

A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 Por um conceito de patrimônio cultural

Referimo-nos anteriormente à constatação feita por Gonçalves¹⁵ de que grande parte do que se escreveu no Brasil com relação a patrimônio limitava-se ao lado técnico ou jurídico da ação institucional; Luiz de Castro Faria se manifesta de modo semelhante:

“Por fim, uma questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção é a ausência de problematização sobre o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional. Em todos os documentos por mim compulsados sobre o tema, não há nenhum esforço, em termos de discurso, para caracterizar o que seja esse ‘patrimônio’.”¹⁶

A palavra patrimônio, diz Mario Chagas, "tem, ainda hoje, a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos como cultura, memória, imaginário. Frequentemente aqueles que desejam alguma precisão se veem forçados a definir e redefinir o termo"¹⁷. É por essa trilha que vamos nos embrenhar.

A noção de patrimônio cultural está intimamente ligada à ideia de coletividade, que implica em interesses comuns, em uma espécie de afetividade compartilhada. Neste sentido, poderíamos afirmar que o fenômeno é tão antigo quanto a sociedade; sempre terão existido elementos materiais ou imateriais cuja valorização e usufruto comuns teriam o papel de dar coesão a um determinado grupo e cujo efeito seria o de “demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro' ”.¹⁸ Neste sentido, apontam Babelon e Chastel, nos chamando a atenção para um fato aparentemente óbvio, mas com muita frequência esquecido: devemos buscar a origem do “patrimônio explícito” no “patrimônio implícito”:¹⁹

¹⁵ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil*. In Instituto do Patrimônio Cultural, *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. IBPC, Brasília 1991.

¹⁶ FARIA, Luiz de Castro. *Nacionalismo, nacionalismos - dualidade e polimorfia*. In CHUVA, Márcia, et alii (org.) *A Invenção do Patrimônio*. IPHAN, Rio de Janeiro, 1995.

¹⁷ CHAGAS, Mario. *Casas e portas da memória e do patrimônio*. In GONDAR, Jô, DODEBEI, Vera. *O que é memória social*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria Ltda., 2005.

¹⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como categoria de pensamento*. In ABREU, Regina e CHAGAS Mario, *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

¹⁹ BABELON/CHASTEL. Op. Cit. p. 11-12.

“Em toda sociedade, desde a pré-história, como indica o belo estudo de André Leroi-Gourhan, o sentido do sagrado intervém instando a tratar certos objetos, certos bens materiais, como escapando à lei da utilidade imediata. A existência de *lares* familiares, a do *palladium* (sic) da cidade devem ser provavelmente recolocadas na origem ou fundo do problema do patrimônio”.²⁰

O patrimônio é, de acordo com essa compreensão, algo sagrado que merece nosso respeito e nossos cuidados. Etimologicamente está ligado à ideia de herança, de legado, algo recebido de quem nos antecedeu, alguma coisa que vem do passado, que tem valor e que deve ser guardado; tem a ver também com preceitos e conhecimentos recebidos. Examinando principalmente a raiz latina *monere*, percebemos a vinculação do termo patrimônio com ensinamentos relacionados com o passado, presente e futuro: *monere*: recordar, lembrar (passado), advertir, ensinar, admoestar (presente), antecipar, preannunciar (futuro). Esse legado poderá provir tanto dos pais quanto da *pátria*, entendida como ancestralidade. Já a palavra cultura ou cultural, viria de *cultus*, participio passado de *colere*: habitar, cultivar, manter, honrar, cuidar, embelezar, e que se refere tanto ao lugar como às almas. Cuida-se e cultiva-se a terra e cuidam-se e cultivam-se as almas.²¹

Eduardo Viveiros de Castro, citando Marilyn Strathern, nos dá uma definição bastante ampla de cultura: consiste “no modo pelo qual as pessoas estabelecem analogias entre os diferentes domínios de seus mundos”²². Se nos valermos do conceito de *lebenswelt*, de Husserl²³, para entender “mundo” como “conjunto das experiências vividas”, ou seja, conjunto dos nossos (de cada um) interesses, poderemos compreender a cultura como a área de interseção dos mundos particulares: o campo da intersubjetividade. É ali que se torna possível a comunhão de maneiras de sentir, maneiras de ser, modos de fazer e seus produtos. O patrimônio cultural estará composto por afetos, valores e manifestações que tomam a forma desses modos e desses produtos, dessas maneiras e dessas coisas, e será algo como o espelho da personalidade de uma determinada sociedade.

²⁰ “Dans toute société, dès la préhistoire, comme l’indique la belle étude d’André Leroi-Gourhan, sens du sacré intervient en invitant à traiter certains objets, certain lieux, certain bien matériels, comme échappant à la loi de l’utilité immédiate. L’existence des *lares familiaux*, celle du *palladium* de la cité doivent probablement être replacées à l’origine ou au fond du problème du patrimoine”

²¹ DODEBEI, Vera. **Memória, circunstância e movimento**. In GONDAR, Jô, DODEBEI, Vera (org). **O que é memória Social**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2005. p. 44 e 45.

²² VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Equívocos da identidade**. In Op. Cit. P. 145.

²³ HUSSERL, Edmund. **Experience and Judgment, Investigations in a Genealogy of Logic**. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1973.

Tentar conceituar o patrimônio tomando por base definições jurídicas ou simplesmente a prática institucional em lugar de procurar desvendar o fenômeno social é fonte de múltiplas confusões. Como conseqüência, percebe-se somente o patrimônio que convencionamos chamar de “explícito”, descuidando de todos os processos que o antecedem. Por outro lado, por não ser decorrente de um esforço de formulação de conceitos, o manejo desse patrimônio acaba tomando como fundamento a prática empírica. Na sua Teoria da Restauração, ao debater as bases que devem orientá-la, Brandi se utiliza dos princípios do direito para formular a seguinte declaração:²⁴

“Definir a restauração a partir de princípios teóricos em vez de fazê-lo na prática empírica é como definir o direito prescindindo da sanção, visto que a legitimidade do direito deve fundamentar a legitimidade da sanção, e, ao contrário, não pode derivar-se da sanção a legitimidade de impô-la. Isso constituiria a mais evidente petição de princípio”.²⁵

Basta substituir a palavra restauração pela palavra patrimônio e teremos um ótimo argumento para refutar o enfoque meramente operativo ou administrativo do problema.

x

O patrimônio como resposta a necessidades

A Constituição do Brasil inclui em seu texto a seguinte definição de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

²⁴ BRANDI, Cesare. **Teoria de la Restauración**. Madri, Alianza Editorial, 1989. P. 57.

²⁵ “Pero definir la restauración a partir de principios teóricos en vez de hacerlo en la práctica empírica, es como definir el derecho prescindiendo de la sanción, en cuanto que la legitimidad del derecho debe fundamentar la legitimidad de la sanción, y, al contrario, no puede derivarse de la sanción la legitimidad de imponerla; ello constituiría la más evidente petición de principio.”

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²⁶

Trata-se de um enunciado bastante amplo, redigido com a preocupação de ser o mais completo possível; no entanto, toda enumeração tem o risco de deixar alguma coisa de fora. Não é nosso propósito fazer uma crítica do artigo 216 e muito menos da constituição; o que tencionamos é um afastamento metodológico das definições legais. De qualquer maneira, a concepção do patrimônio como o conjunto de bens é aceita com bastante naturalidade, tanto na esfera institucional que lida com a preservação, como na academia. Analisar com atenção e minúcia a noção de bem parece ser, portanto, um bom caminho para nos aproximarmos ao conceito de patrimônio.

De acordo com os economistas, bens são as coisas capazes de atender às necessidades humanas e disponíveis para tal propósito. A este respeito escreveu Carl Menger:

“Às coisas que podem ser situadas em uma conexão causal com a satisfação de necessidades humanas denominamos coisas úteis. Se, no entanto, reconhecemos ao mesmo tempo esta relação causal e temos de fato a força de direcionar as coisas úteis para a satisfação de nossas necessidades, nós as chamamos de bens.

Para que uma coisa se torne um bem, em outras palavras, para que adquira o caráter de bem, todos os quatro pré-requisitos seguintes devem estar simultaneamente presentes:

- 1- Uma necessidade humana;
- 2- Propriedades tais que façam a coisa capaz de ser colocada em uma conexão causal com a satisfação dessa necessidade;
- 3- Conhecimento humano desta conexão causal;
- 4- Controle da coisa em grau suficiente para direcioná-la à satisfação da necessidade.

Somente quando todos os quatro requisitos estão presentes simultaneamente, uma coisa pode se tornar um bem. Quando pelo menos um deles estiver ausente, a coisa não alcança o caráter de bem, e, uma coisa que já possui esse caráter irá perdê-lo no ato, se um dos quatro pré-requisitos cessa de estar presente.”²⁷

²⁶ Artigo 216 da Constituição do Brasil.

²⁷ Menger, Carl. **Principles of Economics**. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, 2007. P 52.

“Things that can be placed in a causal connection with the satisfaction of human needs we term useful things. If, however, we both recognize this causal connection, and have the power actually to direct the useful things to the satisfaction of our needs, we call them goods. If a thing is to become a good, or in other words, if it is to acquire goods-character, all four of the following prerequisites must be simultaneously present: 1. A human need. 2. Such properties as render the thing capable of being brought into a causal connection with the satisfaction of this need. 3. Human knowledge of this causal connection.

A falta de uma dessas condições fará da coisa simplesmente um bem em potencial como a paisagem da face oculta da lua, ou uma história escondida. O autor acrescenta a seguinte nota ao texto:

“Disto se deduz de forma evidente que a qualidade de bem não é nada inerente aos bens e tampouco uma propriedade dos bens, mas, simplesmente uma relação entre certas coisas e os homens, sendo que as coisas deixam de ser bens com o desaparecimento desta relação.”²⁸

Dessa maneira, o que caracteriza os bens não é uma qualidade objetiva ou intrínseca, mas uma qualidade que representa a opinião que uma determinada sociedade tem da coisa em questão, utilizando aqui a noção de coisa Heidegger: “Todo o ente que de todo em todo é designa-se, na linguagem da filosofia, uma coisa.”²⁹ Não se trata portanto, somente de objetos materiais.

Podemos compreender, utilizando a proposição de Menger e das condições decorrentes, bens culturais como bens capazes de satisfazer determinadas necessidades humanas, sendo necessário, portanto, identificar a que tipo de necessidades estamos nos referindo. Serão, com certeza, diferentes das necessidades de caráter físico ou biológico, as quais precisam do consumo dos bens utilizados para a sua satisfação. O alimento se consome, a vestimenta se consome, os combustíveis para a locomoção se consomem e assim por diante. Esses bens, no entanto, podem ser substituídos por outros iguais ou equivalentes, o que não é o caso dos bens culturais. Estes últimos, por serem únicos e insubstituíveis, em lugar do consumo, exigem sua preservação para continuar satisfazendo as necessidades que estamos procurando compreender. No entender de José Moura Gonçalves, deveríamos chamá-los bens de desejo, em contraposição aos bens de consumo; bens de desejo porque usufruímos sua presença e desejamos, portanto, que ela persista.³⁰ Existe naturalmente uma grande dificuldade em definir os limites entre bens

4. Command of the thing sufficient to direct it to the satisfaction of the need.

Only when all four of these prerequisites are present simultaneously can a thing become a good. When even one of them is absent, a thing cannot acquire goods-character, and a thing already possessing goods-character would lose it at once if but one of the four prerequisites ceased to be present".

²⁸ Ibidem

"From this it is evident that goods-character is nothing inherent in goods and not a property of goods, but merely a relationship between certain things and men, the things obviously ceasing to be goods with the disappearance of this relationship".

²⁹ HEIDEGGER, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Lisboa, Edições 70, 2007. P 14.

³⁰ GONÇALVES Filho, José Moura. **Memória e Sociedade**. In Revista do Arquivo Municipal

culturais e bens de consumo, principalmente se a nossa reflexão se faz a partir da coisa considerada patrimônio e não a partir da consideração do fenômeno social que abrange valores, necessidades, expectativas, o suporte mediante o qual o “patrimônio” se manifesta e a satisfação real ou simbólica dessas expectativas e necessidades. Tomemos como exemplo um determinado alimento típico registrado como patrimônio imaterial. A necessidade de alimentação que faz dele um bem de consumo é diferente das necessidades afetivas que fazem dele um bem cultural.

Seria uma temeridade querer relacionar com precisão quais são as necessidades de caráter social e cultural envolvidas no fenômeno social que chamamos de patrimônio; elas são múltiplas e de difícil definição. Para efeito de nossa argumentação, vamos nos restringir a três delas que se dão a conhecer com bastante evidência, inclusive pela atenção que receberam de diversos autores, alguns dos quais nos fornecerão subsídios para este trabalho: a necessidade de memória, a necessidade de referência ou noção de pertencimento e a necessidade de fruição e seu correlato, a expressão.

Memória

A necessidade de memória se manifesta a todo o momento; ela nos permite ter consciência do fluxo de nossa vida, nos informa quem somos, onde vivemos e qual é o caminho para nossa casa. A existência de disciplinas como a História, Arqueologia, Arquivologia, Biblioteconomia e outras afins, assim como de instituições relacionadas com elas como museus, arquivos, bibliotecas atestam uma motivação da sociedade que estamos chamando de necessidade da memória. A este respeito nos diz Le Goff, citando Leroi-Gourhan:

“A partir do Homo Sapiens a constituição de uma utensilagem da memória social domina todos os problemas da evolução humana (...) A tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é à sociedade de insetos: a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso...”³¹

Essa proposição nos convida a compreender a memória como capacidade essencial do homem e tão antiga quanto os primeiros agrupamentos humanos; ela teria sido a base do

Memória e Ação Cultural. Departamento do Patrimônio Histórico Municipal. São Paulo, 1992.

³¹ LE GOFF, Jacques. **Memória.** In Enciclopédia Einaudi, Vol 1, **Memória – História.** Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984

desenvolvimento e preservação da espécie. É lícito imaginar que houve uma fase que poderíamos chamar de pré-conceitual, na qual a memória foi simplesmente usada de maneira inconsciente, sem ainda refletir sobre sua existência, suas qualidades e potencialidades. Mas, vestígios que o homem pré-histórico nos deixou mostram a vontade de representar para perpetuar a realidade vivida ou a realidade almejada, ou seja: memória do mundo da vida e memória do mundo que se quer.

De acordo com Pomian, "Todo animal é, a partir de um determinado grau de organização, portador de muitas memórias"³², que se expressam através do material genético, do sistema imunológico, do instinto que permite a sobrevivência de uma determinada espécie etc., permanecendo como uma condição intrínseca ao sujeito a que se referem.

Já o ser humano é capaz de produzir manifestações externas, portadoras de memória, que lhe permitem ultrapassar os limites de sua individualidade e de sua temporalidade, conforme aponta o mesmo autor:

"Para o homem, as coisas acontecem de outro modo, porque os vestígios do passado podem ser transmitidos sob forma de criações exteriores ao próprio organismo, capazes de uma existência autônoma em relação a este último".³³

Nessas criações, incluem-se relatos orais, escritos, pinturas, esculturas, edifícios e outros artefatos e coleções que compõem o que Pomian chama de "memória coletiva transgeracional."

Para os antigos gregos, a memória era uma entidade sobrenatural, a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, protetoras das Artes e da História. Por sua graça, poetas e adivinhos eram capazes de voltar ao passado, trazê-lo de volta para o presente e entregá-lo para seus concidadãos na forma de lembranças. Pelo poder dessas lembranças, poetas e historiadores podiam eternizar seus personagens, tornando-os imortais, visto que a morte é o esquecimento e eles jamais seriam esquecidos. Para eles, a importância da memória não se esgota com a morte, pelo contrário, a ela caberia o papel de orientar as almas através da morada de Hades, soberano do mundo subterrâneo e dos mortos. Bertrand Russel, em sua História da Filosofia Ocidental, cita o seguinte poema órfico:

32 POMIAN, Kristof. **Memória**. In: GIL, Fernando (Coord.). **Sistemática**. [Porto]: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. p.507-516. (Enciclopédia Einaudi, v. 42).

³³ Idem. P. 508.

“Encontrarás à esquerda da Mansão do Hades, uma fonte,
E a seu lado, um branco cipreste.
Não te aproximas deste manancial.
Mas encontrarás um outro junto à Fonte da Memória,
De onde fluem águas frescas e, diante das quais há guardiões.
Diz-lhes: ‘Sou um filho da terra e do céu estrelado;
Mas minha raça é do céu (somente). Vós próprios o sabeis.
E - ai de mim! - estou ressequido de sede, e pereço. Dai-me rapidamente
A água fresca que flui da Fonte da Memória’.
E eles mesmos te darão de beber do manancial sagrado,
E desde então tu dominarás entre os outros heróis.”

Aqui, a fonte da memória se confunde com a fonte da imortalidade.

A passagem da oralidade para a escrita trará, como consequência, profundas transformações na maneira de encarar e se relacionar com o fenômeno da memória; não será mais necessário o esforço de fixação na mente de grandes quantidades de informação. Essa informação, pelo menos parcialmente, poderá ser recuperada com o auxílio de um elemento externo. Os registros mais antigos da preocupação de deixar à posteridade testemunhos do passado encontram-se do início do IV milênio ao início do primeiro milênio a.C., e se referem ao Médio Oriente e à China (Le Goff, 1984).

No final do século XIX e início do século XX, o austríaco Aloïs Riegl foi pioneiro na percepção de certos conceitos como a modernidade do gosto pelo antigo, a qualidade de monumento dos objetos triviais, a necessidade de reconhecer a subjetividade existente em qualquer juízo de valor. Este autor nos alerta sobre a quantidade insuspeitada de memória que poderia estar contida em um simples recibo da venda de um cavalo:

“Uma folha de pergaminho do século XV, com o conteúdo mais simples, por exemplo uma notação sobre a compra de um cavalo, desperta em nós, como no caso das ruínas e da torre da igreja, um duplo valor rememorativo por seus elementos artísticos (um, histórico, pelos rasgos formais da nota, das letras etc., e outro, agora em questão pelo empalidecimento, a pátina do pergaminho e perda de cor nas letras); mas também os conteúdos da escrita despertam este duplo valor: um, histórico, pelas disposições da compra (história do Direito e da Economia) e pelos nomes (história política, genealogia, história dos assentamentos etc.); o outro pela linguagem estranha e as expressões, conceitos e juízos inusitados, que inclusive aqueles que carecem de formação histórica distinguem imediatamente como algo não moderno e que pertence ao passado (...) Essa folha de papel, com uma breve nota intranscendente, além do seu valor histórico sobre a evolução da fabricação do papel, da escritura, dos materiais para escrever etc.,

contém toda uma série de elementos artísticos: a forma externa da folha, a forma das letras e o modo de agrupá-las”.³⁴

Na época atual, historiadores, arquivistas, bibliotecários, conservadores, cientistas de diversas áreas trabalham na preservação e ordenação dos vestígios que nos permitem interpretar e, de certa maneira, recuperar o passado. Eles são responsáveis por resguardar a documentação, memória da memória; mas coube aos filósofos e poetas a tarefa de instigar, esmiuçar, remexer, perscrutar os mais recônditos esconderijos onde ela se esconde, exacerbar suas ambiguidades e brincar com as armadilhas e sutilezas com que nos seduz ou ilude. Vejamos o que nas suas *Confissões* diz Santo Agostinho:

“Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie (...). Aí estão presentes o céu, a terra e o mar com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. **É lá que me encontro a mim mesmo**, e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, apreendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem”³⁵ (grifamos).

A memória é, para o autor, o registro das percepções e dos pensamentos, das sensações e sentimentos, assim como do conhecimento, mas é, acima de tudo, a testemunha da nossa identidade. É lá que me encontro a mim mesmo, diz Agostinho, é no palácio da memória que está guardada nossa identidade.

Mas o autor se refere a uma memória introspectiva, pessoal. Autores contemporâneos, como HALBWACHS, nos advertem sobre a dimensão social da memória. Ele escreve:

“Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.(p 26); e continua mais adiante: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este

³⁴ RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen**. Madrid, Visor Dist. S. A., 1987, p 25.

³⁵ SANTO AGOSTINO. **Confissões**. In **Santo Agostino**. Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1878.

lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.(p 56)³⁶

Marilena Chauí escreve “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo”, e continua “A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”.

Um dos poemas mais lembrados é, com certeza, “Meus oito anos” de Casimiro de Abreu:

Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida,
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores

Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!

O autor tenta recuperar aquilo que passou. Mas a memória lembra-se também dos processos pelos quais ela lembra, além do objeto lembrado. Vejamos o que Santo Agostinho diz a respeito:

“E o que agora entendo e distingo, conservo na memória para depois me lembrar de que agora o entendi. Por isso lembro-me de que me lembrei e assim se mais tarde me lembrar de a que agora pude recordar essas coisas será pela força da memória”.(Cap. 13,20) “Nomeio a palavra “memória” e reconheço o que nomeio. Onde o reconheço senão na própria memória? Mas então ela está presente a si mesma, pela sua imagem, e não por si própria?” (Cap. 15, 23)

Gonçalves Dias se lamenta, na “Canção do exílio”:

“Minha terra tem palmeiras”,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.”

A recordação da pátria distante está cheia de sentimento. As nossas lembranças são mais profundas quando nosso afeto está diretamente envolvido com os fatos. Recordamos

³⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice 1990.

melhor aquilo que nos comoveu, seja nos causando alegria, ou seja nos causando dor. Santo Agostinho, mais uma vez, já estava atento a esta particularidade quando disse “Não há dúvida que a memória é como o ventre da alma. A alegria, porém, e a tristeza, são seu alimento, doce ou amargo” (Cap.14, 21). As recordações, porém, não têm necessariamente que ser uma revivescência dos sentimentos passados. “De fato, não estando agora alegre recordo-me de ter estado contente. Sem tristeza, recordo amargura passada. Repasso sem temor o medo que outrora senti, e, sem ambição recordo antiga cobiça. Algumas vezes, pelo contrário, evoco com alegria as tristezas passadas, e com amargura relembro as alegrias”.(Cap.14, 21)

Fernando Pessoa é muito eloquente em um poema sem nome que diz:

Pobre velha música!
Não sei por que agrado,
Enche-se de lágrimas
Meu olhar parado.

Recordo outro ouvir-te.
Não sei se te ouvi
Nessa minha infância
Que me lembra em ti.

Com que ânsia tão raiva
Quero aquele outrora!
E eu era feliz? Não sei;
Fui-o outrora agora.

O afeto fortalece a memória e o desinteresse a enfraquece. Como nem tudo nos comove, nem de tudo recordamos. A memória se encarrega de fazer uma seleção daquilo que vai ser guardado, arquivando os outros estímulos fora de seu alcance imediato, ou simplesmente se desfazendo deles. Esta faculdade de esquecer contradiz as teorias de que a memória seria simplesmente um grande arquivo biológico de todas as nossas vivências. De fato, seria insuportável tudo recordar, visto que, as nossas faculdades mentais seriam incapazes de estabelecer um foco de atenção.

No conto “Funes o memorioso”, Jorge Luis Borges faz uma parábola que expõe o pesadelo que seria a impossibilidade do esquecimento. Seu personagem, Funes, incapaz de olvidar qualquer estímulo, se esconde na escuridão e no silêncio para evitar novos assuntos a recordar. Vejamos o que nos conta o autor:

“Funes não apenas recordava cada folha de cada árvore de cada monte, mas também cada uma das vezes que a havia percebido ou imaginado. Resolveu

reduzir cada uma de suas jornadas pretéritas a umas setenta mil lembranças, que definiria logo por cifras. Dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, a consciência de que era inútil. Pensou que na hora da morte não havia acabado ainda de classificar todas as lembranças da infância...

Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.”³⁷

De maneira semelhante, nem tudo que a cultura produz vem a ser patrimônio cultural. Há manifestações que inclusive combatemos (a tradição de soltar balões nas festas juninas, o uso de drogas, por exemplo), outras que queremos preservar e outras que acabam caindo no esquecimento.

Santo Agostinho nos chama a atenção para a necessidade de cuidar das nossas memórias. Não basta, portanto, ordená-las, é necessário visitá-las e afagá-las, para que não se escapem para esconderijos mais profundos. Por outro lado, se não seria saudável lembrar de tudo, a falta de memória, o esquecimento são sinônimos da morte.

“ E mesmo quando falo no esquecimento e conheço o que pronuncio, como poderia reconhecê-lo, se dele não me lembrasse?...Quando me lembro de esquecimento, estão ao mesmo tempo presentes o esquecimento e a memória: a memória que faz com que me recorde, e o esquecimento que lembro.”(Cap 16, 24) “Enfim, seja como for, apesar de ser inexplicável e incompreensível o modo como se realiza este fato, estou certo de que me lembro do esquecimento, que nos barre da memória tudo aquilo de que nos lembramos.” (Cap. 16, 25) “Poder-se-ia também dizer que esse objeto não fugira totalmente, mas que nós, por médio da parte que nos ficou impressa, procurávamos a outra?”... “Mas aquilo de que nos lembramos ter esquecido, ainda não esquecemos inteiramente. Por isso, não podemos procurar um objeto perdido se dele nos esquecemos totalmente.” (Cap. 19, 28)³⁸

O autor parece nos dizer que, se pelo menos nos lembramos de que esquecemos, permanecemos vivos, e que são desafortunados aqueles que se olvidaram de que esqueceram, porque parte deles definitivamente se perdeu.

A memória nos situa no espaço e no tempo e desempenha diversas funções essenciais para nossa vida como indivíduos e como membros da sociedade, tais como reconhecimento, aquisição de hábitos e habilidades, noção de nossa duração no tempo,

³⁷ In BORGES, Jorge Luis. *Prosa Completa*. Barcelona, Ed. Bruguera, 1979, vol. 1.

³⁸ SANTO AGOSTINO. Op. Cit.

entrosamento na vida coletiva e outras³⁹. Essas diversas funções da memória nos colocam no mundo, e, além de nos dar identidade, nos permitem planejar o futuro.

Referência

O uso habitual da palavra referência nos remete a diferentes significados. Referência pode ser alguém ou algo que serve de exemplo ou modelo, pode ser prova de idoneidade ou identidade e pode ser também signo em processos de mediação. Podemos procurar a origem do termo no verbo latino *referere*, que significa trazer, devolver, conduzir de volta para casa, impulsionar de regresso, regressar, trazer notícias, repetir, chamar de volta, invocar. Esses diferentes sentidos têm em comum a função unificadora ou de re-instauração de uma situação propícia, e dizem respeito tanto a conteúdos como a objetos que podem representar esses conteúdos. O sentimento de identidade, no sentido mais corriqueiro, nos diz Pollak:

“...é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Nessa construção (...) há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.”⁴⁰

Em *Matéria e Memória*, Bergson vai fazer também alusão a essa necessidade de continuidade e coerência. De acordo com o autor, nossa relação com a realidade se dá através de percepções e representações, sendo que a idéia de representação já implica numa elaboração anterior e, portanto, numa continuidade.

"...Os psicólogos que estudaram a infância sabem bem que nossa representação começa sendo impessoal. Só pouco a pouco, e à força de induções, ela adota nosso corpo por centro e torna-se nossa representação. O mecanismo dessa operação aliás é fácil de compreender. À medida que meu corpo se desloca no espaço, todas as outras imagens variam; a do meu

³⁹ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1994.

⁴⁰ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

corpo, ao contrário, permanece invariável. Devo portanto fazer dela um centro, ao qual relacionar todas as outras imagens.(...)”⁴¹

Esta proposição é muito semelhante à de Pollak, principalmente se transpomos o argumento de Bergson para o plano social e comparamos o corpo ao grupo social, à língua, aos costumes que permanecem, aos produtos de uma cultura.

Naturalmente, da mesma maneira que a memória, a identidade é um valor conquistado em conflitos que opõem grupos diversos ou diversos membros do mesmo grupo. Na qualidade de signo, o patrimônio serve, pelo menos em teoria, para balizar o território e para confirmar a continuidade temporal e a coerência de um grupo. Poderíamos citar inúmeros exemplos, ritos, manifestações, objetos, edificações e lugares aos quais atribuímos significados e que possuem função de aglutinação e cuja presença ou simples existência reforça nosso sentido de identidade e de pertencimento a um determinado grupo. Parece existir um grande sentimento de paz em poder dizer eu sei quem sou, eu sei onde estou.

Fruição e expressão

Fruição é usufruto, é aproveitamento ou simplesmente gozo perante uma obra artística, perante uma dança, um recital, um sítio ou monumento. É comum atribuir a esses objetos o atributo de “belos”. A definição do belo como *quod visum placet*, dada pela Escolástica, dependendo da maneira como for traduzida, pode ter significados diversos. *Quod visum placet* traduzido como “o que agrada à vista”, de maneira simplificada, diz respeito a uma apreensão sensorial, ao aparelho visual, e a um sentimento de prazer decorrente do conteúdo e (ou) da forma daquilo que é apreendido. Por outro lado, poderíamos traduzir a mesma expressão como “o que quando visto satisfaz (aplaca)” que implica na existência prévia de uma necessidade. Precisamos de algo capaz de mitigar um determinado anseio. A existência dessa necessidade é que nos faz aceitar com naturalidade a capacidade do homem de maravilhar-se com as cores e formas de uma pintura, de mergulhar com paixão num conjunto de sons, ritmo e silêncios que chamamos música, de se enlevar com a vibração das palavras e seus sentidos que compõem um poema, de se emocionar com um edifício, e de “fazer de conta” e acreditar temporariamente na história que o filme ou a peça de teatro nos contam.

Ernst Ficher explica a necessidade de arte como uma vontade de transcendência:

⁴¹ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

“(...) anseia (o homem) por unir, na arte, o seu ‘Eu’ limitado com uma existência humana coletiva e por tornar social a sua individualidade...(e utiliza) a arte como meio de tornar-se um com o todo da realidade, como caminho do indivíduo para a plenitude, para o mundo em geral, como a expressão do desejo do indivíduo no sentido de se identificar com aquilo que ele não é.”⁴².

Entre a obra de arte e o patrimônio existe um parentesco muito grande; simplificadamente, podemos citar duas qualidades que compartilham: sua unicidade e o fato de ambos não precisarem da serventia para se justificar. Em seu livro *O Direito de Sonhar*, o filósofo Gaston Bachelard estuda o instante poético como o instante de apropriação e usufruto de uma obra. Ao conceber esse instante como de um tempo diferente - não cronológico - ele consegue de maneira inspirada transmitir o significado preciso de fruição:

“Em todo verdadeiro poema é possível então encontrar os elementos de um tempo detido, de um tempo que não segue a medida, de um tempo que chamaremos de *vertical* para distingui-lo do tempo comum, que foge horizontalmente com a água do rio, com o vento que passa”.⁴³

Ao suspender o curso normal do tempo, abre-se espaço para o que denomina "instante metafísico", um tempo detido, que ele chama de “vertical”, que nos permite uma expansão em altura e profundidade no plano poético. “No tempo vertical de um instante imobilizado é que a poesia encontra seu dinamismo específico”.

Os estudiosos da experiência artística afirmam que ela acontece de forma intuitiva, sendo governada pela afetividade, implicando em um afastamento temporário da razão. Não é tarefa fácil este afastamento, estamos condicionados a sentir pudor da nossa afetividade e a que a razão prevaleça sobre as nossas vidas.

A apreciação do patrimônio e o reconhecimento do seu valor fazem ou deveriam fazer parte do nosso viver cotidiano, não só como uma tarefa de especialistas, mas sim como algo que nos dá satisfação, como uma coisa simples e prazenteira. O olhar demasiadamente escrutador, analítico, investigativo pode nos afastar do verdadeiro sentido do patrimônio ou torná-lo dissecado e morto como uma lâmina que vai para o microscópio. É necessário, então, um esforço consciente para que essa relação afetiva não se perca, principalmente quando se trata do patrimônio que chamamos de explícito. O conhecimento deverá ser simplesmente o campo no qual se realiza a fruição. O

⁴² FISHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro, Guanabara, S/D.

⁴³ BACHELARD, Gaston. *O Direito de Sonhar*. São Paulo, Difel, 1985. p. 183, 184.

patrimônio poderá vir a ser, então, fonte de conforto, de bem estar e por que não dizer de felicidade.

Na obra citada, Bachelard, citando Lascure, nos dá orientação:

“(…) É preciso então que o saber se acompanhe de um igual esquecimento do saber . O não saber não é uma ignorância mas um ato difícil de superação do conhecimento. É a esse preço que uma obra é a cada instante essa espécie de começo puro que faz da sua criação um exercício de liberdade”⁴⁴.

Dessa maneira, conseguimos escapar a essa visão simplesmente racional e um mundo mágico se descortina: quando apreciamos uma obra, quando assistimos a um espetáculo, quando uma intuição nos ilumina.

Na década de 1960, Susan Sontag escreveu um ensaio chamado “Contra a Interpretação”, que foi muito popular na época. Nesse trabalho, a autora condena severamente a hipertrofia do intelecto às expensas da energia e da capacidade sensorial. Esta condição, de acordo com a autora, impede a aproximação adequada da obra, que deveria ser afeto simples e emoção pura e termina o ensaio com a seguinte afirmação: “Em lugar de uma hermenêutica da arte, necessitamos uma erótica da arte”.⁴⁵ Poderíamos muito bem transpor essa advertência para o campo do patrimônio.

Na tentativa de encontrar maneiras diferentes de refletir sobre o patrimônio cultural, utilizamos alguns conceitos provenientes da Economia. Perante a impossibilidade de determinar o universo das necessidades de caráter social, nos detivemos no estudo de três necessidades que, pela atenção que têm recebido, parecem não oferecer dúvida quanto a sua importância: a necessidade de memória, a necessidade de referência ou noção de pertencimento e a necessidade de fruição e expressão.

Tomando como base as considerações apresentadas, parece-nos legítimo propor o seguinte corolário:

Bens culturais são as coisas (tradições, línguas, conhecimentos, artefatos ou objetos naturais etc.) capazes de satisfazer determinadas necessidades humanas tais como a de memória, de referência, de fruição e expressão. São bens por terem aptidão e disponibilidade para atender a essas necessidades e são culturais porque têm origem social ou coletiva.

⁴⁴ LASCURE, Jean Lopicque, apud BACHELARD, *O Direito de Sonhar*. São Paulo, Difel, 1985.

⁴⁵ SONTAG, Susan. *Contra la Interpretación*. Buenos Aires, Alfaguara 1996.

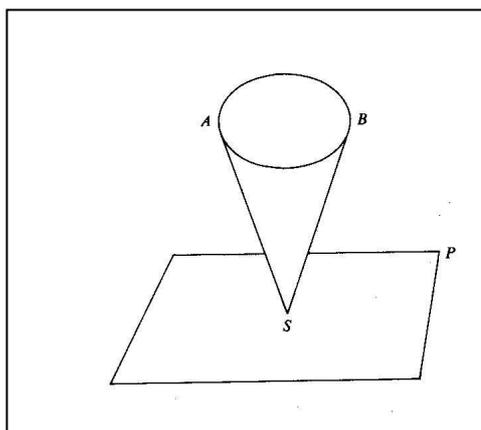
Apesar do esforço para construir um enunciado abrangente, fomos obrigados a utilizar uma enumeração entre parêntese pela tendência habitual de dar à “coisa” uma conotação de materialidade.

Desse corolário, pode se deduzir que o patrimônio cultural não é somente o conjunto de bens culturais:

- Patrimônio cultural é o conjunto dos bens culturais e dos processos que os definem como bens culturais.

- Os bens culturais são manifestações do patrimônio cultural

Em *Matéria e Memória*, Bergson se vale de um gráfico para explicar a atividade mnemônica no presente, sua relação com o tempo e tudo aquilo que compõe a memória:



O plano P significa o presente; em AB estão todos os conteúdos vividos, registrados e organizados pelos afetos e persistentes no tempo; em S se dá o encontro da memória, a realidade presente e a percepção. Com o tempo, a distância entre S e AB aumenta, mas o contato com a realidade nunca é um perceber puro, desconectado de AB.

Uma figura semelhante poderia representar o fenômeno do patrimônio cultural: o plano P também representaria o presente, o cone ABS, todo o sistema de estruturas de valores implicadas no patrimônio, afetos, disputas, memórias, referências. O vértice S representaria o bem cultural e sua manifestação na realidade presente. O patrimônio cultural estará composto, então, dos bens culturais e de tudo aquilo que lhes sustenta e precede no tempo até dar-lhes a consistência que os torna socializáveis.

Ao irromper na realidade presente, os bens culturais se manifestam sempre mediante um suporte material que permite a sua apreensão sensível, mas, “se é verdade que os

fenômenos se dão a nós por intermédio dos sentidos, eles se dão sempre como dotados de um sentido ou de uma ‘essência’ ”⁴⁶.

Para se manifestar de forma sensível, o patrimônio precisa ganhar espacialidade e o faz de diferentes maneiras, adquirindo consistência material variável, o que deu margem a que se criassem as expressões patrimônio material e patrimônio imaterial; existe, no entanto, um único patrimônio cultural. Os bens culturais nada mais são do que janelas através das quais se pode avistar o universo simbólico, essa parte do patrimônio fluida, inefável, que não se deixa apreender pela nossa razão.

Tomando como base a forma de espacialização dos bens culturais, poderíamos dividi-los em:

Bens de natureza material: aqueles que têm a capacidade de ser seu próprio documento, e;

Bens de natureza imaterial: aqueles que não têm capacidade de ser seu próprio documento.

O estudo do grau de capacidade de autodocumentação dos bens culturais poderia permitir outras formas de abordagem nas iniciativas de preservação do patrimônio e na crítica da ação institucional.

⁴⁶ DARTIGUES, André. *O que é a Fenomenologia?* Rio de Janeiro, Livraria Eldorado, 1973

1.2 A dicotomia “material” – “imaterial”

*What is mind ?
No matter.
What is matter?
Never mind.
George Berkeley*

Há pouco tempo, nas comemorações da Festa do Divino na cidade de Goiás, pudemos presenciar a integração total entre tradição, afeto, ação e cenário; entre as crenças religiosas, sua manifestação ritual e o complexo de objetos e lugares que fazem parte da festa. Assim, certas estruturas de valores ou “motivadores de preservação”, atribuídas ao “patrimônio material”, poderiam ser consideradas “patrimônio imaterial”; em outras palavras, fica evidente que o primeiro não se restringe à sua materialidade. Da mesma maneira que o imaterial somente pode ser socializado com a mediação do material.

Uma das narrativas que compõem o livro *Gog*, de Giovanni Papini, conta a história de Matiegka, um artista que queria criar obras que fossem absolutamente fugazes.

“A única solução plástica possível consiste em passar da imobilidade ao efêmero. A arte mais perfeita, a música, palpita, passa e desaparece. O som é instantâneo, não perdura, e, no entanto, é potentíssimo. Se todas as artes aspiram à música, inclusive a escultura deve se aproximar àquela divina coisa passageira. Darei-lhe agora mesmo o exemplo.”⁴⁷

Tendo dito isso, continua a narração, colocou em um suporte uma pasta espessa e escura à qual ateou fogo. Uma densa coluna de fumaça se elevou sobre o braseiro. O fantástico escultor, com o auxílio de pequenas raquetes, dos braços e do corpo, plasmava rapidamente a fumaça que se deixava cortar e moldar como se fosse uma massa, construindo incríveis estátuas que se desvaneciam quase no mesmo instante em que ficavam prontas. Olhe rapidamente e imprima a forma em sua memória, dizia Mantiegka; dentro de poucos segundos a escultura desaparecerá como uma melodia que termina.

Vamos utilizar essa história para fazer uma parábola; imaginemos que o espetáculo causou grande impacto na sociedade e que deu origem ao aparecimento de inúmeros imitadores e apreciadores. Podemos nos perguntar: essas esculturas fumarentas poderiam ser consideradas patrimônio imaterial? E as raquetes e a máquina de fumaça seriam por acaso patrimônio material móvel? Devemos tombar as raquetes ou inscrever as esculturas? Ou deveríamos inscrever no Livro dos Saberes a técnica de produção de

⁴⁷ PAPINI, Giovanni. *GOG*. Rio de Janeiro, Record, 1931.

esculturas de fumaça? Trata-se de um saber tradicional ou do delírio de um único homem? Para resolver todas essas dúvidas, terminaremos por tombar o local onde o artista se apresentou e inscrever esse tombamento no Livro Histórico (pela relação com fatos memoráveis) e no Livro das Belas Artes (pelo contágio com o belo).

Trata-se, naturalmente, de um exemplo fictício, uma fantasia maliciosa cuja única finalidade é ilustrar as contradições que podem sobrevir de uma divisão intolerante do patrimônio em material e imaterial.

Mário Chagas⁴⁸ faz uma comovente metáfora da transformação do imaterial em material ao referir uma lenda indígena na qual uma substância lúbrica vai se transformando em material sólido pela ação das míticas amazonas. Nas noites de lua, essas mulheres guerreiras retiram do fundo de um lago certo tipo de lama inconsistente que ao ser levada para a superfície, no contato com o ar, começa a se solidificar e se tornar material. Antes que isso aconteça, elas dão forma a essa massa esculpindo peixes, batráquios, quelônios e, o que é mais importante, o *muiraqitã*, amuleto mágico com o qual elas presenteiam os homens que foram escolhidos para fazer amor em ocasião que somente acontece uma vez por ano. Esse talismã traz saúde, boa sorte e felicidade para quem o possui.

De maneira muito menos poética, em seu artigo “Patrimônio imaterial, um problema mal posto”, Adler de Castro se refere a essa possível dicotomia como:

(...) uma colocação evidentemente falaciosa, já que a preservação de um patrimônio cultural, seja ele qual for, nunca se dá *por causa* de sua materialidade. Os diversos órgãos de preservação trabalham com a questão cultural, ou seja, a forma como a sociedade vê um evento qualquer, tenha ele um suporte físico ou não.”⁴⁹

Gertz começa seu livro *Interpretação das Culturas* com uma referência a Susane Langer, quando diz que:

“Certas ideias surgem com tremendo ímpeto no panorama intelectual. Elas solucionam imediatamente tantos problemas fundamentais que parecem resolver *todos* os problemas fundamentais (...) todos se agarram a elas como um “abre-te sésamo” de alguma ciência positiva, o ponto central em termos conceituais em torno dos quais pode ser construído um sistema de análise

⁴⁸ CHAGAS, Mario. **O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual**. In ABREU, Regina, CHAGAS, Mário, (Orgs.) *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

⁴⁹ CASTRO, Adler Homero de. *Patrimônio imaterial, um problema mal posto*.

abrangente. A moda repentina de tal *grande idée* ...exclui praticamente tudo por um momento...”⁵⁰

Esse parece ser o caso do repentino desvelamento do chamado “patrimônio imaterial”. Existe atualmente uma efervescência com relação à sua valorização na imprensa, na literatura especializada, em trabalhos acadêmicos e em documentos institucionais, cujo discurso chega a ter um tom verdadeiramente messiânico. Repete-se com frequência que “finalmente os órgãos de preservação estão dando atenção a uma área que nunca foi atendida” ou, pior ainda, deixa-se a impressão de que o "patrimônio imaterial" foi descoberto ou inventado agora. As duas posturas refletem uma visão equivocada como tentaremos mostrar. Da mesma maneira, muitas das críticas que se fazem aos precursores da preservação do Patrimônio Cultural denotam uma forte dose de anacronismo, o fazer exigências relacionadas com conceitos que mesmo na atualidade ainda estão em formação, e, mais uma vez não se sabe quando está se falando do patrimônio que precede às instituições, "patrimônio implícito" e quando está se falando do patrimônio institucionalizado, "patrimônio explícito".

José Reginaldo Gonçalves nos propõe compreender o patrimônio como uma categoria de pensamento⁵¹, o que nos permitiria uma aproximação mais isenta a outras culturas e suas manifestações nesse campo. Ele nos lembra também que nem sempre o fenômeno patrimônio cultural implica em acumulação e preservação de bens (retenção). Cita o caso do *Kula* trobiandês, estudado por Malinowski, onde os bens são reunidos para serem redistribuídos, e do *potlatch* no Noroeste americano, onde a manifestação do patrimônio consiste na destruição desses bens. A proposição do autor fornece um subsídio inestimável para o estudo do assunto, ao elevar de maneira radical o nível de abstração, retirando espaço para a confusão recorrente entre teoria e gestão.

Em um seminário mais ou menos recente⁵², uma participante, profissional da área de Ciências Sociais, aventava a idéia de que os tombamentos de bens “materiais” deveriam ser revistos para que os componentes imateriais fossem identificados e registrados como tais. Ora, esses componentes imateriais sempre foram levados em consideração, como

⁵⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, S/D.

⁵¹ GONÇALVES, Reginaldo (2003). *Patrimônio como categoria de pensamento*. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DPA.

⁵² Seminário IPHAN /Pró-Memória AL 2006

pode ser verificado nos processos de tombamento, só que eram chamados de “conjuntos de valores” ou “motivadores do tombamento”. Mais uma vez, questões conceituais estavam sendo derivadas de problemas legais.

A delimitação de onde começam e onde terminam os aspectos tangíveis e intangíveis dos bens culturais é, portanto, uma empresa extremamente complexa, se não irrealizável, que exige reflexão profunda e uma boa dose de ponderação ao externar nosso discurso.

X

Ao estudar a influência da cultura na construção do indivíduo, Freud abandonou a clássica divisão entre psicologia individual e psicologia coletiva, colocando-as no mesmo espaço de esclarecimento⁵³. Dessa maneira, podemos considerar as manifestações intangíveis da cultura – mitos, folclore, língua, comportamentos - como expressões do inconsciente de uma sociedade⁵⁴. Situadas nesse domínio, de maneira geral escapam ao âmbito da inteligência e, incorporadas à vida, fluem com ela sem necessidade de serem examinadas. Normalmente não têm dono e seu usufruto pertence a todos com bastante naturalidade. Dessa maneira, mesmo fazendo parte de nosso mundo, passam despercebidas (conceitualmente) até que um esforço da razão as torna objeto de nossa consciência. Já as manifestações materiais da cultura são mensuráveis, têm consistência física e irrompem em nossa percepção com insistência, esbarramos nelas no meio físico. A presença dos bens de natureza material se impõe à nossa atenção pela sua dureza e solidez, eles ocupam lugar no espaço, são tocados, manuseados, medidos.

Mas, por outro lado, e por paradoxal que possa parecer, os bens de natureza material são mais frágeis que os de natureza imaterial: em poucos dias os talibãs destruíram os budas gigantes do Afeganistão e em poucos dias os bombardeios americanos destruíram cidades milenares no Iraque, enquanto que são necessárias gerações para sufocar uma tradição, modificar um costume ou alterar uma língua. No centro do Rio de Janeiro, é frequente verificar, na segunda-feira, que várias demolições foram realizadas no fim de semana. Vamos citar alguns exemplos que corroboram essa afirmação.

⁵³ FUKS, Betty F. *Freud e a Cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Editor, 2007.

⁵⁴ ANDRADE, Ricardo Jardim. *O Discurso Freudiano: a contribuição da psicanálise freudiana para uma nova compreensão da existência segundo o pensamento de Paul Ricoeur*. Tese de mestrado, Dep. de Filosofia da UFRJ, 1984.

Nos anos 40, o projeto do Prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, para a implantação da Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, significou a mutilação do Campo de Santana e a demolição pura e simples das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário⁵⁵. De nada adiantou a movimentação do IPHAN, que chegou a propor projeto alternativo elaborado pelo arquiteto Alcides Rocha Miranda, que satisfazia às exigências técnicas, como explicava o então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade:

... "De fato o que a prefeitura tem em vista, com o seu projeto, é a abertura de uma via com a largura de 80 metros, em correspondência com a avenida do mangue e estabelecendo ligação com a planejada avenida Perimetral. Ora, a tudo isso satisfazem plenamente os substitutivos apresentados por esta repartição, com a vantagem de poupar a totalidade dos monumentos ameaçados de sacrifício: é a largura adotada e não o rumo do traçado da avenida que contribuirá para facilitar o escoamento do tráfico do centro da cidade"⁵⁶

Em torno desse acontecimento há detalhes bastante singulares como o destombamento, por parte do presidente da república, de bens protegidos pelo SPHAN, e uma proposta da Câmara do Distrito Federal, de 1948, de construção da nova catedral metropolitana no meio do Campo de Santana.

Na atualidade, tramita na Câmara de Deputados o projeto de lei nº 2929/2008, de autoria do Senador Paulo Duque, representante do PMDB do Rio de Janeiro, que pretende autorizar a União a doar o Palácio Capanema, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde, ícone da arquitetura modernista, ao Estado do Rio de Janeiro, sob a alegação de que estaria sendo subutilizado. O edifício serviria, segundo consta, de sede funcional para o Comitê Olímpico Brasileiro, na organização dos Jogos Olímpicos de 2016, ou para abrigar repartições do Detran-Rio. Em ambos os casos, o intenso fluxo de público, a necessidade de instalações especiais como as de informática, trariam como consequência problemas de uso e conservação do edifício.

Outro exemplo que vale a pena apresentar é o da demolição do Solar Monjope, residência construída no início do século XX pelo Dr. José Mariano Filho, médico e

⁵⁵ ANDRADE, R. M. F. de. *Ofício nº 685*, de 24/10/1940. In Proc. nº 17-T-SPHAN/38 - Igreja de São Pedro, Rio de Janeiro Arquivo Central do IPHAN

⁵⁶ Carta do diretor geral do SPHAN ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, documento 447-2, de 5 de novembro de 1941. Arquivo Central Noronha Santos (IPHAN), pasta inventário do Campo de Santana, caixa 538/P2062.

historiador, defensor da arquitetura neocolonial. Em 1930, foi realizado no Solar o IV Congresso Panamericano de Arquitetura. A esse respeito, artigo da revista *O Cruzeiro* dizia o seguinte:

"Foi nessa mansão típica, na qual ele conseguiu reatar o viver tradicional de seus ascendentes pernambucanos que o antigo diretor da antiga Escola Nacional de Belas Artes o generoso e entusiasta animador da Architectura recebeu com hospitaleira fidalguia os delegados estrangeiros do IV Congresso Panamericano de Architectos, proporcionando-lhes o conhecimento do nosso único exemplar de Architectura tradicionalista, da única residencia no Rio de Janeiro onde elles poderiam sentir-se em ambiente genuinamente brasileiro".⁵⁷

O relatório do arquiteto Jorge Machado Moreira, a respeito da demolição feita pela Construtora Zein S. A., mereceria ser transcrito na íntegra, pela riqueza de detalhes:

... "A forma como foi feita a demolição evidenciou, aliás, o pouco cuidado dos responsáveis pelo empreendimento que não hesitaram em derrubar árvores de grande porte para permitir a passagem da pá mecânica. Deve assinar-se para melhor evidenciar esse aspecto, as informações prestadas pelo arquiteto Olinio Gomes Paschal Coelho, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que assistiu parte da demolição, e a triste impressão causada pelo que se observa no local. O emprego da pá mecânica provocou a destruição do que havia de valor integrado a construção: elementos de Arquitetura civil e religiosa dos séculos XVIII e XVII, alguns autênticos e outros cópia fiel dos originais. Foram também destruídos painéis de azulejos portugueses do século XVIII adquiridos na Bahia e provenientes de construções religiosas. Desses apenas um pode ser salvo. Iniciativa do manobreiro da pá mecânica que, diante do desinteresse demonstrado, pensou em levá-lo para colocar na casa que está construindo. Alunos da Faculdade de Arquitetura da UFRJ estiveram no local, removendo escombros para procurar pedaços dos painéis, na esperança, sem êxito de recompô-los..."⁵⁸

O Solar Monjope foi demolido em janeiro/fevereiro de 1974.

⁵⁷ *O Cruzeiro* de 05 de julho de 1939, p. 17 a 19. Transcrição existente no Arquivo do IPHAN, Seção Obras. Pasta 2167, módulo: 061 Cx. 0754 (Parque Lage). Foi mantida a grafia original. NA

⁵⁸ Conselho de Planejamento Urbano do Rio de Janeiro, Processo: 07/000806/74, Construtora Zein S. A., Rua Jardim Botânico 245. Relator: Jorge Machado Moreira. Arquivo do IPHAN, Seção Obras. Pasta 2167, módulo: 061 Cx. 0754 (Parque Lage)

Outro feito exemplar pela solução radical que foi utilizada ocorreu em São Paulo. Nos anos noventa, diante do abandono da mansão da família Matarazzo, a prefeita da época, Luiza Erundina, decidiu criar o Museu do Trabalhador, pois o local era adequado, de fácil acesso e as salas eram espaçosas. Uma singela homenagem para aquele que foi o pioneiro industrial de São Paulo. Em 1996, ante o olhar pasmado da população e das autoridades, a mansão foi dinamitada e, a seguir, demolida. O pedido de tombamento de abril de 1989 foi oficialmente cancelado em 2010 pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico).⁵⁹

x

Na revisão constitucional de 1993, houve uma proposta de limitar o instituto do tombamento aos bens públicos, retirando a possibilidade de tutela sobre os bens de particulares. Diz o artigo 216 da Constituição Federal:

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...

§1º - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Pela proposta dos parlamentares Jutahy Magalhães (PSDB-BA, prop. 14.188-4), Pedro Teixeira (PP-DF, prop. 15.488-7) e Elcio Álvares (PFL-ES, prop. 16.586-1), o §1º passaria a ter a seguinte redação:

§1º - O poder público, **nos bens de sua propriedade**, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Existiu também proposta de inclusão de um parágrafo no artigo 216, apresentada pelos parlamentares Germano Rigotto (PMDB-RS, prop. 3.734-6) e Elcio Álvares (PFL-ES, prop. 16.587-5) com o seguinte teor:

⁵⁹ GARCIA, Glaucia. *Mansão Matarazzo – O que ainda resta ?* Artigos 06/10/2010 5:29
<http://www.saopauloantiga.com.br>

§2º - O tombamento, desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação de bens de propriedade da União dependerá de autorização prévia do órgão de controle patrimonial competente da administração federal.

Não fosse uma movimentação que incluiu apoio internacional, o chamado "patrimônio material" teria ficado, pelo projeto de vários congressistas, sob os cuidados do Serviço de Patrimônio da União - SPU, desviando o eixo de discussão do âmbito cultural para o de caráter burocrático-administrativo e econômico.⁶⁰ Especialistas da França, Portugal, Espanha e Argentina encaminharam também mensagens ao congresso brasileiro pedindo que as mudanças propostas não fossem aceitas. Diante da pressão da opinião pública, alguns parlamentares voltaram atrás e retiraram o apoio que inicialmente tinham dado às propostas.

x

Poderíamos arriscar a afirmação de que, na área da cultura, os bens de natureza imaterial, de alguma maneira se defendem por si mesmo enquanto que os bens materiais precisam de cuidados especiais. Isso não quer dizer que o "patrimônio imaterial" não corra risco. Da mesma maneira que suas manifestações nem sempre se impõem de forma imperativa à consciência, os fatores que o ameaçam costumam ser insidiosos e imperceptíveis.

A consciência da fragilidade do "material" por parte dos primeiros integrantes do SPHAN levou-os a optar inicialmente por um trabalho mais focado na tentativa de salvação dos bens materiais que estavam em risco de desaparecer, como informa, em depoimento, o arquiteto Luis Saia, à Revista de Arquitetura e Urbanismo, e citado no livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, acima referido. Por outro lado, à diferença dos bens de natureza imaterial, os bens de natureza material, de maneira geral, tiveram e têm proprietários, o que significa que as ações de proteção têm que ser realizadas pelo Estado porque implicam em limitação da propriedade para tentar garantir a sua supervivência e uso social. Isso traz também como consequência o fato de que, enquanto a inscrição de algum bem imaterial significa festa e celebração, o tombamento é visto, na maioria das vezes, com desagrado. A situação se complica quando se trata de proteger "conhecimentos tradicionais": o que fazer para

⁶⁰ Nelson Jobim, na qualidade de relator da reforma, teve participação efetiva no movimento que impediu essa catástrofe. Anexo: Abaixo-assinado encaminhado ao Congresso pelos estudantes universitários, por iniciativa de técnicos do IPHAN.

proteger a propriedade desses conhecimentos da apropriação indébita e ao mesmo tempo permitir seu uso social como patrimônio. A este respeito, escreve Regina Abreu:

"Ao se iniciar o novo milênio, nota-se claramente que o campo do patrimônio apresenta-se como um espaço de conflitos e interesses contraditórios. Hoje, tais conflitos e interesses não são mais os mesmos que nortearam essa temática em séculos anteriores. Houve pelo menos duas mudanças significativas nesse quadro: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura, com a consequente naturalização da noção de diversidade cultural. Paralelamente novas forças vêm se impondo provocadas pela biodiversidade e pela biotecnologia, o que complexifica mais o debate".

A complexidade de que fala a autora deveria ser uma razão determinante de aproximação e confluência de esforços de técnicos e estudiosos do Patrimônio abandonado, de uma vez por todas, mal dissimuladas rivalidades.

x

Em diversos documentos oficiais se declara que não existe brecha nenhuma entre o “patrimônio material” e o “patrimônio imaterial”. Célia Corsino escreve, por exemplo, na introdução do Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais: “Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os *bens de pedra e cal* e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano...”⁶¹ Na prática, no entanto, existe no mínimo uma atitude desconfiada que afasta os técnicos que trabalham com diferentes modalidades de bens culturais. Vale a pena tentar identificar quais foram os fatores que levaram a este *imbróglio* e que, entre outros, poderíamos sugerir os seguintes:

- Falta de distinção clara entre o plano conceitual e o plano operativo;
- Afastamento desses dois planos do plano do “mundo da vida”;
- Preconceito

⁶¹ IPHAN, *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília, Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, 2000. P. 7.

Falta de distinção clara entre o plano conceitual e o plano operativo;

Se no plano operativo das instituições, pode parecer conveniente a separação entre material e imaterial, pela dificuldade de lidar com os mesmos instrumentos para a preservação das diversas manifestações culturais, no plano conceitual é indispensável que se definam previamente as noções envolvidas, e para isso é necessário um afastamento metodológico das ações práticas e dos problemas decorrentes de sua realização.

Quando GONÇALVES propõe a apreensão do conceito de patrimônio como uma categoria de pensamento, está utilizando um patamar de abstração que permite a generalização e ele mesmo nos lembra que patrimônio “é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”. Patrimônio não é somente um sistema abstrato de significados, o patrimônio se manifesta mediante diversos tipos de suporte. O mesmo Gertz, anteriormente citado, gasta muitas páginas de sua obra para nos lembrar que na “teia de significados” da cultura estão imbricados, como no exemplo que ilustra seu texto, os árabes, os carneiros, os franceses, Marrocos, os judeus etc. O que, transposto para patrimônio cultural, significa que são patrimônio a receita do bolo, o significado do bolo (bolo de aniversário, lanchinho etc.), que estão representados pelo cone de nosso gráfico, e, naturalmente, o próprio bolo material e tangível mediante o qual eles se manifestam. Mario Chagas, por outro lado, utiliza a feliz expressão “patrimônio espiritual” com o intuito de fugir da divisão material-imaterial.

No subtítulo 1.1, propusemos um conceito de bem cultural que fugia dos problemas de gestão e tentava abranger toda a gama de manifestações que podem se enquadrar nessa categoria. Considerávamos patrimônio cultural não só o conjunto de bens culturais, mas o complexo desses bens e dos processos que os definem como tais.

Outras expressões que aparecem com frequência quando se trata de patrimônio merecem ser elucidadas para definir o significado que estamos lhes dando em nosso discurso. Para as noções de *preservação*, *proteção* e *conservação*, vamos nos valer do sentido dado tradicionalmente dentro da prática institucional. A *preservação* abrange um horizonte bastante amplo e implica em ações de iniciativa do governo ou da sociedade, visando à perpetuação, por via documental, por estudos ou qualquer outro tipo de atividade, de alguma particularidade da cultura. Até mesmo elementos considerados negativos podem ser preservados para posteriores estudos ou, inclusive, para propiciar sua erradicação. *Proteção*, por outro lado, implica em ações visando

impedir dano ou desaparecimento de determinado bem. Já a *conservação* compreende o conjunto de atividades práticas aplicadas nas coisas materiais, tais como manutenção rotineira ou intervenções mais radicais como a restauração. O uso desses termos é habitual no âmbito da gestão.

X

A impossibilidade de utilização das mesmas ferramentas de proteção sempre foi alegada, embora pouco se fizesse para imaginar maneiras de adequá-las dentro da abrangência do Decreto-Lei 25/37, que curiosamente se converteu em bem imaterial. Uma lei/bem cultural cuja preservação, intocada, impediu que interesses, principalmente imobiliários, a anulassem. Como de maneira geral, partiu-se da lei para conceituar o direito, e não ao contrário, não se conseguia imaginar quais instrumentos poderiam, mesmo dentro da legislação existente, ser utilizados para proteger os bens de natureza imaterial, ou mesmo se esse patrimônio realmente podia ser protegido. A lamentação registrada numa das atas de reunião da comissão criada para estudar o registro desses bens é um exemplo do que acabamos de dizer:

“Em seguida, o Ministro Marcos Villaça ressaltou a inadequação do instituto do tombamento à proteção desse tipo de bem cultural, tomando como exemplo a experiência malograda da preservação da tecnologia tradicional do vinho de caju, mediante tombamento da Fábrica Tito Silva, na Paraíba. Afirmou que se na época o registro existisse, certamente o resultado teria sido outro.”⁶²

O tombamento ao qual o ministro está se referindo aconteceu em 1984. A fábrica situada em João Pessoa foi tombada e inscrita no Livro Histórico (Processo: 1054-T-82). Com o passar do tempo, o vinho perdeu competitividade no mercado, as máquinas da fábrica foram aos poucos se deteriorando e desaparecendo. Nada impedia que o acervo industrial fosse incluído no tombamento e que o processo de fabricação fosse documentado como uma forma de preservação, visto que o conjunto tinha sido desapropriado pelo Governo Estadual. Há alguns anos, a Oficina Escola de Restauração de João Pessoa, patrocinada pelo IPHAN e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, realizou uma melancólica restauração do prédio vazio onde funcionava a citada indústria e que, na atualidade, abriga essa Oficina Escola.⁶³ Não acreditamos que

⁶² In *O Registro do Patrimônio Imaterial*, Minc, Iphan, BSB, 2000.

⁶³ É bom esclarecer que embora o uso atual da antiga fábrica seja muito nobre, nada tem a ver com a intenção inicial de preservar as técnicas tradicionais de fabricação do vinho de caju. NA

houvesse, à época do tombamento, impedimentos relacionados com a propriedade intelectual; de qualquer maneira seria necessário um estudo mais aprofundado para sustentar esta afirmação. Os proprietários sufocados pelas dívidas tinham abandonado a produção industrial e voltado para o sistema artesanal, que é o que se pretendia preservar. No entanto, o tombamento da fábrica foi inscrito somente no Livro Histórico e não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como era de se esperar⁶⁴. O ponto a que queremos chegar é o de que "a experiência malograda da preservação da tecnologia tradicional do vinho de caju", apontada pelo Ministro Villaça, não foi decorrente da inadequação do instituto de tombamento e sim de um desacerto de gestão.

Por outro lado, em 1984, teve conclusão o processo de tombamento, iniciado em 1982, do Terreiro da Casa Branca em Salvador, Bahia. Este tombamento foi decidido em maio de 1984, em reunião do Conselho do IPHAN, e foi homologado em 27 de junho de 1986, pelo então Ministro da Cultura, Celso Monteiro Furtado (Processo: 1.067-T-82). O tombamento foi inscrito, evidentemente, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e também no Livro Histórico. Apesar da inadequação do instituto do tombamento, é considerado um marco na preservação do patrimônio cultural brasileiro, o que mostra a relatividade dessa inadequação.

O tombamento do Terreiro da Casa Branca foi não somente o tombamento do primeiro templo não católico do país, como foi o primeiro a ser realizado pela sua condição de templo religioso, condição enfatizada pelo antropólogo Roberto da Mata.

Fizemos uma tabela em que estão relacionadas as igrejas católicas que foram tombadas individualmente, ou em destaque (ex: Convento e Igreja de...). Verificamos que em um total de 349 templos distribuídos pelo Brasil, a inscrição nos Livros de Tombo está dividida da seguinte maneira:

Livro Histórico	Livro das Belas Artes	Livro Histórico e Livro das Belas Artes	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
48	194	107	1

⁶⁴ O Artigo 4º do Decreto Lei 25/37 determina a criação de quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritos os bens sob proteção da lei. São eles: *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; *Livro de Tombo Histórico*; *Livro de Tombo das Belas Artes*; e *Livro de Tombo das Artes Aplicadas*. NA

A distribuição mostrada no quadro e a ausência total de inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por motivos etnográficos - a única inscrição existente tem motivação paisagística⁶⁵ - nos permitem fazer algumas ilações: a primeira é a de que existiu - e os pareceres o confirmam - um meticuloso cuidado em desacralizar ou laicizar previamente todas as igrejas mediante análises e considerações estéticas e históricas que dão cabo do elemento religioso. Chama a atenção, por outro lado, a grande quantidade de bens inscritos somente no Livro das Belas Artes, quando, pelo pensamento contemporâneo, somos levados a pensar que qualquer bem merecedor de proteção é antes de tudo histórico. Mario Chagas analisa o sentido que "arte" teria para Mário de Andrade, ao elaborar o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio, equiparável ao conceito antropológico de cultura⁶⁶. É possível que, também para os precursores do IPHAN, de maneira semelhante, o conceito de artístico fosse mais abrangente que o de histórico. Valeria a pena aprofundar a reflexão sobre esta matéria.

Os dois tombamentos a que fizemos referência, a Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e o Terreiro da Casa Branca, e que tratavam da proteção a bens de natureza imaterial, aconteceram exatamente na mesma época, de 1982 a 1984, e apesar dos resultados terem sido diametralmente divergentes, se valeram do mesmo instrumento "inadequado" que esteve à disposição.

Recentemente, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o tombamento do Teatro Oficina, em São Paulo. Técnicos que informaram o processo sugeriram que, em lugar do tombamento, fosse feita sua inscrição no Registro dos Lugares, proposta que foi rejeitada sumariamente. A conselheira Jurema Machado escreve em seu parecer:

"As considerações presentes no dossier, sobre possível Registro do Oficina como bem imaterial tem, certamente um lastro na constatação desse fenômeno, ou seja, de um espaço que somente se realiza mediante a ação, profundamente enraizado num território que é São Paulo e que é o Bexiga e, sobretudo, de um espaço conformado pela imaterialidade da prática teatral. Embora a indagação seja corretamente motivada, a solução, ou seja, **o Registro, não parece compatível com definição de Lugar decorrente da legislação em vigor e de sua experiência de aplicação**"⁶⁷. (grifamos)

⁶⁵ Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de N. S.^a da Piedade, Caeté, MG. Processo: 526-T-55.

⁶⁶ CHAGAS, Mario. Op cit. p 101.

⁶⁷ MACHADO, Jurema. *Parecer de Tombamento de edifício teatral, sede do Grupo Teatro Oficina, situado à Rua Jacuquay 520, no Bairro Bela Vista ou Bexiga, em São Paulo*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 2010. Processo: N. 1.515-T-04.

O tombamento do Teatro foi inscrito no Livro Histórico e no Livro das Belas Artes por razões históricas.

Estão se repetindo, com outro sotaque, os mesmos desacertos que imobilizaram o decreto 25/37: a lei não é decorrente da existência de problemas; os problemas são decorrentes da existência da lei. Há 25 atrás, Gilberto Velho escreveu:

"O jogo de estranhamento e relativização pode ser um caminho fértil para captar a importância simbólica de manifestações que num primeiro momento não poderiam talvez ser enquadradas, de forma automática, nas fórmulas hoje existentes de defesa do patrimônio cultural da nação"⁶⁸

A observação, feita na época do tombamento do Terreiro da Casa Branca, continua atual, só que na época presente, a argumentação de inadequação que se atribuía ao decreto 25/37, aplica-se ao decreto Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que trata dos bens imateriais.

Afastamento desses dois planos do plano do “mundo da vida”

O segundo fator acima apontado é o que entendemos como afastamento de ações e conceitos relacionados à preservação do patrimônio cultural do “mundo da vida”. Com efeito, se não se tem sempre em mente que o patrimônio existe livre de qualquer dependência à ação das instituições, ou, dito de outra maneira, que o patrimônio precede às instituições, continuar-se-á agindo como se os técnicos fossem inventores ou criadores desse patrimônio. O trabalho dos profissionais que lidam com preservação é o de aproximação, reconhecimento e interpretação das manifestações culturais para o qual é necessário um despojamento metodológico de conceitos e de regras que permita estabelecer comunicação com o sentimento pré-conceitual (ou ante-predicativo) da população que se relaciona espontaneamente com o patrimônio.

Em sua obra *A interpretação das culturas*, Geertz, faz referência a mais de dez conceitos diferentes que já foram propostos para definir cultura e aponta sua maneira de compreendê-la:

“Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em

⁶⁸ VELHO, Gilberto. *Antropologia e Patrimônio Cultural*. Em: Revista do IPHAN, n.º. 20, 1984.

busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado”.⁶⁹

Foi Dilthey que, à procura de uma metodologia para o estudo das ciências humanas ou “ciências do espírito”, separou radicalmente o explicar do compreender. Cabe às ciências da natureza explicar e às ciências humanas compreender:

“O fato natural deve ser explicado, quer dizer, é passível de ser enquadrado numa série causal. O fato humano, porém, nunca pode ser conhecido através de uma regressão causal que determine sua origem”⁷⁰

No início do século XX, o filósofo e educador John Dewey escrevia se referindo à obra de arte:

"Para muitas pessoas, uma aura mesclada de reverencia e irrealdade envolve o 'espiritual' e o 'ideal', enquanto, em contraste, 'matéria' tornou-se um termo depreciativo, algo a ser explicado ou pelo qual a se desculpar”⁷¹

Está em curso no IPHAN a elaboração de um sistema geral de cadastro de bens culturais. Em uma apresentação, um dos idealizadores afirmava com orgulho que, em breve, seria possível ter o “CPF” dos bens culturais, um número composto de grupos de algarismos com o qual se poderia saber todas as informações referentes ao bem, incluindo seus valores simbólicos. A necessidade de manipulação de grandes lotes de informações obriga a criação de classificações, tabelas, bancos de dados etc. Acontece que o olhar meramente científico sobre o patrimônio é e será sempre um olhar do lado de fora do fenômeno.

Preconceito

A expressão "pedra e cal" foi criada pelos portugueses para se referir à arquitetura antiga ou tradicional, anterior ao aparecimento do cimento “Portland”, e tem a ver com o tipo de argamassa usada no assentamento das pedras e no revestimento do edifícios. Essa mesma expressão tomou, no Brasil de algum tempo atrás, uma conotação pejorativa e mal humorada, além de um sentido de tal forma abrangente que engloba os edifícios que realmente são de pedra e cal, os edifícios de madeira e barro (comuns em Minas Gerais e Goiás, por exemplo), os edifícios de madeira (de Antônio Prado e outras

⁶⁹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, Editora, S/D.

⁷⁰ JARDIM, Ricardo. *A Razão Hermenêutica*. In KATZ, Ch. S./ DORIA, F. A. Org. *Razão / Desrazão*. Petrópolis, Vozes, 1992.

⁷¹ DEWEY, John. *Arte como Experiência*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

localidades do sul do país), e finalmente, os de tijolo, cimento e concreto. Tudo aquilo que tem a ver com arquitetura é chamado de “pedra e cal”.

Esse preconceito começou a ser difundido por uma publicação institucional do SPHAN/Pró-Memória chamada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, denominado, com ironia dentro do IPHAN, de “livro amarelo”, em referência ao livro vermelho que continha a doutrina de Mao. Nessa obra, encontramos afirmações como a seguinte:

“(...) verificou-se como que uma hipertrofia dos setores dedicados à conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente nos representativos da aculturação da cultura européia no Brasil”

Esse mesmo preconceito é incentivado em diversos textos como *Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio*,⁷² mas, se revela de forma magnífica num trecho da publicação do IPHAN *O Registro do Patrimônio Imaterial* (Minc, Iphan, Brasília, 2000) onde, na transcrição de uma ata de reunião podemos ler:

“Observou (Marcos Vilaça) que o Ministro da Cultura terá que ser firme na operacionalização da ideia da proteção ao patrimônio imaterial. Para isso, sugeriu um trabalho interno **para vencer as resistências dos defensores do “patrimônio pedra e cal”** e o enfrentamento da questão como um importante componente do Estado moderno”.⁷³ (grifamos)

Perante essa manifestação, qualquer pessoa desavisada poderá crer que realmente estava em curso uma conspiração organizada, possivelmente por arquitetos, para atrapalhar a preservação do "patrimônio imaterial".

Mas, já que do ponto de vista das ações de preservação é admissível uma separação entre patrimônio material e imaterial, cumpre fazer algumas considerações a respeito de cada um:

Algumas características do chamado patrimônio imaterial permitem que ele estabeleça uma relação de certa maneira religiosa com os membros de uma sociedade: é intangível, normalmente não tem dono, e seu usufruto acontece geralmente de maneira inconsciente. O patrimônio imaterial é vivido sem necessidade de racionalização, enquanto o material se impõe à nossa atenção pela sua consistência física, ele ocupa

⁷² LONDRES, Maria Cecília. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*.

⁷³ IPHAN, *O Registro do Patrimônio Imaterial*.

lugar no espaço. Por outro lado, à diferença do patrimônio imaterial, o patrimônio material é sempre um bem econômico, e, portanto, as ações de proteção têm que ser realizadas pelo Estado, porque implicam em limitação da propriedade para tentar garantir a sua supervivência e uso social.

Para finalizar, cumpre chamar a atenção para o fato de que esse mesmo preconceito acima referido chegou a consolidar uma história mais ou menos oficial do IPHAN, qual seja, que a instituição nunca se preocupou com o patrimônio imaterial, ocupada que estava na conservação da pedra e cal. Uma pesquisa no arquivo de IPHAN é suficiente para mostrar que, embora o Decreto 25 tivesse uma abrangência menor que o anteprojeto de Mário de Andrade, a Instituição sempre esteve atenta a todos os tipos de manifestações culturais, e não “em razão de sua materialidade”, como aponta Adler Homero de Castro. No entanto, na justificativa para a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, podemos ler:

“De um lado se tinha a cultura “oficial” referida a um passado morto, que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado. A reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura morta do patrimônio do passado, referências concretas porém estáticas e distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.”⁷⁴

Ao longo deste trabalho, pretendemos expor à vista como a ação do IPHAN não se limitou ao tombamento, e chamar a atenção para o fato de que tombamento encerra em si um universo muito maior que o objeto tombado. Por oportuno, incluímos aqui um pequeno trecho de *A gravidade e a graça*, de Simone Weil:

O tempo, na sua marcha, utiliza e destrói o que é temporal. Também nele existe mais eternidade no passado que no presente. Valor da história efetivamente cumprida, semelhante à da recordação em Proust. Deste modo, o passado apresenta-nos qualquer coisa que é, simultaneamente, real e melhor que nós, e que pode empurrar-nos para cima, coisa que o futuro nunca faz.

⁷⁴ LONDRES, Maria Cecília. *Referências culturais, base para novas políticas de patrimônio*, in *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília IPHAN, FUNARTE, 2000.

Na Justificativa deste trabalho, fizemos referência ao conteúdo da Revista do IPHAN nos 23 volumes publicados entre 1937 e 1990, e principalmente aos dez primeiros números, de 1937 a 1946. Mas, a referida ação do IPHAN não se restringia à revista, como apontaremos na PARTE II, O Intangível Manifesto.

Dessa maneira, quando, em agosto de 2000, é promulgado o Decreto No 3.551, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, não está se criando ou descobrindo esse patrimônio. O que se está procurando é uma ferramenta de ação institucional para identificação e valoração do mesmo, à semelhança do estatuto do tombamento com relação ao chamado patrimônio material. Mais uma vez cabe lembrar que, apesar do poder discriminatório da ação institucional, o patrimônio cultural existe independentemente dela.

PARTE II

O INTANGÍVEL MANIFESTO

2.1 O intangível nos primórdios do IPHAN

No primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade apresenta o programa dessa publicação cujo texto, ao longo dos anos, viria a se tornar documento de referência para a discussão do patrimônio cultural no Brasil. Ele escreve:

..."O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo."

..."O presente número desde logo se ressentir de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitui do "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a factos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico bibliográfico ou artístico". Equiparam-se ainda a esses valores "os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".

..."Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclama longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo"...⁷⁵

Rodrigo é consciente da magnitude do universo do patrimônio e é explícito ao declarar que esse universo não se restringe aos "monumentos arquitetônicos".

X

Um rápido exame do conteúdo da Revista do IPHAN revela a diversidade de interesses que orientavam a publicação. Para este trabalho, faremos uma rápida revisão nos cinco primeiros volumes da revista que correspondem aos cinco primeiros anos de funcionamento do "SPHAN". A esses primeiros anos de existência da Instituição, está se chamando arbitrariamente de "primórdios do IPHAN".

⁷⁵ Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional No 1, Rio de Janeiro, SPHAN, 1937

No primeiro número, Heloisa Alberto Torres assina um texto sobre a proteção da documentação arqueológica e etnográfica no Brasil. Ela não se limita à conservação de documentos arqueológicos, ela fala de educação patrimonial, fala também dos conflitos entre a "civilização" e a cultura dos indígenas. Ela escreve:

"Ha quatro séculos não temos feito outra coisa senão proceder junto ao indígena de modo a fazê-lo acreditar na sua inferioridade, colocando-o em condições inadequadas para o desarrollo que o seu nível cultural permite desempenhar com eficiência."⁷⁶

E mais adiante:

"Quando a nossa cultura os interessar, eles que venham a nós, em vez de irmos nós a eles, levando-lhes elementos que, por mais vantajosos que nos pareçam, não se ajusta a suas condições de vida, sem causar choques, às vezes de conseqüências lastimáveis"... "A chave do problema da proteção aos indígenas reside - e isso está bem claro na consciência de quantos refletiram no assunto - na demarcação das terras"⁷⁷

É importante notar como agora, três quartos de século depois, essas preocupações e considerações se mantêm atuais.

No mesmo número 1 da Revista, no artigo *Sugestões para o Estudo da Arte Brasileira em Relação com a de Portugal e das colônias*, de Gilberto Freyre, há um parágrafo que mostra que o conceito de "arte" e "artístico" se aplicava também à culinária. Diz o autor:

"Esses traços de influência ou de sugestão brasileira sobre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. Eles se encontram nos doces - nos quais certos ingredientes brasileiros se juntaram aos da Índia ou da África, ou simplesmente aos tradicionais, portugueses, para produzirem combinações novas para o paladar, para o olfato, para a vista."

Também nesse número, um artigo de Raimundo Lopes trata das relações entre a natureza e os monumentos culturais e há "Notas", sem identificação do autor, sobre o Museu Regional de Olinda, o Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora e o Museu Coronel David Carneiro em Curitiba.

⁷⁶ ALBERTO TORRES, Heloísa. *Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil*. BRASIL, IPHAN. *Revista do IPHAN*. No .1, 1937

⁷⁷ Ibidem

No segundo número da Revista, o artigo de Estevão Pinto⁷⁸ "Alguns Aspectos da Cultura Artística dos Pancarús de Taracatú" apresenta um relato etnográfico sobre os modos de vida, cerimônias e objetos rituais e artísticos desse agrupamento indígena. Trata-se de uma comunidade com menos de mil pessoas que habitava um espaço "uma légua em quadro" no sertão de Pernambuco.

O autor informa no início de texto:

"Em missão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujos serviços se encontram a cargo do dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, passei as minhas feiras de junho de 1937 entre as populações primitivas do Brejo-dos-Padres, no município de Taracatú."

Também no segundo número da Revista, aparece o ensaio, "Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão", de Raimundo Lopes⁷⁹, no qual o autor estuda a pesca nos rios e lagos da Baixada Maranhense. Seu trabalho demonstra um extenso conhecimento sobre o que designa o "complexo da pesca" no Brasil, assim como sobre as práticas sociais de pesca entre povos de África, Oceania, Ásia, Europa e de outros países da América do Sul.

No terceiro número há um artigo cheio de erudição de Deoclecio Redig de Campos⁸⁰, sobre um desenho precioso: "Um Desenho Preparatório para a 'Libertação de São Pedro', obra da Escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro". O autor discute a autoria da obra e chama atenção para o valor da obra. Termina seu texto dizendo:

"Artisticamente, enfim, este esboço além de ser muito estimável como obra de um dos bons artífices da plena Renascença, tem o valor de uma preciosa relíquia por ter sido traçado na própria oficina de Rafael, cuja presença

⁷⁸ Estevão Pinto foi um dos pioneiros da Antropologia no Brasil, foi professor de Antropologia e Etnografia na Universidade de Pernambuco e membro da Academia Pernambucana de Letras. Publicou artigos em jornais nacionais e estrangeiros e diversos livros sobre história, política, antropologia e áreas afins.

⁷⁹ Raimundo Lopes, Engenheiro e Etnólogo maranhense da primeira metade do século XX, foi pesquisador do Museu Nacional no Rio de Janeiro e autor de várias obras. O ensaio publicado na Revista foi recentemente reeditado junto com "Gonçalves Dias e a raça americana" (DOMINGUES, Heloisa, Maria Bertol; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.). Raimundo Lopes: dois estudos resgatados. Prefácio de Luis de Castro Faria. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 174 p. ISBN 978-85-88777-37-8).

⁸⁰ Deoclécio Redig de Campos foi diplomata, escritor, curador, crítico de arte e restaurador. Foi adido cultural do Brasil no Vaticano durante trinta anos, foi conservador chefe e depois diretor do laboratório do Museu do Vaticano. Ganhou projeção internacional ao se tornar responsável pela restauração da *Pietà* de Michelangelo quando foi mutilada em maio de 1972.

guiava, por assim dizer, a mão do desenhista, comunicando-lhe grande parte da harmonia divina e da juvenil serenidade do inimitável Pintor das Graças."

Na Revista número quatro, chamamos a atenção para o artigo de Alberto Lamego⁸¹ sobre as "Grandes Festas Celebradas em 1760 em São Francisco de Borja, um dos Sete Povos da Missões em Honra de Carlos III e sua Esposa, Reis de Espanha". O autor cita um manuscrito anônimo escrito por um jesuíta que descreve com detalhe os onze dias de festividades das quais fizeram parte banquetes, touradas, fogos de artifício e os indígenas, que, além de danças nativas, apresentaram danças européias e óperas em espanhol.

"No primeiro desses sete dias representaram os índios a ópera de *rei Orontes de Egipto*, pagão que, tentando tirar a vida ao seu primogênito Rosmeno, por ter desprezado os ídolos e abraçado a fé católica, por final por este convertido.

No segundo dia os soldados, os soldados desempenharam a comédia *Del Desdén con el desdén*.

No terceiro dia, os índios, a ópera *Felipe Quinto*, quando renunciou o reino a seu primogênito Luis I.

No quarto, os militares, a comédia: *Del Amo criado*.

No quinto, os índios, a ópera: *De los Pastores de Nacimiento del Niño Dios*.

No sexto, os militares, a comédia: *os Cavellos de Absalón*.

Finalmente no sétimo, os índios, outra ópera do *Nacimiento*, mas diferente da anterior."

..."Efetuaram nesses dias mais de setenta danças diferentes algumas com vinte e trinta dançarinos.

Umás à espanhola, outras à italiana, à francesa, à inglesa."

..."Agradaram muito cinco danças de negros, vestidos com bizzarria, e foram repetidas todos os dias, a pedido geral."

O tema central do artigo é a festa e a confusão multicultural que ela reflete. Em nenhum momento há alguma alusão ao conjunto arquitetônico urbanístico onde ela acontece.

No quarto volume da revista, Hannah Levy publica o artigo teórico "Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte" que se tornou um clássico nas discussões sobre o valor afetivo e o valor documental da obra de arte e dos bens culturais e sobre sua pluralidade de valores. A mesma autora contribui, com diversos artigos, em outros números da Revista sob os seguintes títulos: *A propósito de três teorias sobre o Barroco* (1941), *A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas*

⁸¹ Alberto Ribeiro Lamego nasceu no final do Século XIX, na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Geólogo e geógrafo, era formado em Engenharia de Minas em Londres. Autor de vários livros, colaborou mais de uma vez com artigos na Revista do IPHAN.

fontes e alguns de seus aspectos (1942), *Modelos Europeus na Pintura Colonial* (1944) e *Retratos Coloniais* (1945).⁸²

Na coleção inteira da Revista, aparecem, enfim, estudos sobre vestuário, decoração das malocas indígenas, arqueologia amazônica, congregações religiosas, fotografia, ourivesaria, música, ecologia, artesanato, cinema, televisão, antropologia, mitologia indígena, carnaval, candomblé, linguística e muitos outros.⁸³

2.2 Exploradores, fotógrafos e outros registradores do intangível

Em 1839, o naturalista Manuel Ferreira Lagos descobriu, na Livraria Pública da Corte (hoje Biblioteca Nacional), um documento intitulado *Relação histórica de uma oculta, e grande povoação antiquíssima sem moradores*. Entusiasmado com o que parecia ser um achado de grande importância científica, o cônego Januário Barboza publicou integralmente o texto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Este estudioso acrescentou uma introdução, na qual fazia referência a antigas tradições, recuperando a lendária história de Robério Dias, o Muribeca, preso por se negar a revelar ao governo português a localização de valiosas minas de prata na Bahia.

O documento se refere a uma expedição realizada por bandeirantes, que permaneceu durante dez anos percorrendo os sertões da Bahia, à procura das minas de Muribeca. Vejamos o que a respeito nos diz o historiador Johnni Langer:

“O início do relato descreve o encontro de uma montanha muito brilhante, devido à existência de cristais. Admirados pelo local, os bandeirantes no entanto não conseguiram escalar a formação rochosa. Um negro da expedição, ao tentar alcançar um veado branco (albino?), encontrou um caminho calçado por dentro da montanha, pelo qual a excursão seguiu adiante. Do alto da montanha, avistaram adiante uma "povoação grande, persuadindo-nos pelo dilatado da figura ser alguma cidade da Costa do Brazil"1. Após certificarem-se de que o local estava despovoado, iniciaram sua exploração.

O acesso para a cidade era feito por um único caminho de pedra. A entrada da urbe era formada por "tres arcos de grande altura, o do meio he maior, e

⁸² Hanna Levy, historiadora da arte alemã, esteve no Brasil entre 1937 e 1947, período em que realizou importantes trabalhos para o "SPHAN".

⁸³ BRASIL, IPHAN. *Revista do IPHAN*. Nos. 1 a 23, 1937 – 1990.

os dous dos lados são mais pequenos: sobre o grande, e principal devizamos Letras que se não poderão copiar pela grande altura". Na cidade, as casas eram feitas com muita regularidade e simetria, parecendo "huma só propriedade de cazas, sendo em realidade muitas, e algumas com seus terrados descubertos, e sem telha, porque os tectos são de ladrilho requemado huns, e de lages, outros". Percorrendo o interior destas habitações, os bandeirantes não encontraram nenhum vestígio de móveis ou qualquer outro objeto. Ao final da rua, depararam com uma praça regular, que possuía em seu interior uma:

(...) collumna de pedra preta de grandeza extraordinaria, e sobre ella huma Estatua de homem ordinario, com huma mao na ilharga esquerda, e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index ao Polo do Norte; em cada canto da dita Praça está uma Agulha, a imitação das que uzavão os Romanos, mas algumas já maltratados, e partidos como feridas de alguns raios.

Sobre o pórtico principal da rua, também situava-se uma "figura de meio relevo talhada da mesma pedra, e despida da cintura para cima, coroada de louro" e com inscrições abaixo do escudo. Nos lados esquerdo e direito da praça existiam edifícios imensos. O primeiro parecia, segundo os narradores, um templo com muitas figuras em relevo nas suas laterais, como cruzeiros e corvos. Outras partes da povoação, jaziam em grande escombro e muita ruína, que teria sido causado por um terremoto. Próximo à praça descrita, também havia um grande rio. Seguindo por ele, os bandeirantes após três dias encontraram uma enorme catadupa (cachoeira). Neste local, ocorriam grandes quantidades de furnas, muitas cobertas com lages e inscrições. Ainda entre as ruínas foi encontrada uma moeda de ouro muito grande, com "a imagem, ou figura de hum moço posto de Joelhos, e da outra parte hum arco, huma coroa, e huma sétta". Após chegarem na região entre os rios Paraguaçu e Una, os expedicionários enviaram uma carta ao Rio de Janeiro, originando o manuscrito original."⁸⁴

Embora não existissem evidências sobre a veracidade do relato, os intelectuais da época ficaram alvoroçados com a possibilidade da descoberta que poderia trazer para o Brasil a imagem de "uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados".⁸⁵

Com a intenção de obter provas concretas do que poderia ser um passado glorioso, os membros do IHGB escolheram, em 1840, o cônego Benigno José de Carvalho e Cunha para chefiar uma exploração destinada a encontrar a cidade perdida da Bahia. Este religioso era professor, poliglota, especialista em línguas orientais e padre subordinado

⁸⁴ LANGER, Johnni. *A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império*. *Rev. bras. Hist.*, 2002, vol.22, no.43, p.126-152. ISSN 0102-0188.

⁸⁵ *Ibidem*

ao arcebispo Romualdo Seixas na Bahia. Parece que este arcebispo, membro do Instituto, desejoso de manter controle sobre todos os fatos científicos e culturais de sua província, indicou o cônego Benigno como responsável pelo descobrimento e revelação dos supostos testemunhos arqueológicos. Inicialmente todos os membros do Instituto Histórico estariam envolvidos no empreendimento e o próprio D. Pedro II chegou a financiar parte da expedição. Vale lembrar que se tratava de uma época em que ainda estavam na ordem do dia as escavações de Herculano e Pompéia e as recentes descobertas arqueológicas no México e no Peru, que se tornaram amplamente conhecidas graças aos trabalhos de Humboldt, de Lord Kingsborough e de Jean Waldeck. Justificava-se, portanto, que os intelectuais brasileiros também esperassem encontrar vestígios semelhantes no interior do país. Outro aspecto a ser ressaltado seria o de uma tentativa de *interiorização da civilização*, da propagação dos ideais de civilidade, moral e religião.

Durante quase nove anos, o desafortunado cônego Benigno realizou diversas tentativas de chegar à cidade perdida e foi, aos poucos, perdendo o crédito entre os intelectuais e entre aqueles que lhe davam suporte financeiro. Morreu em 1849 e, com ele, morreram também as expectativas do império brasileiro de encontrar as marcas de uma civilização remota na pré-história.

x

Cem anos depois das primeiras iniciativas de Benigno, o IPHAN (DEPHAN, na época) contrata o Arqueólogo Hermann Kruse para se encarregar do mesmo assunto: a cidade perdida da Bahia. Naturalmente, desta vez não se trata de descobrir os vestígios de uma civilização perdida e sim de tentar descobrir as origens do mito.

O pesquisador Kruse e o historiador Pedro Calmon concluíram que a autoria do *Relato* era do bandeirante João da Silva Guimarães, que ao explorar os sertões baianos entre 1752-53, teria deixado transparecer a descoberta das ricas minas de prata de Muribeca, justamente na região dos rios Paraguaçu e Una⁸⁶. Uma similaridade de data e localização com a apontada na *Relação* da cidade abandonada. As minas se revelarem carentes de valor e, desiludido, Guimarães teria ido conviver com os índios,

⁸⁶ KRUSE, Herman. *O manuscrito 512 e a viagem à procura da povoação abandonada*. São Paulo, janeiro de 1940. Rio de Janeiro, Departamento do Patrimônio Histórico, Arquivo Nacional, p. 20; CALMON, Miguel. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: A noite, 1950, p. 164

desaparecendo após 1764. Há outra indicação valiosa sobre a origem do mito dada por esses estudiosos. O governador da província mineira, Martinho de Mendonça de Pena e de Proença, um dos patrocinadores das buscas de Guimarães, tinha sido bibliotecário, poliglota e filólogo, membro da Real Academia de Lisboa.

Mas não é esse o único estudo que Kruse realiza para o Patrimônio. Existem no Arquivo Central do IPHAN diversos documentos referentes aos trabalhos realizados por esse pesquisador, por encomenda institucional. À guisa de exemplo, podemos mencionar os seguintes:

- Relatório “Conjecturas fundadas sobre a existência de vestígios de uma cultura remota no Brasil” 21 de outubro de 1938;
- Relatório “As matas do Orobo e a ‘Lapinha’”;
- Relatório “Arte primitiva sertaneja” 11 de novembro de 1940;
- Relatório “Noticias suplementais sobre o manuscrito 512 e a Cidade abandonada”, ainda a respeito da cidade perdida da Bahia;
- “Índice de cópias de pinturas rupestres” (cópias fotográficas);
- “Desenhos de pinturas rupestres – zona da Serra do Sincorá”;
- “Arte rupestre no Brasil e as pinturas na serra do Sincorá”;
- “As matas do Orobo e a ‘Lapinha’”;
- “Zona do Lageado Alto – Baía – os tanques e os fósseis dos animais antediluvianos”;
- “Arte rupestre no Brasil e as pinturas na Serra do Sincorá”.

Existem, ademais, referências às viagens realizadas por Kruse, que demonstram o interesse do IPHAN na identificação e valoração do patrimônio imaterial. Podemos citar como exemplo o itinerário de Kruse e os motivos que o levaram a visitar os lugares, dentre os quais:

- Porto Pirapora, Lapa (Bom Jesus) – para adquirir material etnológico (ex-votos) e artigos de arte aplicada;
- Santa Maria da Vitória – para estudar a fabricação de barcas e cabeças de barcas para navegação do rio São Francisco;

- Riacho de Sant'Ana – para visitar o centro de arte aplicada popular (mantas, redes e bordados);
- Vila Velha, Cidade do Rio de Contas – para visitar o antigo centro de manufaturas de objetos em metal;
- Monte Alto – para estudar bordados, tecidos, instrumentos musicais;
- Carinhanha, Rio São Francisco - Para estudar objetos arqueológicos.

x

Muitos fotógrafos nacionais e estrangeiros foram também contratados pelo SPHAN/DEPHAN/IPHAN para registrar costumes, celebrações, fazeres, enfim, para registrar os bens imateriais.

RELAÇÃO DE FOTÓGRAFOS

NOME	ANO	LOCAL
ABE ,JÚLIO	1940,1976	MARANHÃO
A,BÉRCIO	1940	MINAS GERAIS
ALAOR	1940	RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS
ASSIS	1940	MINAS GERAIS
BALDI, MÁRIO	1943	MINAS GERAIS
BARRETO, PAULO THEDIM	1930,1940	RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS
DUARTE, PEDRO	1943	MINAS GERAIS
FARIA, LUIS DE CASTRO	1937,1940, 1947,1953	PARAÍBA, MATO GROSSO, PARANÁ E RIO DE JANEIRO
FOUQUET, C	1941	SÃO PAULO
GAUTHEROT, MARCEL ANDRE FELIX	1940	MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA,GOIÁS,PERNAMBUCO,BAHIA, PARAÍBA
GRAESER, HERMAN HUGO	1940	SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, PERNAMBUCO
HESS, ERICH JOACHIM	1930/1950	MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA,PARANÁ, MATO GROSSO DO SUL,MATO GROSSO, BAHIA, MARANHÃO, PERNAMBUCO, SERGIPE, PARAÍBA, PARÁ,AMAZONAS
KRATZ ENSTEIN ,E	1940/51	PARÁ
KRUZE, HERMAN	1930/40	MINAS GERAIS, SÃO PAULO, BAHIA
LANGE, HANS PETER	1930/1940	MINAS GERAIS
LIMA, EPAMINONDAS CARNERO	1940	BAHIA
LOPES , R	1939	MARANHÃO
MACEDO, EPAMINONDAS	1940	BAHIA, PERNAMBUCO E ALAGOAS
MORAIS, G . D	1943	MINAS GERAIS
MOREIRA	1940	RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, BAHIA
MORGADO, RENATO	1940/1930	MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL, RIO DE JANEIRO, PERMANBUCO
PACHECO, EDENO	1937/1938	SÃO MIGUEL, SÃO LUIZ, LUZ ALTA
PANTOJA, C	1939	MARANHÃO
PINHEIRO,SILVANÍSIO	1930/1940	SERGIPE, BAHIA
PROTOSSIO, ANTONIO	1941	BAHIA
RAMASCO, AUGUSTO	1941	SÃO PAULO
REGO, EDGARD	1946	ALAGOAS
ROSENFELD, MAX	1930/1940	RIO DE JANEIRO
SCHULTZ, HARALD	1930/1940	RIO DE JANEIRO
SCHULTZE, EDUARD	1940	RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, BAHIA
SILVA, EDGARD	1940	RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPIRITO SANTO, BAHIA, GOIAS, MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL, RORAIMA, TOCANTINS, MARANHÃO
STILE, PAUL	1930	RIO DE JANEIRO
STUCKERT, GILBERTO	1940/1941	SÃO PAULO, PARAÍBA
TOTI, G	1939	MINAS GERAIS
VALLADARES, CLARIVAL DE PRATO		RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, GOIAS, PERNAMBUCO, BAHIA, MINAS GERAIS

VASCONCELLOS, SYLVIO DE	1940	MINAS GERAIS
VERGER, PIERRE EDOUARD LEOPOLD		BAHIA
VIEIRA, ARNALDO	1941	RIO DE JANEIRO
VOSYLIUS, KASYS	1930/1940	RIO DE JANEIRO
WOLF	1930	RIO DE JANEIRO
ZAGUIR	1940	SÃO PAULO

(Fonte Copedoc/IPHAN)

Um estudo que, tomando como base esta relação, investigasse detalhadamente as relações entre o "PHAN" e os contratados, as encomendas e os produtos resultantes, traria muita luz sobre os interesses da Instituição nos primeiros anos de sua atividade.



Encontro dos tropeiros no Mercado Municipal de Diamantina
Foto de Erich Hess. Anos 50. Fonte Arquivo do IPHAN.

Muita pesquisa isenta de preconceitos ainda deve ser realizada para trazer luz sobre o trabalho pioneiro do IPHAN, de maneira que se desfaçam versões estereotipadas e anacronismos conceituais. O próprio arquivo da instituição é uma riquíssima fonte sempre disponível.

PARTE III

A IMPONDERÁVEL FRONTEIRA

3.1 O tombamento da Casa de Chico Mendes: preservação do tangível ou do intangível.

*Só a alegria de alguns compreenderem bastará
Porque tudo aconteceu para que eles compreendessem
Que as águas mais turvas contêm às vezes as pérolas mais belas*
Vinícius de Moraes

Se olharmos o estado do Acre no mapa do Brasil e nele procurarmos o município de Porto Acre, o encontraremos no extremo nordeste, na porção mais interna do estado, com relação ao restante do Brasil. Esse município, até final do século XIX, chamava-se Puerto Alonso e fazia parte do território boliviano. Viajando a montante pelo Rio Acre, levamos mais ou menos uma hora se formos de voadeira, e mais de duas se formos de batelão, para chegar ao Seringal Bom Destino, que já foi um dos mais prósperos centros de produção de borracha. Nesse lugar, foi montado, na virada do século XIX para o XX, um quartel onde os revolucionários brasileiros impediam que os bolivianos concentrados em Puerto Alonso avançassem rio acima na direção de Rio Branco e Xapuri. Existe no local um pequeno cemitério coberto de grama e guarnecido por uma grade de ferro onde jazem os restos de alguns daqueles que morreram em combate. Um pouco escondidas pela vegetação, ainda são perceptíveis as trincheiras onde se protegiam os improvisados soldados e, no fundo delas, quase aflorando, as garrafas vazias da cachaça que utilizavam para espantar o medo. Na mesma época, índios que poderiam vir a ser brasileiros eram dizimados, seringueiros levados principalmente do nordeste trabalhavam em regime de escravidão para garantir o champanhe francês de seringalistas que nunca tinham colocado um pé na mata, enquanto ribeirinhos e índios construía a difícil convivência. Pouco tempo depois, estes virão a ser afetados pela invasão de fazendeiros provenientes do sul, patrocinada pelo próprio governo.

Esta introdução se faz necessária para apresentar, resumida e rapidamente, o contexto aonde virá a viver e atuar Chico Mendes, e a necessidade de fazer um pouco de história antes de discutir o assunto central desta seção.



Foto: José Aguilera

Onde antigamente existia floresta, nas duas margens das estradas que cortam o Acre, há uma cobertura de vegetação rasteira, no meio da qual aparecem, como fantasmas, alguns esqueletos de castanheiras que não produzem mais. A falta de vegetação com altura intermediária impede a polinização e torna estéreis essas árvores cuja derrubada é inutilmente proibida por lei. É o resultado mais perceptível da ocupação inadequada da região e é um pequeno indício dos conflitos cuja dimensão se intensifica à medida que adentramos na floresta. O escritor e jornalista Antônio Alves declara que essa situação é uma amostra dos sinais deixados numa terra cuja luta secular é “Uma guerra permanente pela conquista de um território na consciência do Ocidente, a delimitação de uma reserva de tolerância onde se possa preservar tanta diferença”.⁸⁷

Nesse meio forjado pelo combate, pelos conflitos de terra, pela luta pela preservação da floresta, algumas lideranças apareceram acrisoladas entre humildes trabalhadores rurais. Muitos foram mortos, entre eles Chico Mendes, cuja atuação e ideais ultrapassaram as fronteiras de Xapuri, do Acre e do Brasil, alcançando proeminência no mundo inteiro.

O Homem

É uma tarde de maio de 1988, umas 70 ou 80 pessoas se aglomeram em uma grande sala de aula do Departamento de Geografia da USP para escutar um palestrante bastante

⁸⁷ ALVES, Antônio. **Caderno Povos da Floresta**. Rio Branco, Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes, 2003.

diferente dos oradores habituais. É um senhor de meia idade, modestamente vestido com uma camisa xadrez e uma jaqueta cáqui um pouco amarfanhada, tem profundas olheiras e cabelos pretos bastante desalinhados. É muito provável que tenha vindo diretamente da rodoviária para esse encontro. Acaba de chegar do Rio de Janeiro, onde proferiu algumas palestras.⁸⁸

Ele discorre metodicamente sobre a formação da sociedade acreana, a partir dos conflitos entre os primeiros imigrantes e os habitantes originais dessa terra, os índios. Fala dos embates, dos massacres e finalmente da absorção da sabedoria que tornava possível a convivência com a floresta. Fala também das desastradas iniciativas oficiais para “povoar” a região, fala da peleja pela brasilidade. Fala do sistema desumano de exploração dos excluídos, das lutas dos humildes para defender, não a posse da terra que não lhes interessa, mas a possibilidade de cuidá-la, de trocar favores com ela sem violentá-la. Diante desse irrepreensível discurso, poderíamos supor que a pessoa que nos fala é um estudioso com vasta instrução, um cientista social, um historiador. Estaríamos completamente enganados, trata-se de um camponês, um homem rude, criado e curtido na floresta. Trata-se de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes.

Chico Mendes Filho nasceu no seringal Porto Rico, em Xapuri, AC, no dia 15 de dezembro de 1944. Seus pais foram Francisco Alves Mendes e Iraci Lopes Mendes. Aprendeu o ofício de seringueiro com o pai e, de acordo com seu próprio depoimento, começou aos nove anos a trabalhar na extração da borracha. Poderia ter sido um seringueiro analfabeto a mais, se o acaso não o colocasse, com a idade de 18 anos, em contato com um personagem que possivelmente deu outro rumo à sua vida. Durante cinco anos, conviveu na floresta com Euclides Fernando Távora, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Távora era um ex-oficial do Exército que, preso após o levante comunista de 1935, conseguira escapar da prisão e refugiar-se, primeiro na Bolívia e depois no Acre, no meio da mata que garantia sua liberdade. Alguns livros e os poucos jornais que chegavam à região teriam servido como material didático e, possivelmente, um aparelho de rádio foi o primeiro meio de acesso de Chico Mendes ao mundo exterior.

⁸⁸ A AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, através do professor Carlos W. P. Gonçalves, convidou o seringueiro Chico Mendes, que expôs a luta pela preservação da floresta amazônica como condição de sobrevivência dos povos da floresta. Departamento Geografia – USP / Maio de 1988

O Homem e o Meio

Para compreender melhor a trajetória de Chico Mendes e o ambiente onde nasceu e se desenvolveu, vamos utilizar como roteiro seu próprio depoimento na palestra acima referida.

É impossível precisar quando começou a ocupação da Amazônia. Os arqueólogos que se inclinam pela hipótese de que o homem americano não é autóctone acreditam na possibilidade de uma migração de grupos asiáticos que, a partir da Sibéria, teriam vindo para América através do estreito de Behring quando o nível do mar permitiu uma passagem por terra. Até pouco tempo atrás os estudiosos acreditavam que essa migração teria acontecido há aproximadamente 13.000 anos, via América do Norte. Há pouco tempo, foi descoberto em São Raimundo Nonato, no Piauí, um sítio arqueológico que teria mais de 40.000 anos, o que demonstraria que o habitante primitivo brasileiro é muito mais antigo do que se supunha.⁸⁹ A Amazônia era povoada, antes da chegada dos europeus.

Podemos considerar o início do século XVII como o começo da penetração dos portugueses na Amazônia, partindo de Belém e São Luís. O rio Amazonas e sua foz eram o sustentáculo para manter o domínio sobre a região e para garantir a posse, disputadas em combate com os franceses, holandeses e irlandeses que cobiçavam a região. A expulsão dos franceses do Maranhão 1615, a fundação da cidade de Belém, e a expulsão dos holandeses do atual estado do Amapá em 1648, abriram as portas da dimensão continental da Amazônia para os portugueses.

A expulsão dos franceses do Maranhão ajudou a demarcar a fronteira norte. A consolidação espacial definitiva da Amazônia Portuguesa se deu com a assinatura do Tratado de Madrid⁹⁰ e o de Santo Ildefonso⁹¹, em meados do século XVII.⁹²

⁸⁹ BESSA FREIRE, José Ribamar. *A Amazonia Colonial (1616-1798)*, Manaus, BK Editora, 6ª Edição, 2008.

⁹⁰ O Tratado de Madrid foi firmado a 13 de janeiro de 1750, entre os reis João V, de Portugal, e Fernando VI, de Espanha, para definir os limites entre as respectivas colônias na América do Sul. Teve como objetivo substituir o Tratado de Tordesilhas, o qual, na prática, não era mais respeitado.

⁹¹ O Tratado de Santo Ildefonso, também firmado entre os reinos de Portugal e Espanha, foi assinado em 1777, encerrando a disputa pela colônia sul-americana de Sacramento. Decidiu-se que o reino espanhol teria a posse da Colônia de Sacramento e da região dos Sete Povos das Missões, e devolveria à Coroa Portuguesa as terras ocupadas nos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁹² HEITMANN, Fernanda. *Povos da Floresta*. Brasília: doc. datilografado, 2007.

A União das Coroas Ibéricas favoreceu a expansão portuguesa. Posteriormente, a emancipação portuguesa incentivaria a interiorização na região amazônica

O Estado do Acre

O interesse pela região e o início de sua ocupação por imigrantes no final do século XIX está relacionado com a existência da árvore *hevea brasiliensis* da qual se extrai o látex que serve de base para a produção da borracha vegetal. Essa árvore, riqueza do lugar, foi também fonte de dolorosos conflitos que se estenderam até a época atual.

Vejamos o depoimento de Chico Mendes:

“O ‘desbravamento’ da Amazônia começa a partir de meados do século XIX, ou seja, a partir do ano de 1877, quando começaram a chegar as primeiras levas de nordestinos para Amazônia. Mas se vocês perguntam: a Amazônia foi sempre desabitada? Eu digo: não! Ela já tinha seus verdadeiros habitantes, seus donos que eram os índios, naquela época, 1877, antes da chegada dos brancos na Amazônia existiam nas regiões do Vale do Juruá do Acre mais de 60 grupos tribais e, juntos, formariam várias nações e que eram legítimos donos daquela região amazônica. E foi exatamente a partir do século XIX, ou seja, de 1877 que, atendendo a interesses econômicos a borracha ganha o relevo, a ocupação da Amazônia é impulsionada pela política da borracha que interessava aos grupos estrangeiros e internos. Começa então o tráfico de nordestinos para a Amazônia e eu falo tráfico porque naquela época o nordestino já era vítima da seca que era decorrência dos grandes desmatamentos feitos também no Nordeste pelos coronéis daquela época. Chega um momento em que esse povo é usado como escravo para desbravar a Amazônia e atender aos interesses de grupos internacionais e dos patrões. Começa então uma vida difícil, a do nordestino na Amazônia, quando milhares de famílias se deslocaram para aquela região e, de repente, essas pessoas tiveram que entrar em confronto com os verdadeiros donos da terra que eram os índios. Armados pelos patrões, esses companheiros foram obrigados a entrar em guerra contra os índios e milhares de tribos foram dizimadas naquela época. Os seringueiros eram preparados pelos patrões, e grande parte da região amazônica - o rio Purus, o rio Madeira, o Vale do Juruá - foi invadida pelos brancos e os índios daquele lugar foram mortos. Das 60 tribos existentes naquela época, o número ficou resumido a umas 10 tribos.⁹³

Em 1882, foram organizados os seringais Livre-nos Deus⁹⁴, à margem direita do Purus, e Empresa, à margem esquerda, onde atualmente se localiza a cidade de Rio Branco,

⁹³ MENDES, Francisco Alves Filho. Depoimento à AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Departamento Geografia – USP / Maio de 1988

⁹⁴ Esse seringal foi considerado o mais longínquo da região, distando cerca de 2.500 quilômetros da foz do rio Purus.

atual capital do Acre. Entre os anos de 1873 e 1882, a região amazônica praticamente duplicou sua produção e exportação. Grande parte desse incremento se deve à abertura dos seringais localizados nas proximidades do rio Purus, que era, sem dúvida, como descreve Euclides da Cunha⁹⁵, o mais rico entre os rios da Amazônia.

No final do Século XIX, grandes levas de nordestinos e outros habitantes procurarão abrigo na floresta:

“Para os fugitivos da guerra de Canudos, para os rebeldes dos pampas gaúchos, para os tangidos pela seca, para os repudiados de toda sorte, não havia outro caminho possível senão a floresta que a todos acolhia e escondia”⁹⁶

Por outro lado e desde o final da década de 1870, as autoridades bolivianas, percebendo que a ocupação brasileira já tomava grandes proporções, iniciaram manobras diplomáticas para reaver essa porção de seu território. Para os brasileiros, a ocupação do Acre era facilitada pelos rios Purus e Juruá que, como afluentes do Amazonas, permitiam o acesso dos barcos que traziam gente de Manaus e Belém e retornavam com carregamentos de borracha. Os bolivianos tinham a desvantagem de o fluxo de seus rios levar para o rio Madeira e não para o Acre. Além disso, eram obrigados a enfrentar tribos indígenas guerreiras e tinham muita dificuldade de aclimação na selva amazônica.

No final de 1898, a Bolívia enviou uma missão militar de ocupação para o Acre, enquanto negociava um contrato de arrendamento com capitalistas europeus e norte-americanos⁹⁷, causando grande revolta nos colonos brasileiros. Para garantir o domínio sobre a área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos sobre a extração da borracha e fundaram a cidade de Puerto Alonso, às margens do rio Acre. Em maio de 1899, ocorreu a primeira insurreição acreana que expulsou os bolivianos da cidade que haviam fundado.

Ao mesmo tempo, põe-se a caminho, saindo de Manaus na direção do Acre e dissimuladamente apoiado pelo governo do Amazonas, Luis Galvez, para tentar resolver

⁹⁵ O engenheiro, sociólogo e escritor Euclides da Cunha foi nomeado, pelo Barão do Rio Branco, chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus, na fronteira do Brasil com o Peru. A comissão percorreu cerca de 6.400 quilômetros, chegando à foz do rio Purus em abril de 1905.

⁹⁶ NEVES, Marcos Vinicius. Uma breve história da luta acreana. In *Caderno Povos da Floresta*. Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes, Rio Branco, 2003.

⁹⁷ NEVES. Op. Cit.p. 13

os conflitos sem obedecer à orientação do governo brasileiro que exigia a devolução do território aos bolivianos. “Já que a pátria não nos quer, criamos outra” é o slogan de Galvez, que entra em acordo com os seringalistas locais para criar o “Estado Independente do Acre”. Esta situação teria uma vida efêmera de oito meses, durante os quais se tentou estabelecer normas que diziam respeito à organização social, condições sanitárias e a formas de exploração racional da floresta.

Porém, seguindo as definições do Tratado de Ayacucho⁹⁸, o governo brasileiro não reconheceu a independência do Acre, considerando-o, ainda, território boliviano, e enviou tropas em 1900 para dissolver a República do Acre e prender o então presidente Galvez. Nesse mesmo ano, após conflitos armados contra tropas bolivianas, o governo do Amazonas envia a chamada “Expedição dos Artistas”, que proclamou a Segunda República do Acre, derrotada, dessa vez, pela Bolívia.

Mas, o que acontecia àqueles cuja sobrevivência dependia da floresta?

“Ao mesmo tempo, durante mais de um século, mais de 130 anos, o seringueiro passou a viver sob um regime de escravidão, porque apesar de ele ter se transformado em um extrativista e que foi através do extrativismo que o Brasil foi muito beneficiado, é que nós fomos durante muitos anos os responsáveis pelo sustentáculo da economia nacional, nós nunca tivemos um retorno disso. Em 1900, por exemplo, os seringueiros foram acionados e transformados em guerrilheiros e revolucionários. E foram eles que, de arma na mão, anexaram o território do Acre ao território do Brasil. E, mais uma vez a recompensa nossa foi continuarmos como escravos. Os trabalhadores que saíram lá do nordeste não tiveram a sorte de voltar por vários motivos: primeiro, alguns foram mortos pelos próprios índios que reagiram em princípio; segundo, outra grande parte morreu atacada por doenças desconhecidas naquela região sem nenhum atendimento médico, não havia possibilidade para isso, não havia médico naquela região; terceiro, aqueles que conseguiram tirar saldo produzindo borracha tiveram como recompensa uma bala dos jagunços. Porque quando um seringueiro, naquela época, conseguia liquidar suas contas com o patrão e retirava um saldo para refazer um sonho de retornar ao nordeste e rever seus familiares; no momento em que eles recebiam o seu dinheiro, os jagunços já estavam lhe esperando lá num tronco de uma árvore, matavam ele e o dinheiro era devolvido para o patrão.⁹⁹

⁹⁸ Tratado assinado entre Brasil e Bolívia, em 1867, definindo as fronteiras entre os dois países nas terras da Amazônia Ocidental, onde atualmente se localiza o Estado do Acre.

⁹⁹ MENDES, Francisco Alves Filho. Depoimento à AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros,

No início de 1902, a Bolívia negociou a constituição do Bolivian Syndicate, companhia de capital anglo-americano que estaria adquirindo o direito do uso do Acre por vinte anos com poderes militares e alfandegários que incluíam a livre navegação pelos rios amazônicos.

“Porque naquela época havia um briga de grupos econômicos liderada pelos ingleses que se interessavam pela nossa exploração da borracha. Aparece então um gaúcho chamado Plácido Castro¹⁰⁰, descontente com essa política. Era um momento em que os seringueiros estavam sendo massacrados e explorados por grupos estrangeiros. Plácido lidera junto com os seringueiros o movimento revolucionário que em 1902-1903, resultou no acordo revolucionário assinado pelo Barão de Rio Branco e o Acre passa a ser anexado ao território brasileiro.”¹⁰¹

Era a Revolução Acreana, que ocupou toda a região, proclamando, assim, a Terceira República do Acre, dessa vez com o apoio do Presidente da República, Rodrigues Alves. No Tratado de Petrópolis de 1903, a Bolívia abria mão de toda a região do Acre em troca de áreas do Estado de Mato Grosso, além da importância de dois milhões de libras esterlinas e da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando os rios Mamoré (em Guajará-Mirim-RO, na fronteira Brasil-Bolívia) e o Madeira (afluente do rio Amazonas, que corta a cidade de Porto Velho, em Rondônia), com o objetivo de permitir o escoamento da produção regional, sobretudo de borracha.

Não será desta vez que o Acre vai conseguir se incorporar como um estado à federação brasileira. O governo federal criou a figura de Território Federal e o Acre passou a ser tutelado pelo poder executivo federal que nomeava seus governadores e recolhia os impostos provenientes da extração da borracha. Somente em 15 de Junho de 1962, foi sancionada pelo Presidente da República João Goulart a Lei 4.070, que elevou o Acre à categoria de Estado. Em Outubro de 1962, foi eleito o primeiro governador do Estado do Acre, José Augusto de Araújo, cuja administração não chegou a durar dois anos, o golpe militar de 1964 acabou com o primeiro governo democrático e constitucional do recém criado estado.

Os habitantes da floresta

Departamento Geografia – USP / Maio de 1988

¹⁰⁰ Seringueiros e seringalistas capitaneados pelo ex-oficial do exército federalista Plácido de Castro, combatente veterano da Revolução de 1893-95 no Rio Grande do Sul, se organizaram para enfrentar o exército boliviano.

¹⁰¹ Mendes. *Ibidem*

O continente americano já era ocupado por indígenas há várias gerações, antes mesmo da chegada dos europeus à América, em 1492. No Brasil, o território hostil da Amazônia, percorrido por aventureiros a partir do século XVI, disputado por espanhóis e portugueses, começou a ser efetivamente ocupado pelo colonizador branco a partir de meados do século XIX. Estima-se que a população indígena, nessa época, girava em torno de cinco milhões de habitantes.¹⁰²

“Ao se iniciar o século XIX, cada grupo familiar ou tribal possuía territórios claramente definidos e os relacionamentos entre esses grupos obedeciam não só às semelhanças étnicas e culturais, mas também às alianças que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo. Algumas informações indicam que havia extensas redes de comércio e comunicação cortando os diversos vales acreanos e por elas chegavam notícias e produtos de áreas longínquas”.¹⁰³

A partir do século XIX, com a chegada de grandes levas de trabalhadores e a formação dos primeiros seringais e núcleos urbanos, as comunidades indígenas tiveram suas terras usurpadas; algumas tribos foram dizimadas e outras foram obrigadas a se misturar com outras, formando novas comunidades para se manterem vivos. Vários indígenas foram absorvidos pela empresa seringalista, tornando-se seringueiros. Aliás, a contribuição dos indígenas e seus descendentes na exploração da borracha é inegável, principalmente pelo conhecimento que detinham das matas e pelo manejo com o material coletado.

A maior parte dos seringais instalou-se às margens dos rios; nessas margens, também se estabeleceram comunidades ribeirinhas, organizadas a partir de unidades produtivas familiares que utilizam os rios como principal meio de subsistência, transporte e comunicação, e que constituem uma das populações mais numerosas da floresta na atualidade.

Tradicionalmente, essas comunidades estiveram vinculadas à exploração da borracha e tinham os rios como a única forma de escoamento de seus produtos. O transporte de pessoas e mercadorias é feito em diversos modelos de embarcações. A pesca é outra atividade que exerce papel de grande importância na alimentação e na economia dessas famílias, principalmente na época de piracema.

¹⁰² TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre, p.304.

¹⁰³ Idem.

Ao longo do tempo, as populações ribeirinhas desenvolveram formas próprias de viver, hábitos e crenças distintas das comunidades que habitavam as chamadas terras firmes, além de uma forma de economia de subsistência bastante diversificada e que, ao mesmo tempo, estava adaptada e condicionada ao meio ambiente, sem agredi-lo. Praticam o desmatamento racional da floresta, ora utilizando-se das áreas de terra firme e várzeas, ora explorando as praias nas épocas de baixa da água dos rios. Vale ressaltar que, apesar de arenosas, as várzeas e praias são terras de alta fertilidade, renovadas constantemente pela reposição natural de nutrientes depositados pela elevação do nível das águas. Assim, o cultivo contínuo nessas terras não significa queda da produção no período de seca, como ocorre no sistema de agricultura de terra firme.

Seringueiro é o nome dado a todos os que vivem do corte da seringa e coleta do látex, utilizado na fabricação dos produtos de borracha. É preciso reconhecer que o Acre que conhecemos hoje deve sua existência a esses trabalhadores. O extrativismo da borracha não só foi responsável pela ocupação histórica desse estado, mas principalmente pela constituição de um modo de vida característico, que tem relação com a floresta e seus mistérios.

A jornada de trabalho dos seringueiros começa antes do nascer do sol. Antes do amanhecer, os trabalhadores têm que percorrer as estradas de seringa, “sangrando” as árvores, iluminadas por uma poronga¹⁰⁴. Após finalizar esse percurso, ele é feito para recolher todo o látex produzido no dia.

Atualmente, poucos seringueiros continuam defumando a borracha em forma de bolas alongadas do tamanho de uma melancia, denominadas “pélas”. A maior parte produz pranchas¹⁰⁵ ou utilizam o látex para produzir “couro vegetal”.¹⁰⁶

Poucos também vivem exclusivamente do corte da seringa nos dias atuais, como ocorria há quarenta anos. Os seringueiros cultivam pequenas hortas, criam animais de pequeno

¹⁰⁴ Poronga é uma artefato para trabalho noturno, feito de chapa metálica composto por um anel para fixação na cabeça e uma lamparina fixada acima da testa e um refletor na parte posterior da lamparina.

¹⁰⁵ Borracha solidificada em forma de blocos de 40 x 30 x 10 cm, em moldes de madeira sem passar pelo processo de defumação.

¹⁰⁶ Os seringueiros desde o início aproveitaram o látex para confeccionar artigos para o próprio uso como a bolsa "capanga", os sapatos de seringa e o saco encauchado. O procedimento deu origem ao couro vegetal, um tecido de algodão banhado em látex, defumado e vulcanizado. Esse “couro” recebe acabamento e é utilizado na fabricação de casacos, bolsas e outros apetrechos similares.

porte, colhem castanha no período de “descanso” das seringueiras (que coincide com o período das abundantes chuvas amazônicas), caçam, pescam e extraem outros produtos da floresta como açaí, buriti e outros. Por isso, hoje talvez seja mais correto chamá-los de extrativistas, já que essas comunidades vivem da enorme riqueza de recursos naturais da floresta. E, para proteger essas riquezas naturais, os seringueiros de toda a Amazônia, e em especial do Acre, desenvolveram diversas formas de defesa e resistência frente à imposição de um novo sistema econômico agropecuário e madeireiro na região.

Mais uma vez, vejamos o depoimento de Chico Mendes:

“Depois de 1900 (...) os índios já tinham desistido, já tinham sido vencidos. Mas mesmo assim o seringueiro começa a sua vivência na selva, na floresta e começa um verdadeiro relacionamento do homem com a natureza. De repente, nós aprendemos também os costumes dos índios, apesar de termos sido seus inimigos e responsáveis pelo seu genocídio, nós acabamos por aprender os seus costumes, as suas tradições, o seu relacionamento com a natureza, com a selva. Aprendemos a conviver com os mistérios da mata, aprendemos também a usar os alimentos como eles usam: o serviço da pesca e da caça enfim, a maioria dos costumes indígenas também foi usada pelos seringueiros. Até 1970, esse relacionamento nos possibilitou, de certa forma, aprendermos com a selva, com a floresta. Com a mata, aprendemos os mistérios, o misticismo, aprendemos que as seringueiras se regem por um deus, que a caça também é regida por um deus, as vidas dos animais da mata; nós aprendemos isso com os índios. E aprendemos que existem vários deuses que regem o destino da natureza, da selva.”¹⁰⁷

Mas, se por um lado a relação dos seringueiros com a floresta tornava-se mais cordial, o mesmo não acontecia na relação com os seringalistas. A esse respeito, é muito eloquente a descrição de Euclides da Cunha:

“Vede esta conta de venda de um homem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, numa "gaiola" qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um refle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no "barracão" senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um "brabo", isto é, ainda não

107

Mendes. *Ibidem*.

aprendeu o "corte da madeira" e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de xarque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o "brabo" canhestro, de quem chasqueia o "manso" experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. (...)

Adicionai a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os "regulamentos" dos seringais são, a este propósito, dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, coisas assombrosas. Por exemplo: a pesada multa de 100\$000 comina-se a estes crimes "levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada"; c) "sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmos". Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, "não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada".¹⁰⁸

Com a passagem do tempo, pouca coisa se modificaria:

“Enfim, na década de 1970 começa então a grande transformação. Até a década de 1970, pra resumir um pouco a história, a gente, apesar de escravo e ser humilhado de várias formas, tinha uma garantia de que aquela mata, aquela floresta não se acabava assim com o nosso relacionamento, o nosso costume com a floresta. Não havia nenhuma ameaça até aquele momento. (...) Durante todo esse tempo, mais de 100 anos, os seringueiros nunca tiveram direito de ir a uma escola. Porque para o patrão, para o seringalista não interessava criar uma escola numa região do seringal. Tinha dois problemas: primeiro, se o filho do seringueiro fosse para a escola ele aprenderia a se conscientizar e assim organizar algum movimento de libertação, de autonomia. Então isso não era bom para o patrão; segundo, se o filho do seringueiro não fosse para escola isso implicava no aumento da produção da borracha. Então, eu, assim como outros filhos de seringueiros com nove anos de idade, tive que pegar uma lâmina e aprender a ‘sangrar’ seringueira para ajudar nossos pais e a produção de seringueira do patrão que precisava de um lucro maior, que era para este mandar seus filhos estudarem nas melhores escolas, nas melhores universidades do país. Ou então comprar apartamento em Belém, Manaus, no Rio de Janeiro, Fortaleza ou então, gastar altas somas em banca de jogo. O direito do seringueiro era somente trabalhar, produzir borracha para alimentar os interesses do patrão. Naquela época, até 1970, até 1965, os seringalistas eram financiados pelo banco da borracha, de modo que o seringalista que tinha um seringal produzindo 100 toneladas de borracha, ele ia ao banco e dizia: ‘meu seringal produz 200 toneladas e eu preciso do dinheiro para investir’. Então, o banco financiava, porque o banco também não mandava nenhum fiscal naquele

108

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro www.ccee.ufsc.br.

seringal. Aí o seringueiro era forçado a redobrar a sua produção para que o patrão pudesse sanar os seus compromissos no banco. E quando, por exemplo, o seringueiro via faltar o leite ao seu filho no barracão, ele não tinha de onde tirar e, muitas vezes, vendia o produto escondido pra outro patrão para assim poder comprar o leite, o alimento pro seu filho. E se o seu patrão soubesse, pegava o jagunço com o cavalo e ia até o barracão buscar o produto e amarrava no seringueiro e ele então era morto junto ao produto. Isso aconteceu pelo menos até a década de 1930 e só parou depois que chegou uma denúncia ao governo federal. Pra vocês terem uma ideia, naquela época, uma denúncia lá do rio Juruá pra chegar ao Rio de Janeiro demorava ano e até dois anos.¹⁰⁹

Como o preço da borracha caía no mercado internacional, a exigência de produção era cada vez maior. Vale a pena examinar um quadro comparativo dos preços da borracha e de outros gêneros de primeira necessidade:

TABELA 1
Equivalência da borracha natural da Amazônia brasileira com vários produtos de subsistência

		1900	1953
1 quilo de borracha =	arroz	30 k	2 k
	café	10 k	1 k
	banha	10 k	1 k
	açúcar	45 k	4 k

Fonte: *Valorização econômica da Amazônia: subsídios, 1954; Programa de emergência, 1954*

Nos anos trinta, o governo mandou uma expedição para vários rios da Amazônia e do Acre, e vários seringalistas que usavam desses métodos violentos foram presos. Isto diminuiu essa ação criminosa dos patrões.

Durante a segunda guerra mundial, um verdadeiro exército de nordestinos, principalmente cearenses, será levado para a floresta com a falsa promessa de receber o tratamento devido aos militares. Trata-se do “exército da borracha”, que derramou em torno de 50.000 homens no meio da selva que, com o final do conflito, seriam simplesmente esquecidos.

“Na Segunda Grande Guerra Mundial nós tivemos um papel importantíssimo na história do Brasil, nós fomos grandes sustentáculos da indústria pneumática que, por sua vez, garantiu a fabricação de pneus para os tanques e aviões na época da guerra para as forças aliadas. De modo que os nordestinos, aquelas pessoas, os seringueiros que foram destinados a trabalhar na produção extrativa da borracha para garantir a guerra eram as

109

Mendes. *Ibidem*.

“pessoas que realmente tinham uma promessa de que no final da guerra – e se os aliados vencessem a guerra – eles teriam uma recompensa. Nós temos apenas a informação de que no final da guerra o governo brasileiro recebeu na época U\$ 3.000.000,00 para recompensar esses soldados que se embrenharam na selva amazônica e nunca nenhum de nós recebeu esta recompensa.”¹¹⁰

Dessa maneira, o esquema de escravidão continuou até a década de 1970.

Continua o depoimento de Chico Mendes:

“Em 1965, com o Golpe Militar, o general Castelo Branco, naquela época, acaba com o monopólio estatal da borracha. Acabado o monopólio estatal da borracha o Banco da Borracha fechou suas portas. Aí o que é que acontece, a maioria dos seringalistas da região amazônica que tinham altos débitos com esse banco, que não tinham nenhuma previsão que esse banco iria fechar, de repente, de repente, caem todos em falência. O que que os governos fazem? Os governos do Amazonas, do Acre veem ao sul e fazem uma grande propaganda dizendo que a região amazônica, principalmente o Acre, tinha terras fartas e baratas e que o povo era malandro, não produzia e eles precisavam levar o progresso e o desenvolvimento para aquela região. Em 1970, com o apoio e os incentivos fiscais da SUDAM, os fazendeiros do sul chegaram na Amazônia, principalmente no Acre – por que principalmente no Acre? – porque neste estado tinha saído a primeira rodovia, a BR317. E para vocês terem uma ideia, de 1970 a 1975, os fazendeiros compraram com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, na região do Vale do Acre, seis milhões de hectares de terras onde moravam aproximadamente 10 mil famílias de seringueiros que ali estavam há 30, 40 e 50 anos. O que que os fazendeiros fizeram, levaram centenas de pistoleiros e de jagunços, espalharam esses jagunços por toda aquela região. Essas 10 mil famílias de seringueiros tiveram seus barracos incendiados, seus animais foram mortos à bala pelos jagunços. Algumas mulheres que, às vezes, estavam em estado de gravidez morreram queimadas nos barracos como aconteceu no Rio Xapuri sob a responsabilidade do grupo ‘Bordon’, em 1972. Enfim, criou-se uma situação de medo, de terror forte naquela região. E o pior é que o pessoal pegou a gente de corpo aberto, nós não tínhamos nenhuma organização, não se tinha nenhuma consciência do que se fazer, e aí fomos dominados pelo pânico, pelo desespero e pelo medo. Essas 10 mil famílias tiveram destinos muito diferentes, os piores possíveis. 60% aproximadamente dessas famílias se mandaram para seringais bolivianos, porque na Bolívia, a 100 km de distância, tem os grandes seringais, no território boliviano; as outras, 30 ou 40% decidiram, resolveram tentar a vida na cidade e a cidade que eles fizeram a opção, foi a capital Rio Branco. Em pouco tempo, durante poucos anos a cidade de Rio Branco se transforma numa cidade inchada, a sua periferia composta de seringueiros que vieram do campo. Essas pessoas chegaram sem condição nenhuma para arranjar trabalho na cidade, porque também ninguém sabia ler

110

Mendes. *Ibidem*.

nem escrever, despreparados totalmente e mesmo na cidade não havia mercado de emprego.¹¹¹

O golpe de 64, utilizando como bandeira o “progresso”, estimulou uma nova ocupação para a Amazônia, com grandes projetos mineradores, madeireiros, e agropecuários, com financiamento internacional e incentivos fiscais, usando como argumento a soberania nacional: “integrar para não entregar”. Índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos viram sua terra sendo invadida e devastada.¹¹²

Na região de Xapuri e Brasiléia, foram aniquilados pelo fogo e pelas motosserras, cento e oitenta mil árvores de seringueira; 80 mil castanheiras. Foram também destruídas mais de um milhão e duzentas mil árvores de madeira de lei. Toda essa riqueza foi extinta sem trazer nenhuma renda, sem nenhum proveito para a população ou o governo do estado.¹¹³ As comunidades locais passaram a enfrentar como inimigo a forma de exploração do capitalismo predatório que estava invadindo terras indígenas e de seringueiros.

A partir de 1975, as populações tradicionais da floresta começam a se organizar e desenvolver formas de resistência:

“Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais em Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Sena Madureira. A implantação da primeira Ajudância da FUNAI no estado possibilitou que se iniciasse o processo de demarcação e regularização das terras indígenas. A igreja católica do vale do Acre, de perfil progressista, reforçou a luta popular com as Comunidades Eclesiais de Base. Intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores criaram organizações civis e um intenso movimento social em Rio Branco.”¹¹⁴

É nessa ocasião que começa a aparecer a liderança de Chico Mendes. Voltemos à sua narrativa:

“E aí, nesse momento, eu entro nessa luta também porque talvez eu tenha sido um dos únicos seringueiros que teve uma circunstância favorável: tive a oportunidade de nos anos 1960 conseguir encontrar um exilado político [Euclides Fernando Távora] da intentona [comunista] de 1935 (...) que foi o maior professor de toda a minha vida (...) Isso me possibilitou entrar exatamente no momento em que estava se fundando o primeiro sindicato de

¹¹¹ Mendes. *Ibidem*.

¹¹² Neves. *Op. Cit.* P. 19.

¹¹³ Mendes. *Ibidem*.

¹¹⁴ Neves. *Op. Cit.* P. 20.

Brasiléia e eu cheguei a me engajar diretamente nesse movimento porque eu já tinha alguma experiência aprendida com esse companheiro militante.”¹¹⁵

A criação do sindicato não muda a situação, os desmatamentos continuam em todas as frentes da BR317, compreendendo uma área de 300 km entre Brasiléia, Xapuri e Assis Brasil: as margens da estrada são desbastadas durante cinco anos, todas suas frentes são tomadas, mas os seringueiros permanecem recuados.

“E aí o nosso papel era tentar garantir a permanência desses companheiros que tinham ficado pelo fundo, perto das margens da estrada. (...) Nós tentamos por via legal, a partir do final de 1975, barrar os desmatamentos através de vias legais, ou seja, recorrendo a advogados, ao [poder] judicial, na tentativa de se impedir os desmatamentos. Só que ... a voz que prevalecia, os homens fortes na região eram os fazendeiros. Nós decidimos então adotar outros critérios e resolvemos partir para o confronto. E pela primeira vez, em março de 1986, no município de Brasiléia, nós nos reunimos em mutirões, aproximadamente 160 homens e resolvemos fazer o mutirão para o empate de retirada. O ‘empate’ foi uma forma de mutirões, em que os seringueiros se colocavam entre os peões que iam desmatar a floresta para desmobilizar os seus acampamentos, dialogar com eles e forçar a sua retirada. ... O nosso ideal não era partir para um confronto, pois sabíamos que não tínhamos força para isso. Resolvemos criar um movimento pacifista e aí acionamos mulheres e crianças para o movimento (...). quando a polícia se deslocava para a área, nós nos deslocávamos também, com homens, mulheres e crianças em mutirões com 100, 200, e até 300 pessoas e lá ficávamos diante da polícia, e a polícia com todas as suas metralhadoras e fuzis ela refletia e, em algumas vez, ela recuava e pensava duas vezes antes de atirar numa criança. Com isso a gente criava um fato político... criava-se um impasse muito grande porque a gente ficava entre a polícia e a área de desmate ... quando se tratava de uma área próxima à rodovia a polícia levava caminhão, prendia todo mundo. A gente recebia a ‘primeira merenda’, que era ‘coice de fuzil’! muitos companheiros tiveram dentes quebrados e foram torturados nessa luta, mas nenhum desistiu”.¹¹⁶

Na década de 1977 a 1987, foram organizados 45 movimentos de resistência, os “empates”. De acordo com a avaliação do sindicato, houve 30 derrotas e 15 vitórias. Mesmo nos 15 empates considerados vitoriosos, ocorreram centenas de prisões. Mas não houve derramamento de sangue.

“Derramamento de sangue ocorreu no município de Brasiléia com o movimento que era liderado pelo companheiro Wilson Pinheiro, quando ele foi assassinado em julho de 1980, na sede do sindicato e logo mais tarde os trabalhadores responderam assassinando um fazendeiro da região e, após

115 Mendes. Ibidem.

116 Mendes. Ibidem.

uma espera de sete dias e como a justiça não deu conta dos assassinos de Wilson, os trabalhadores sabiam quem eram os mandantes da morte de Wilson e resolveram fazer justiça com as suas próprias mãos. Só que no momento em que os seringueiros fizeram justiça com suas próprias mãos, a justiça foi imediatamente acionada e nós tivemos 20 companheiros torturados, eles passaram momentos duros nas prisões. Por conta disso eu sentei também no banco dos réus, do tribunal militar em Manaus, em 1981 e em 1984 voltei ao segundo julgamento, quando fui absolvido por falta de prova. Nesse julgamento também o companheiro Lula foi julgado, acusado de participar de um ato público em Brasília, em solidariedade ao companheiro morto”.¹¹⁷

O movimento dos seringueiros continuaria sendo visto no Brasil como uma sublevação localizada sem se ter muita consciência de que a discussão que estava sendo travada envolvia o futuro da Amazônia e o futuro do planeta Terra como será posteriormente confirmado.

Foi só em 1985 que surgiu a ideia de se realizar um encontro nacional de seringueiros em Brasília, entendendo que Brasília é o fórum de decisões em nível nacional. E, de repente, as autoridades em Brasília tomaram conhecimento de que ‘seringueiro’ não era um ‘bicho’ do passado, que não existia, e que a Amazônia não era um deserto desabitado. ... E com apoio de algumas entidades – apoio do Ministério da Cultura, do Pró-Memória, o apoio financeiro de uma agência inglesa –, nós conseguimos realizar, com sucesso, o primeiro Encontro Nacional de Seringueiros. E nesse encontro participaram observadores tanto em nível nacional como internacional. A partir daí, nós criamos uma entidade denominada Conselho Nacional de Seringueiros porque até hoje, desde o século XIX, existe um Conselho da Borracha que agora está em Brasília¹¹⁸. Quem aparece como produtor de

¹¹⁷ Mendes. Ibidem.

¹¹⁸ Chico Mendes faz referência ao Conselho Nacional da Borracha, criado para tomar o lugar da Comissão Executiva da Borracha, com a qual o Estado substituiu diversas associações de seringalistas que formal ou informalmente vinham funcionando desde o Século XIX.

Lei 86 de 08/09/1947. Art. 1º O art. 2º do Decreto-lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, passará a ter a seguinte redação:

"Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1950, a continuidade da exploração dos seringais pelos seringalistas que exerceram suas atividades produtivas, regularmente até janeiro do corrente ano; a transferência, cessão ou venda de exploração do seringal, pelos seringalistas, sempre se operará com a prévia anuência expressa do Banco do Crédito da Borracha S.A".

Art. 5º Fica criada a Comissão Executiva de Defesa da Borracha a qual se constituirá de três membros, sendo um representante do Banco de Crédito da Borracha S.A., um dos produtores e um da indústria manufatureira, sob a presidência do Ministro da Fazenda.

Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967- Dispõe sobre a política econômica da borracha e regula sua execução.

Art. 26 - A Comissão Executiva de Defesa da Borracha é reestruturada e passa a denominar-se **Conselho Nacional da Borracha**.

borracha nesse conselho são os seringalistas, os patrões. Só que nós queríamos provar para o governo que os verdadeiros produtores da borracha somos nós, os seringueiros, daí a importância do Conselho Nacional de Seringueiros.”¹¹⁹

Esse encontro teve repercussão internacional e atraiu o interesse de organizações preocupadas com a ecologia e a preservação ambiental.

“Então, em janeiro de 1987 nós recebemos uma comitiva da ONU que foi nos seringais de Xapuri, no vale do Acre, observar o nosso trabalho e o nosso movimento de resistência. Isso me levou ao convite a uma viagem em Miami, em março de 1987, quando, pela primeira vez, eu participei de uma reunião de banqueiros, e nessa reunião eu tive coragem de denunciar as políticas dos bancos internacionais, principalmente as políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Isso teve uma repercussão muito grande porque eu denunciei um dos projetos que o BID financiou para a Amazônia, que foi o projeto para o asfaltamento da BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco.

Logo depois a ONU resolve, através da UNEP, me homenagear com o prêmio ‘Global 500’ que me foi entregue em seis de julho, em Londres, no encontro com entidades ambientalistas européias. Mais tarde, a Sociedade Para Um Mundo Melhor, a convite de várias entidades americanas, me premiou em 21 de setembro, em Nova York, com a medalha da Sociedade Para Um Mundo Melhor¹²⁰, juntamente com os representantes das forças de paz das Nações Unidas e com representantes pela paz na Nicarágua. Nesse momento, cheguei a reconhecer que a luta dos trabalhadores seringueiros na Amazônia, a luta em defesa da Amazônia tinha criado uma dimensão internacional muito grande, e ao mesmo tempo vi com tristeza que enquanto eu recebia dois prêmios internacionais (nos EUA e na Europa), no Brasil ninguém tocava no meu nome ou na luta dos seringueiros da Amazônia.

... O que eu quero colocar para vocês é o seguinte: a luta em defesa, hoje, da Amazônia é uma luta que não interessa só a nós, seringueiros e índios, mas é uma luta que interessa a toda sociedade brasileira e ao mundo e a todo planeta. Por outro lado... nós não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. Nossa proposta alternativa para conservação da Amazônia se baseia hoje na criação das reservas extrativistas. Aos seringueiros não interessa nem querem um título de propriedade. O que nós queremos é que a terra seja – a de domínio da União – um usufruto dos seringueiros, dos povos da floresta. Nós

Art. 27 - É criada a Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, entidade com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, técnica e financeira, sob a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio.

¹¹⁹ Mendes. *Ibidem*.

¹²⁰ O terno marca Petronius – Indústria Brasileira, que foi emprestado por um amigo (do qual sabe-se somente que se chamava Seu João) para ele usar nos EUA onde recebeu os prêmios Sociedade Para Um Mundo Melhor, faz parte do acervo da Fundação Chico Mendes.

apresentamos a alternativa economicamente viável quando nós colocamos a questão de se priorizar os vários produtos extrativistas (além da borracha) que hoje existem na Amazônia, que sempre existiram e que hoje estão ameaçados e que nunca foram levados a sério pela política do governo brasileiro.”¹²¹

Para viabilizar essas propostas, tornar possível a reforma agrária e preservar as terras indígenas, foi criada a Aliança dos Povos da Floresta a partir de uma proposta encabeçada pelo Conselho Nacional de Seringueiros e pela União das Nações Indígenas. Essa aliança foi iniciada pela participação tanto de seringueiros quanto índios em assembleias para se discutir problemas comuns. A força de tal entidade resultou na efetivação das Reservas Extrativistas, uma das modalidades específicas de regularização fundiária e uso sustentável dos recursos naturais¹²².

Atualmente, existem na Amazônia 59 Reservas Extrativistas, RESEX e 14 reservas de Desenvolvimento, RDS, abrigando 143 mil pessoas e garantindo o uso sustentável e a proteção de 19,1 milhões de hectares de florestas. Mais 45 novas unidades estão em processo de criação na região, e 28 em outras regiões do país, estas, como reprodução do modelo de reforma agrária e de uso sustentável dos recursos naturais construídos na floresta.

Antes da chegada dos pecuaristas, um seringal abrigava cerca de trezentas famílias distribuídas pelas colocações¹²³ nas florestas. Com a introdução do gado, a mão-de-obra necessária era muito menor: uma fazenda de gado não necessitava do trabalho de mais de dez famílias. O resultado disso foi o deslocamento dessa mão-de-obra excedente para as cidades acreanas. Assim, formaram-se os primeiros bairros populares, a partir de invasões de terras em áreas urbanas: “De repente a cidade de Rio Branco se transformou numa cidade de assaltantes, de marginais, de traficantes. Tudo em decorrência da falta de emprego e de condições mínimas”.

X

A palestra está quase terminando. Chico Mendes narra as dificuldades e ameaças que

¹²¹ Mendes. *Ibidem*.

¹²² As outras três modalidades são as Reservas de Desenvolvimento - RDS, concebidas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, os Projetos de Assentamento Agroextrativista - PAE e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável-PDS, como assentamentos de Reforma Agrária. As Reservas Extrativistas – RESEX são áreas destinadas à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. (Fonte IBAMA)

¹²³ Nome dado ao espaço de trabalho e habitação dos seringueiros.

sofre por causa de sua atividade no sindicato:

“Eu, por exemplo, fui vítima até hoje, a partir de 1977, de seis atentados. Felizmente, por incrível que pareça escapei de todos eles. Agora, recentemente eles atacaram um acampamento nosso, em 26 de maio, e dois companheiros nossos foram baleados. Um dos seringueiros recebeu sete ‘balaços’, o outro companheiro recebeu duas balas, finalmente conseguiram sobreviver até hoje. Atualmente minha casa está sendo guarnecida por quatro seringueiros, em que dois permanecem até meia-noite e os outros dois, até o amanhecer do dia, isso diariamente. A sede do sindicato diariamente está sendo cercada por pistoleiros. Hoje mesmo recebi notícias de Xapuri, de que vários pistoleiros tentaram invadir a sede do sindicato. Há dois meses se decidiu que a minha eliminação se daria em outra região do país, para não ter repercussão... Recentemente, nós temos mais de 10 seringueiros, lideranças, ameaçados de morte, mas nós não tememos porque nós sabemos que hoje, por exemplo, se eles matam um de nós, nós temos 100, 200, 300 lideranças para tocar o trabalho para frente. Hoje não adianta mais matar um ‘Chico Mendes’ ou outro sindicalista lá do Acre, porque hoje se tem centenas, milhares de ‘Chico Mendes’ e de outros companheiros. Hoje eu estou aqui e tem outro companheiro na Alemanha também dando uma palestra para os ecologistas da Alemanha...

Quer dizer, o Acre não é outro país, o Acre é Brasil, e ele é Brasil pela conquista dos próprios acreanos naquela época. É preciso que todos os brasileiros, hoje, se dêem as mãos para defender uma causa importante, que é a defesa da Amazônia. Nós sabemos que a Amazônia é a cobiça do latifúndio... Para vocês terem uma ideia, o ano passado, com toda essa resistência, foram queimados na Amazônia, cerca de 20 milhões de hectares de florestas. Sabem o que significa 20 milhões de hectares de terras? Isso compreende os estados de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Acre e Rondônia. Isso significa que, se isso continuar, daqui a pouco, em dez anos a Amazônia será um deserto. Acho que o futuro da Amazônia depende muito da organização e da resistência da sociedade brasileira e, principalmente, dos trabalhadores brasileiros. E quando eu falo em ‘trabalhadores’, não serão só os seringueiros ou os índios, mas sim os seringueiros, os índios, os estudantes, os intelectuais, os professores, enfim, todos os segmentos da sociedade brasileira.¹²⁴

Durante o ano todo de 1988, Chico Mendes denunciou as ameaças que ele e outras lideranças estavam sofrendo, à polícia, ao poder judiciário, ao Ministério da Justiça, à Presidência da República.

124

Mendes, *ibidem*.

Na noite do dia 22 de dezembro de 1988, em sua própria casa, um tiro de espingarda acabou com a vida de Chico Mendes.

Mas não extinguiu sua voz.

O tombamento

O instituto do tombamento tem um efeito performativo, transformador; pela ação de um discurso, determinados bens são abstraídos dos demais objetos e se tornam especiais, merecedores de cuidados e de proteção oficial, tornam-se "patrimônio".

Nos anos noventa do século passado, a UNESCO promoveu várias reuniões preparatórias que culminariam com a reunião em Nara, no Japão, para tratar do tema "autenticidade". Em um dos trabalhos produzidos numa dessas reuniões, em Bergen, na Noruega, o antropólogo e psicólogo Jan Brøgger compara a escolha de um determinado bem como Patrimônio da Humanidade à beatificação dos santos¹²⁵. Esta figura parece muito adequada para interpretar o sentido do tombamento e do Patrimônio Nacional no Brasil. Por iniciativa da sociedade ou da própria instituição de Patrimônio, é apresentada a candidatura de um determinado bem para o tombamento, de maneira semelhante ao caso da beatificação. Essa candidatura é analisada através de um processo que procura verificar se o candidato realmente faz jus aos valores a ele atribuídos e se esses valores têm transcendência nacional, no caso do IPHAN. Em caso afirmativo, o monumento é tombado e em caso negativo o processo é arquivado, sendo a documentação sobre ele mantida como uma forma mínima de preservação.

Como santos, que depois da beatificação ou canonização se encontram em um determinado patamar de igualdade (um santo não é mais santo do que outro), os monumentos tombados têm, todos, pelo menos em teoria, igual importância, podendo destacar-se individualmente pelo interesse do método construtivo, pela potencialidade didática, enfim, por outras razões que independem da sua qualidade de bem cultural. Esta maneira de encarar os monumentos implica no reconhecimento de valores em diversos tipos de materiais, independentemente da sua durabilidade. Implica também no

¹²⁵ BRØGGER, Jan - *Authenticity and Identity in Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention*. Bergen: Directorate for Cultural Heritage, 1994. ISBN 82-519-1445-0. p. 119.

mesmo rigor no tratamento de edifícios eruditos e de edifícios representativos da arquitetura popular¹²⁶.

Do ponto de vista oficial, considera-se o tombamento um ato administrativo realizado pelo Poder Público, com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc.¹²⁷

Considera-se que a relação afetiva por determinados bens pode ter âmbito nacional ou se restringir ao espaço do estado ou do município. Certos bens podem ser de interesse local e não necessariamente de interesse nacional; dessa maneira, o tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal. Nada impede, no entanto, que bens tombados na esfera municipal ou estadual venham a ser tombados também em nível nacional.

No Brasil, o Decreto lei 25/37 define:

Art. 1º - constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Posteriormente, o Art. 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988 determina com maior detalhe em que consiste esse patrimônio e a extensão do campo onde ele se manifesta, além de utilizar a expressão "patrimônio cultural" em lugar de "patrimônio histórico e artístico".

¹²⁶ Esta característica do olhar brasileiro sobre o seu patrimônio é às vezes difícil de ser compreendida fora do país. Técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento estranhavam a dificuldade dos especialistas do Iphan em pensar em uma lista na qual os monumentos deveriam ser arrolados em ordem da sua "importância".

¹²⁷ IPHAN, www.iphan.gov.br acessado em setembro de 2010

Embora esse patrimônio já esteja situado no âmbito do direito por essas definições, para que ele venha a ser protegido (tutelado), a lei estabelece que (Art. 1º, § 1º do Dec. 25):

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

O tombamento seria, então, a formalização da atribuição de valor feita pela sociedade. Por solicitação dessa sociedade, o estado declara oficialmente que um bem faz parte do patrimônio nacional. Não faz parte do escopo de nosso trabalho o estudo exaustivo dos aspectos legais do tombamento. Esses assuntos foram estudados com profundidade por Sonia Rabello na sua obra *O Estado na Preservação de Bens Culturais* (Rio de Janeiro, Renovar, 1991) que se constituiu em obra de referência na matéria. Recentemente foi publicado o livro *Revisitando o Instituto do Tombamento*, de Edésio Fernandes e Betânia Alfonsin (Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010) que examina com rigor esses aspectos.

O rito do tombamento:

O tombamento compreende um determinado rito que inclui o requerimento formal, por parte de um cidadão ou uma instituição, da instrução do processo, incluindo o parecer favorável ou não, a apreciação por parte do Conselho Consultivo do IPHAN, e finalmente, em caso de parecer favorável desse conselho, a inscrição no Livro ou nos Livros de Tombo. O processo de tombamento é o conjunto de documentos mediante os quais devem ser satisfeitas exigências de caráter administrativo e conceitual, que possibilitem a declaração de um determinado bem como patrimônio nacional ou que determinem seu arquivamento, caso as razões arguidas e os documentos apresentados não sejam suficientes para justificar o tombamento (mesmo assim, o registro já é uma forma de preservação). Poderíamos esquematizar a proteção institucional do patrimônio cultural por parte do IPHAN em três fases, que são complementares:

- Determinados bens são escolhidos como possuidores de valores que os tornam merecedores de preservação;

- Esses valores são explicitados, como justificativa da escolha e como convite ao usufruto por parte da sociedade;

- São realizadas ações de caráter administrativo e intervenções concretas visando à preservação desses bens e, portanto, dos valores que eles representam.

Dentro desse processo, existem dois momentos que poderíamos chamar de críticos: o primeiro, quando acontece o processo de valoração, ou seja, a coisa, cujo enquadramento na categoria de integrante do “patrimônio histórico e artístico nacional” está sendo proposto, fará jus a essa distinção se realmente possuir os valores que lhe estão sendo atribuídos. O segundo momento é o da realização das ações concretas de proteção legal, conservação e restauração, nas quais se busca a sobrevivência desses bens resguardando esses valores. Estas duas fases do processo são igualmente importantes; na primeira, escolhemos justificadamente aquilo que consideramos que deve ser cuidado, e na segunda cuidamos. Para os técnicos que trabalham nessa área, o momento mais delicado é o da valoração.

A instrução de um processo de tombamento pode ser considerada uma das tarefas mais difíceis dentre todas as que aqueles que lidam com a preservação do patrimônio devem enfrentar, em vista da imensa responsabilidade que traz em si a atribuição de valor, principalmente pela consciência de que, usando as palavras de Geertz, nossos dados são “nossa própria construção das construções de outras pessoas”.

O rito do tombamento no IPHAN

Para descrever com detalhes o rito do tombamento no IPHAN, faz-se necessário introduzir algumas considerações a respeito da instituição, e apresentar, mesmo que resumidamente, sua estrutura funcional.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, foi criado em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguardar desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção

do patrimônio histórico e artístico nacional”. O Iphan está hoje vinculado ao Ministério da Cultura.¹²⁸

Ao longo de sua história, o IPHAN teve algumas denominações tais como Sphan, IBPC, e manteve nos últimos tempos, mesmo que mudasse a designação dos setores, uma estrutura bastante semelhante.

A instituição é dirigida por um presidente nomeado pelo Ministro da Cultura. A Presidência é assessorada pelo Conselho Consultivo¹²⁹ e pela Procuradoria Federal¹³⁰.

São os Departamentos os setores responsáveis pela realização das ações precípuas do IPHAN. São quatro ao total, dois deles nomeados pela finalidade e dois pelo objeto. Os dois primeiros são o Departamento de Administração - DPA e o Departamento de Articulação e Fomento - DAF; os outros dois são o Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI e o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM. Este conjunto é chamado de Administração Central e tem sede em Brasília e no Rio de Janeiro.

As representações locais do IPHAN são constituídas pelas Superintendências Estaduais, os Escritórios Técnicos e os Parques Históricos. A divisão por departamentos, ou áreas, é reproduzida, na escala correspondente, nas representações locais.

¹²⁸ Fonte www.iphan.gov.br.

¹²⁹ O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é um órgão colegiado do IPHAN. Sua responsabilidade é examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à autorização de saída temporária do país de patrimônio cultural protegido, além de opinar sobre outras questões relevantes do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente o Conselho Consultivo é presidido pelo presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, é formado por especialistas de diversas áreas, como cultura, turismo, arquitetura e arqueologia. Ao todo, são 22 conselheiros de instituições como Ministério do Turismo, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Ministério da Educação, Sociedade Brasileira de Antropologia e Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e da sociedade civil.

Legislação

O Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, estabelece a estrutura organizacional do IPHAN. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural está inserido dentro dessa estrutura, como órgão colegiado.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será presidido pelo Presidente do IPHAN, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

I – um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, que serão indicados pelos respectivos dirigentes:

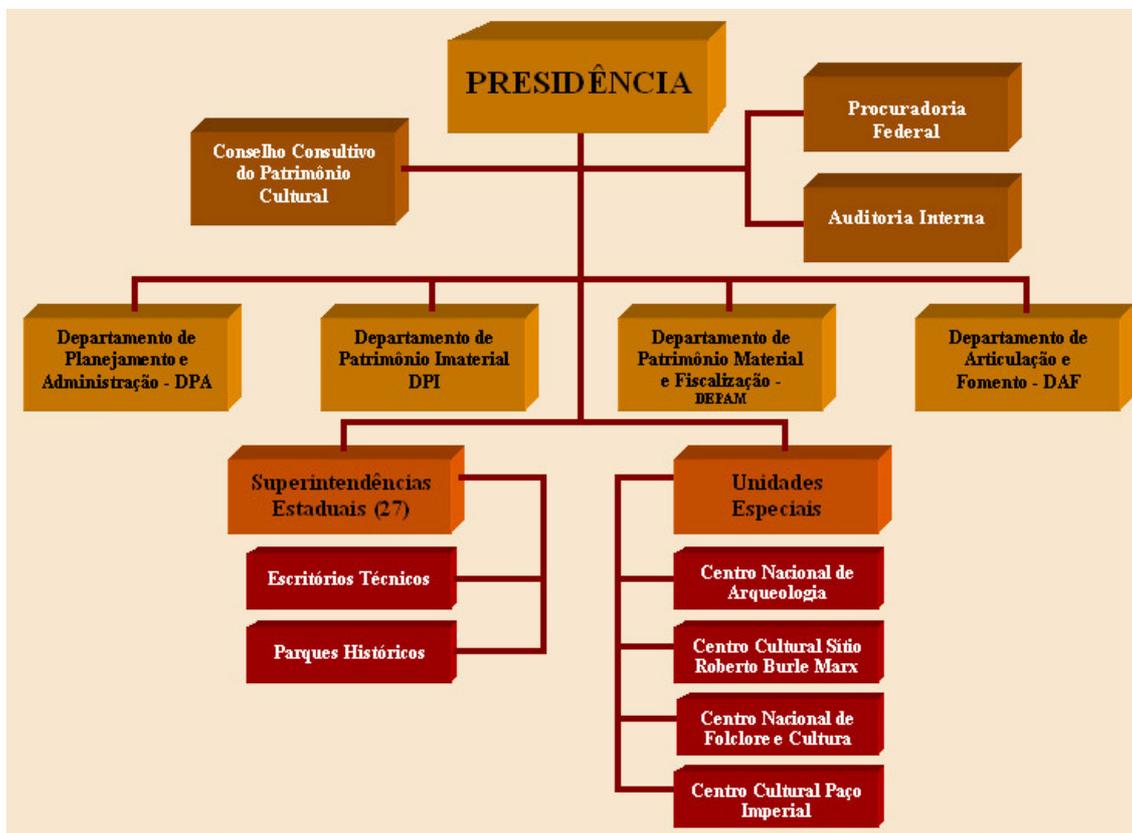
- a) Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB;
- b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos (Brasil);
- c) Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB;
- d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

Ver, em anexo, a composição do Conselho em maio de 2011.

¹³⁰ Antes da criação da Procuradoria Federal, a área jurídica era de responsabilidade da Assessoria Jurídica do IPHAN, que contava com advogados da Instituição, especialistas em patrimônio.

Pertencem também ao IPHAN as chamadas Unidades Especiais, com características peculiares e são: o Centro Nacional de Arqueologia, o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, o Centro Nacional de Folclore e Cultura e Centro Cultural Paço Imperial.

O seguinte organograma espelha a organização aqui referida:



Fonte www.iphan.gov.br.

Embora cada órgão de preservação, municipal, estadual ou federal - no caso, o IPHAN - tenha seus métodos próprios, o rito do tombamento é basicamente o mesmo: solicitação, avaliação, argumentação e homologação, ou arquivamento. Para poder estudar o tombamento, em nível federal, da Casa de Chico Mendes, vamos descrever com detalhes o procedimento do IPHAN.

Qualquer pessoa física ou jurídica, de conformidade com a legislação¹³¹, está habilitada para "provocar, mediante proposta, a instauração do processo de tombamento". Tal proposta é um documento escrito no qual se identifica o bem que se pretende que seja tombado e se justificam as razões da solicitação.

¹³¹ Portaria 11, de 11 setembro de 1986.

A proposta de tombamento poderá ser dirigida: a) ao Ministro de Estado da Cultura; b) ao Presidente do IPHAN; ou c) às superintendências estaduais do IPHAN em cuja área de jurisdição o bem se situar.

Proposto o tombamento perante as Superintendências ou quando destas for a proposição, o respectivo pedido, devidamente instruído¹³², é encaminhado ao Departamento de Patrimônio Material, que o remeterá ao Arquivo Central, para a abertura do competente processo de tombamento.

A proposta de tombamento, nos outros dois casos, é enviada ao DEPAM, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, que a encaminha ao Arquivo Central do IPHAN/DAF - Departamento de Articulação e Fomento – para abertura de processo. O processo recebe uma denominação e um número de série, no formato xxxx-T-xx (nº sequencial e crescente com letra T especificando que é processo de tombamento e os dois últimos algarismos o ano de abertura. Atualmente, pela legislação de arquivos, todos os processos viram processos administrativos e mantêm os dois números, o da série de tombamento e de circulação interna, anterior à criação do processo de tombamento. Esses dados são inseridos no banco de dados junto a palavras chaves de procura, obedecendo a normas de documentação para evitar duplicidade, já que muitas vezes os mesmos bens são conhecidos por diferentes designações. Tomemos como exemplo o processo 1.508-T-03; 1.508 é o número sequencial crescente de controle, a letra T indica que se trata de tombamento e 03 que o processo foi aberto no ano de 2003. No caso, a denominação correspondente é: “SÍTIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS”

Após a inserção das informações no banco de dados, é criada uma capa de cartolina na qual são impressos o número do processo, o número do processo administrativo e a denominação do objeto. Dentro dessa capa, serão inseridos todos os documentos que irão compor o processo de tombamento.

O Processo retorna ao DEPAM, que o encaminha à correspondente Superintendência do IPHAN, para sua instrução. Posteriormente, esse departamento avalia as informações, podendo solicitar sua complementação ou atualização ou ele mesmo complementá-las. É, então, emitido um parecer técnico.¹³³

¹³² A instrução do processo de tombamento será descrita com detalhe no subitem Instrução do Processo.

¹³³ A sistemática dos pareceres será detalhada posteriormente.

O Diretor do DEPAM encaminha a documentação à PROFER, Procuradoria Federal no IPHAN, para emissão de parecer¹³⁴ e elaboração de notificação de tombamento para o(s) proprietário(s), quando se referir a um bem isolado, ou entidade(s) envolvida(s) e edital a ser publicado nos jornais de maior circulação na cidade, quando se referir ao tombamento de conjuntos urbanos.

Após o recebimento da notificação, o(s) proprietário(s) tem 15 dias para impugnar o tombamento. Em caso de impugnação do(s) proprietário(s), esta(s) será(ão) juntada(s) ao processo de tombamento e analisadas pela PROFER, no que se refere aos aspectos administrativos, e pelo DEPAM, no que se refere aos aspectos conceituais.

Com os pareceres decorrentes, a documentação é encaminhada pela PROFER ao presidente do IPHAN, que é também presidente do Conselho Consultivo do IPHAN. Mediante a Secretaria do Conselho Consultivo, o presidente do IPHAN entrega a documentação a um conselheiro escolhido como relator, para emissão de parecer. Se houver impugnação, o Conselho tem que analisá-la no prazo de 15 dias.

Em reunião, o Conselho Consultivo do IPHAN delibera sobre a pertinência ou não do tombamento proposto, levando em consideração o parecer do conselheiro relator e os outros pareceres que fazem parte do processo.

A ata da reunião do Conselho é integrada ao processo de tombamento. O Processo é então encaminhado pelo presidente do IPHAN à PROFER, para elaboração do ofício comunicando o tombamento ao(s) interessado(s), e da minuta de homologação de tombamento.

O processo é enviado ao Ministro da Cultura, para homologação, e volta para o Arquivo Central do IPHAN, para Inscrição no(s) Livro(s) do Tombo indicado(s).

Os *pareceres*

Nas diferentes instâncias em que são emitidos pareceres, Superintendências do IPHAN, Departamento de Patrimônio Material, Procuradoria Federal, o procedimento é bastante semelhante. Nas Superintendências, um parecer é elaborado por um técnico designado a esse fim e outro parecer pelo Superintendente que poderá concordar ou não com o parecer do técnico. Os dois pareceres são obrigatoriamente incluídos no processo.

¹³⁴ Nota 3.

No DEPAM, um parecer é elaborado por um técnico designado a esse fim, outro parecer pelo Coordenador e outro pelo diretor do Departamento, que poderá concordar ou não com os outros pareceres. Todos os pareceres são obrigatoriamente incluídos no processo.

NA PROFER, um parecer é elaborado por um procurador designado a esse fim e outro pelo procurador chefe que poderá concordar ou não com o outro parecer. Da mesma maneira que nos casos anteriores, os dois pareceres são obrigatoriamente incluídos no processo.

Pelo procedimento do IPHAN, sempre se poderá fazer referência a pareceres anteriores, mesmo que tenham sido contestados por outros pareceres. Na esfera do IPHAN, o único parecer definitivo é o decorrente da deliberação do Conselho Consultivo. A partir desse ponto, só o Ministro da Cultura poderia, pelo menos em termos legais, causar embaraço à homologação do tombamento, e somente o Presidente da República pode decidir pelo destombamento de um determinado bem tombado.

Embora na maioria dos casos exista concordância entre os pareceristas, é natural que apareçam divergências que os responsáveis tentam resolver mediante a troca de ideias. No caso do desacordo persistir, impõe-se a escala hierárquica da instituição, mantendo, como já foi dito, todos os pareceres dentro do processo.

O relator do Conselho Consultivo, de maneira geral, respeita o parecer emitido pelo DEPAM e, não raro, solicita informações e dialoga com o relator do DEPAM, mas, neste caso também, aparecem divergências.

Instrução do processo

A instrução do processo de tombamento consiste na produção e compilação de documentos tais que, o conjunto de informações neles contidas permita uma clara e rápida identificação do bem em questão, do solicitante ou solicitantes do tombamento, das razões arguidas e ponha em relevo seus valores, de maneira que o tombamento requerido possa ser recomendado ou, em caso contrário, possa ser solicitado o arquivamento do processo. São incluídos documentos oficiais, cartas, fotografias, desenhos e mapas do bem em questão e do entorno sugerido como área de proteção.

De maneira simplificada, podemos sugerir um pequeno roteiro de organização de um processo:

- A identificação do objeto de tombamento, que é uma descrição detalhada do bem, situação geográfica, situação legal, contexto, histórico.
- O Histórico do processo que traz a relação das atividades relacionadas com o tombamento e que precederam a abertura do processo. Trata-se de uma exposição cronológica das solicitações, encaminhamentos e outras providências, e faz referência à documentação produzida nessa fase. Às vezes, pode ser um texto bastante curto, como no caso do Processo de Tombamento da Casa de Chico Mendes, em outras ocasiões, pode ser necessário um espaço maior, como no caso do processo “Vila Serra do Navio, Município de Serra do Navio, Estado do Amapá”, de nº 1567-T-08, onde foram necessárias oito páginas para relatar dez anos de luta do IPHAN para que esse bem não se perdesse.
- A valoração, que consiste na pesquisa, identificação e explicitação dos valores que fazem do bem um objeto digno de tombamento.
- Finalmente a conclusão, na qual, com base no estudo realizado, o autor do parecer recomenda o tombamento do bem ou o arquivamento do processo e, no caso de tombamento, solicita a inscrição em um ou mais livros de tomo.¹³⁵

O tombamento da Casa de Chico Mendes

A Casa onde viveu Chico Mendes no final de sua vida foi transformada em sala memória, no final da década de 90, pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Estado do Acre, em parceria com a Fundação Chico Mendes, administradora do espaço. Naquele momento, e pelo menos até o ano 2000, tanto a família de Chico, quanto o Governo do Estado e a Prefeitura de Xapuri, concorriam pela preservação da casa e pela manutenção da sua função: um pequeno museu.

¹³⁵ Decreto-Lei 25/37:

Art. 4º O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2) no Livro de Tombo Histórico, as cousas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as cousas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos livros do Tombo poderá ter vários volumes.

Essa coincidência de interesses fez com que não se cogitasse inicialmente no tombamento, visto que todos estavam trabalhando pela preservação da memória de um homem com liderança expressiva, que simbolizava a luta dos trabalhadores da floresta.

A necessidade de proteger este patrimônio começou a se configurar quando, em 2005, mudou a administração municipal. A partir daquele momento, a prefeitura de Xapuri passou a intervir diretamente na casa, sem nenhuma consulta às instituições envolvidas na sua preservação. Algumas árvores que se localizavam nos fundos da casa (inclusive um enorme Cedro) teriam sido derrubadas, sem nenhuma comunicação prévia à Fundação Chico Mendes, ou a qualquer órgão de licenciamento ambiental. No local, iniciou-se uma invasão urbana e a paisagem existente, um pequeno bosque cortado por um pequeno igarapé que deságua no rio Acre, começou a mudar. Cogitou-se, também, sobre a derrubada de um enorme Apuí, árvore que se escora em outras, mas sem ser parasita, que sem dúvida compõe o aspecto paisagístico da Casa Chico Mendes.

As casas vizinhas também não contribuem para a preservação da edificação: a da direita, de arquitetura similar à do museu, está em péssimo estado de conservação; na do lado esquerdo, funciona um bar, que colabora para a descaracterização do ambiente. Os fatos acima descritos começaram a representar um risco à manutenção do imóvel nos moldes em que se encontrava desde o assassinato de Chico Mendes.

No início de 2006, em reunião com a presidente do Comitê Chico Mendes, Sra. Júlia Feitosa, com a presidente da Fundação Chico Mendes, Sra. Ilzamar Mendes¹³⁶ e com representantes do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, o IPHAN esclareceu o sentido do instituto do tombamento e apresentou-o como um instrumento fundamental para garantir a integridade da casa e do entorno.

No dia 16 de Agosto de 2006, a Sub-Regional do Acre, ligada à 16ª Superintendência Regional do IPHAN (Rondônia e Acre), recebeu a solicitação de tombamento da Casa Chico Mendes, assinada pelas representantes do Comitê e da Fundação Chico Mendes. A solicitação foi encaminhada ao DEPAM (Memorando 149/2006 16ª SR/RO e AC), com pedido de abertura de processo. Tendo por base a Portaria nº 11/86, o pedido foi reencaminhado (Memorando JKEA/GProt/DEPAM n.º 165/06 de 14/09/2006) para a 16ª SR/IPHAN, para dar início aos estudos. A mesma solicitação foi encaminhada ao

¹³⁶ A Sra. Ilzamar Mendes era presidente à época; atualmente a Fundação Chico Mendes é presidida pela filha de Chico, a Sra. Elenira Mendes.

Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre, para que a Casa fosse tombada também em esfera estadual. No dia 05 de setembro de 2006, Dia Internacional da Amazônia, em solenidade nas dependências do Palácio Rio Branco, o governador do Estado do Acre, Jorge Viana, decretou¹³⁷ o tombamento da Casa Chico Mendes e, ao mesmo tempo, solicitou abertura de um processo junto ao Departamento do Patrimônio Histórico.

Como nem a Sub-Regional do Acre nem a 16ª Superintendência Regional do IPHAN têm estrutura para desenvolver os estudos necessários para o tombamento em nível federal, foi solicitado o apoio do DEPAM para a instrução do processo.

Por determinação da Sra. Gerente da Gerência de Proteção do IPHAN/RJ, Arquiteta Jurema Arnaut, fui encarregado dessa tarefa. Por alguma razão todos os trabalhos que realizei no Brasil implicaram em viagens pelo país. No *Programa de Expansão e Melhoria do Ensino*, do MEC, realizando projetos e fiscalizando a construção de escolas, em seminários de treinamento de instrutores de marcenaria para o *Projovem*, do Ministério do Trabalho, e em delegação do DEPHAN/IPHAN, para realizar atividades institucionais nas áreas de Conservação, Educação Patrimonial e Proteção, percorri o Brasil de extremo a extremo com um privilégio que poucas pessoas tiveram. Penso que essa experiência me deu a possibilidade de perceber um Brasil maior, o que acabou influenciando na escolha.

Do diário de campo: 30 de janeiro de 2007

Hoje tivemos intensa atividade em Rio Branco, preciso de tempo para organizar com calma um relatório. Estou surpreso com a transformação da cidade, toda arrumada, ajardinada e bonita. Estive aqui nos anos setenta do século passado e a lembrança que eu tinha era a de um lugar desordenado e poeirento. Faz calor, mas é bastante suportável. Fiquei muito emocionado assistindo, na Secretaria de Cultura, ao depoimento de Chico Mendes dado à USP. Espero que a Fundação Elias Mansur possa nos ceder o documentário.

Amanhã vamos com Fernando a Xapuri, terra de Chico Mendes e lugar de sua morte.

Pouco sei sobre a cidade. Toma o nome do rio Xapuri em cujas margens está situada, tem em torno de 15000 habitantes e foi fundada no início do século XX. Como principal reduto do

¹³⁷ O Governo do Estado do Acre, geralmente, decreta o tombamento (uma espécie de tombamento provisório) para, em seguida, abrir o processo junto ao Departamento do Patrimônio Estadual.

exército acreano, comandado por Plácido de Castro, foi palco de batalhas entre bolivianos e brasileiros na época da chamada Revolução Acreana...

31 de janeiro de 2007

A distância entre Rio Branco e Xapuri é de mais ou menos 180 km. Saímos cedo de Rio Branco. Na estrada, pude ver os esqueletos das castanheiras, árvores que não foram derrubadas porque a lei o proíbe, mas que não produzem porque o desmatamento na vegetação circundante não permite a polinização. Lembro da estrada transamazônica que conheci nos anos setenta, perto da cidade de Humaitá, entre Porto Velho e Manaus; as duas margens da estrada exibiam as marcas das queimadas que criavam uma paisagem de catástrofe. Aqui, por causa do desmatamento para criação de gado, uma larga faixa da floresta não existe mais.

Dentro do processo da Casa de Chico Mendes, a elaboração do histórico da solicitação de tombamento, a identificação do objeto e demarcação do entorno foram atividades que foram realizadas com bastante fluência e naturalidade.

A respeito do entorno, cabe uma explicação. Não se trata simplesmente de uma área para proteção de “ambiência”, como se repete com frequência, ou, pior ainda, uma restrição que impeça a colocação de obstáculos que prejudiquem a visibilidade do bem. Trata-se de proteger um conjunto de elementos que dão sentido ao bem, tornam inteligível sua origem e sua integração com o meio circundante, sua escala, os sistemas construtivos etc.

Praticamente a totalidade do trabalho tem a ver com a valoração, notadamente a produção do filme que se pretendia que fosse um resumo do arrazoado todo. Penso que há alguma semelhança com os procedimentos de um detetive. Há algumas pistas pelas quais é possível começar. Essas pistas, por sua vez sugerem outras e abrem novos horizontes e assim sucessivamente.

Do diário de campo: 31 de janeiro de 2007

Finalmente chegamos à casa de Chico Mendes, fomos recebidos por uma mocinha estudante, de nome Luana, que fazia o papel de guia, nos orientou pela casa e nos deu algumas informações. Sua exposição parecia ser produto de um texto várias vezes ensaiado, e enfatizava os detalhes do homicídio. Pareceu-me que percorríamos um “via crucis” que terminava na cozinha com as manchas de sangue que ainda se preservam.

Nessa hora tive talvez a única certeza com relação à tarefa que me foi encomendada: era necessário fugir de maneira categórica

da glorificação do mártir. Chico Mendes seria uma pessoa importante pelas suas ideias e pela sua atuação e não pelo fato de ter sido assassinado. É claro que a brutalidade com que sua vida foi interrompida é um fato importantíssimo dentro do quadro de violência e impunidade que ele mesmo denunciava, mas, decididamente, não podia ser a razão do tombamento. Devo ser muito cuidadoso no tratamento do assunto.

A casa é modesta em todos os sentidos. Fotografei os espaços interiores, as fachadas, o pequeno quintal. Impressionaram-me particularmente os livros e os objetos de uso diário: algumas painéis, concha e escumadeira de alumínio e alguns utensílios de plástico que guardam restos da vida cotidiana de uma família despretensiosa.

O IPHAN já tombou diversas casas consideradas “históricas” embora em quantidade percentualmente pequena, em relação ao conjunto de tombamentos realizados pela instituição. De acordo com um parecer de Marcus Tadeu D. Ribeiro, historiador da arte, técnico do IPHAN, trata-se de:

“...uma lista pequena, se considerarmos as mais de mil inscrições que o IPHAN tem procedido nesses anos. Por essa lista, vê-se que se tombaram imóveis correspondentes a vários tipos de vultos da história nacional, a começar pelo herói nacional, como Ana Nery, Tiradentes, Santos Dumont e Deodoro da Fonseca (em Marechal Deodoro e no Rio de Janeiro) e General Osório. Entre as casas históricas, tombaram-se aquelas relativas aos líderes revolucionários, ainda que fora da dimensão nacional, de expressão estritamente local, como Garibaldi, Peregrino de Carvalho, Davi Canabarro e Bento Gonçalves. Foi também muito significativo o tombamento da casa de intelectuais que tiveram importância particular para a formação literária, jurídica e artística do país, como Castro Alves, José de Alencar, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Oliveira Lima, Teixeira de Freitas, Rui Barbosa, Vítor Meireles, Antônio Parreiras e Carlos Oswald.

(...) O tombamento de casas históricas também incidiu sobre vultos da ciência, como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Santos Dumont e Benjamin Constant; da política, como Joaquim Nabuco, João Alfredo, Café Filho, Rodrigues Alves, Visconde de Itaboraí, além de outras pessoas. Os casos acima citados são específicos do tombamento de casas históricas no livro de tombamento histórico, onde o aspecto valorativo da intervenção institucional tinha um caráter eminentemente biográfico, mas sem apontar para as elites econômicas da história do país. A remissão a esse segmento social se deu mais através dos tombamentos no livro das belas-artes do que no de história: preservava-se o imóvel também pelo caráter excepcional com que a arte se manifestava na residência desses vultos históricos.”¹³⁸

138

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Parecer 002 MTDR/GPROT/DEPAM/IPHAN de 10/07/2006. Trata do tombamento das “Casas Históricas”.

A Casa de Chico Mendes é, sem sombra de dúvida, uma “casa histórica”¹³⁹, porque remete simbolicamente à memória de uma pessoa importante, que se notabilizou pela sua ação incansável em prol dos trabalhadores rurais, índios e seringueiros, e pelas suas ideias preservacionistas que encontraram acolhida no mundo inteiro como detalharemos ao longo desta seção. Não é uma “casa natal”, ele não nasceu nela, viveu nesse lugar por aproximadamente dois anos e ali morreu. A indicação da casa de Chico Mendes como lugar simbólico de referência à sua memória e à memória dos acontecimentos em que esteve envolvido, se deve a uma escolha espontânea feita pela população de Xapuri e endossada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre. Dessa maneira, a casa teve precedência com relação a outros lugares como o Seringal Porto Rico, onde Chico Mendes nasceu e passou parte de sua vida, e outros onde ele viveu, trabalhou ou desempenhou algum cargo. Quanto ao Seringal Cachoeira, onde exerceu o ofício de seringueiro, a nomeação da Reserva extrativista como “Reserva Chico Mendes” já o está homenageando.

Chico Mendes não é um cientista, não é um intelectual, um literato ou um artista de destaque. É um camponês, de alguma maneira iluminado, cuja ação e cujas ideias tiveram, como consequência, profundas transformações na conformação das relações entre índios, seringueiros e colonos, assim como na modificação da maneira como o estado concebia a reforma agrária e a ocupação da terra na região amazônica. A proposta da "União dos Povos da Floresta", que consegue integrar os interesses de índios e seringueiros e ribeirinhos em defesa da floresta amazônica, pôs fim a antigos conflitos. A criação de reservas extrativistas que resguardam as áreas indígenas e preservam a mata, ao mesmo tempo em que garantem a reforma agrária desejada pelos seringueiros, significou um grande passo na direção de uma consciência ecológica, o respeito com a floresta e seus primeiros habitantes.

A casa

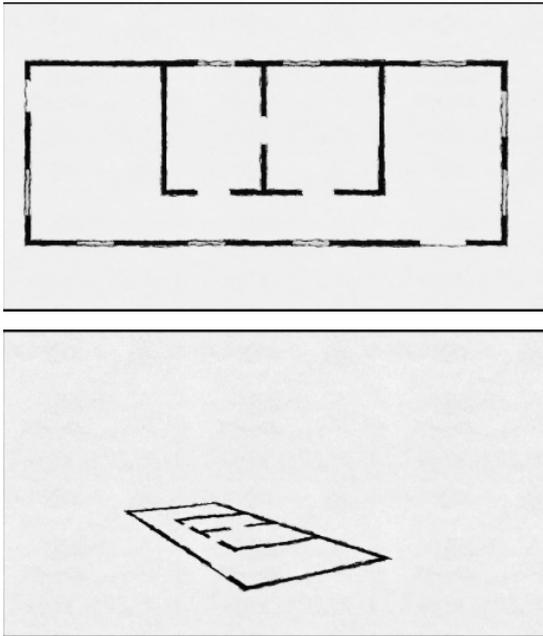
A casa de Chico Mendes – o bem material, objeto do tombamento - é uma construção de madeira muito singela, que obedece a um sistema construtivo tradicional da região, ainda de uso frequente.

139

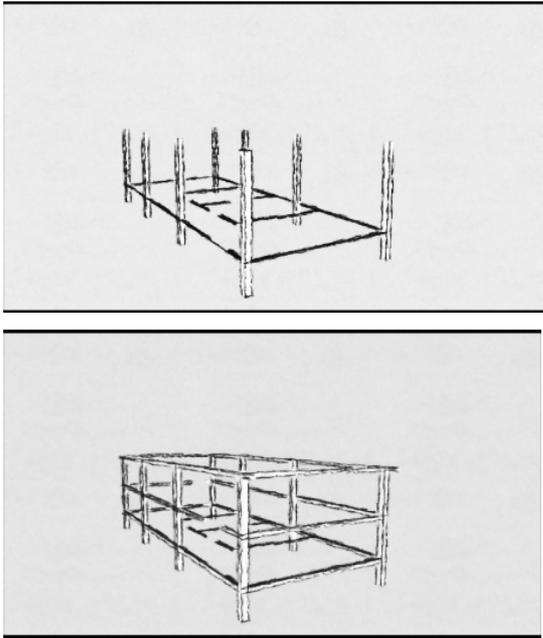
Utilizando a terminologia proposta por Marcus Tadeu Daniel Ribeiro no parecer citado.

A fachada que dá para rua, que tem um pouco mais de 4m de largura, possui, como detalhe, apenas duas janelas de aproximadamente 1m² cada uma. A entrada principal está situada na fachada lateral e há uma entrada de serviço que liga a cozinha ao quintal. Há uma pequena sala na frente da casa e, nos fundos, uma cozinha com área semelhante que dá para o quintal. No meio, estão situados dois cômodos aos quais se acessa por corredor lateral. A cozinha tem duas janelas, a sala três, duas na fachada principal e uma lateral, e os dois quartos, uma cada um. O corredor tem duas janelas situadas na frente da entrada de cada cômodo. O imóvel tem aproximadamente 48m² e o terreno menos de 300 m².

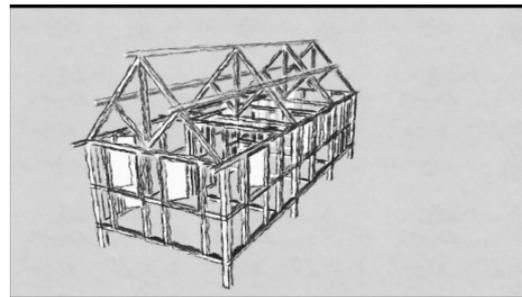
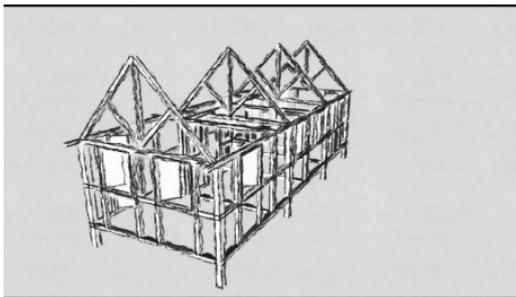
O sistema construtivo é bastante simples. Na atualidade, carpinteiros experientes são capazes de construir uma casa similar em apenas uma semana. Inicialmente é feita a marcação da planta no chão,



a seguir são cravados os pilares de madeira parcialmente enterrados no solo argiloso.



Logo depois é construída uma gaiola com os elementos estruturais horizontais colocados da seguinte maneira: o baldrame, situado a aproximadamente 1m do chão, o frechal, a 2,10m de altura a partir do baldrame e, entre os dois, no meio, outro elemento que também circunda a casa toda e serve como arremate das janelas e peitoril. O telhado, de telha francesa, tem uma inclinação ligeiramente superior aos 45°. Tesouras de madeira, bastante leves (10 x 10 cm de seção ou às vezes menos), estão colocadas na altura das divisórias dos cômodos, os caibros se projetam um pouco, permitindo a formação de um pequeno beiral.



Nas fachadas, frontal e de fundos, duas tábuas colocadas à guisa de tabeira, lhes dão acabamento. As vedações internas e externas são feitas com tabiques de tábuas colocadas no sentido vertical, afixadas nos elementos estruturais acima descritos; o assoalho também é de tabuado. Portas e janelas são do mesmo material, sendo que as janelas possuem somente folhas cegas. As portas ocupam toda a altura entre o assoalho e o frechal.



A ausência de forro e o fato das divisórias internas serem interrompidas na altura do frechal dão a sensação de que o espaço é maior do que realmente é. Por outro lado, essa característica das divisórias e as janelas abertas nas quatro fachadas favorecem a ventilação. Por causa da elevação do assoalho com relação ao nível do terreno, existem duas escadinhas de alvenaria: uma na entrada da sala e outra na cozinha. Há um afastamento da rua de cerca de 5m e afastamentos laterais de aproximadamente 1m do lado direito de quem olha da rua e 2m do lado esquerdo. Nos fundos da casa, existe um pequeno quintal onde foi construída uma edícula para abrigar o banheiro.

A casa está pintada de azul turquesa, sendo que portas, janelas, cercaduras e tabeiras estão pintadas de rosa, na forma de modesta decoração. Internamente, com exceção do quarto dos pais, pintado de azul, a casa toda é pintada de bege. Dentro da casa existe um pequeno acervo de apetrechos e livros que pertenceram a Francisco Mendes.



Os valores

Uma exposição bastante extensa se fez necessária para registrar de maneira sucinta o surgimento da liderança de Chico Mendes, seu contexto histórico e a influência exercida por sua atuação. Por outro lado, uma brevíssima descrição é suficiente para expor detalhadamente a coisa material, o imóvel, objeto de tombamento por parte do IPHAN. Fica evidente a imensa distância existente entre a despreensão do objeto material e o

universo de valores envolvidos no tombamento, a não ser que se compreenda a casa como o centro de afluência desses esses valores.

A fenomenologia nos ajudou a focalizar, à maneira de exercício, nossa atenção na materialidade da casa para descrevê-la, abstraindo-a de seu contexto simbólico. Lyotard escreveu a respeito desse método:

O termo Fenomenologia significa o estudo dos *fenômenos*, isto é, daquilo que aparece à consciência, *daquilo* que é *dado*. Trata-se de explorar este dado, *a própria coisa* que se percebe, em que se pensa, de que se fala, evitando forjar hipóteses, tanto sobre o laço que une o fenômeno com o ser *de que é* fenômeno, como sobre o laço que o une com o eu *para quem é* fenômeno... importa circunscrever-se ao próprio pedaço de argila, sem pressuposto, *descrevê-lo* apenas, tal como se nos apresenta¹⁴⁰. (destaques em itálico no original)

A fenomenologia nos permite, por outro lado, modificar o foco de nosso interesse, diminuindo-o ou ampliando-o. Torna-se transparente, então, que o fenômeno patrimônio não se restringe apenas a seu suporte, tenha este a consistência que tiver. Nossa atenção deve se dirigir ao fenômeno maior que abrange: o meio pelo qual ele se manifesta, a teia de valores criada pela sociedade, aspirações, desejos, expectativas de satisfação de necessidades, e a satisfação real ou simbólica dessas necessidades. Esses elementos têm uma íntima correlação de maneira que, a ausência de um deles significa a inexistência do patrimônio.

A Casa de Chico Mendes, por si só, nada mais é do que uma casinhola de madeira similar a tantas outras de Xapuri e do Acre. Ela se torna valiosa, como símbolo que evoca o sentido de pertencimento ao meio nem sempre amigável, à generosidade que permitiu a associação de grupos os mais diversos, esquecendo antigas rivalidades, e à capacidade de resistência de um segmento social nada homogêneo. Espelho disso é a criação de um comitê que aglutinou diversas organizações em torno da memória da ação de Chico Mendes. Esse comitê é representativo das seguintes entidades:

CDDHD, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese;

CDHEP, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular;

CIMI, Conselho Indigenista Missionário; CNS, Conselho Nacional dos Seringueiros;

CPI/ACRE, Comissão Pró-Índio; CTA, Centro dos Trabalhadores da Amazônia;

CUT, Central Única dos Trabalhadores; FETACRE, Federação dos Trabalhadores da

¹⁴⁰ LYOTARD, Jean-François. *A Fenomenologia*. Lisboa, Edições 70, 1986. p. 10.

Agricultura do Estado do Acre;
GTA, Grupo de Trabalho Amazônico;
MOHAN, Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase;
PESACRE, Pesquisa e Extensão em Sistemas Agro-florestais do Acre;
PROJETO AQUIRI; RAMH, Rede Acreana de Mulheres e Homens;
SOS Amazônia;
SIMDECAF, Sindicato das Indiretas;
SINDSEP, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Acre;
SINPASA, Sindicato dos Seringueiros e Pequenos Agricultores e Assalariados Rurais de Rio Branco;
SINTEST, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau do Acre;
STR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira;
Diocese de Rio Branco e
UNI, União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas.

A narrativa do próprio Chico Mendes expõe, ao longo de seu discurso, a diversidade de manifestações que se encaixam perfeitamente no conceito de bem cultural imaterial:

A preservação do conhecimento que permitia sobreviver na floresta e usufruir de seus benefícios sem violentá-la;

O projeto de integração que viabilizou a União dos Povos da Floresta congrega interesses de índios, seringueiros e ribeirinhos;

A criação do conceito de reservas extrativistas que permitem a exploração da floresta, ao mesmo tempo em que garantem sua preservação, sem necessidade de transferência de propriedade, visto que a União continua sendo a dona;

O fortalecimento da noção de pertencimento capaz de gerar um sentimento de orgulho de fazer parte de um determinado contexto.

Durante a instrução do processo de tombamento da Casa, visitávamos Porto Acre, quando aconteceu um fato que ilustra com eloquência o significado da teia de valores à qual nos referimos diversas vezes. Enquanto esperávamos, no quintal do Centro Comunitário, vimos uma cobra jararaca escorregando na base de uma árvore. O senhor que nos guiava, com a maior naturalidade bateu com o pé no chão enquanto falava “vai, vai”. O bicho fugiu para o mato e ele explicou: o “vai, vai”, é para gente ouvir, a batida

no chão é para a cobra, porque elas são completamente surdas. Diante de nossa surpresa, ele sorriu e disse, utilizando um neologismo cunhado no Acre: “aqui nós temos muito orgulho de nossa *florestania*.”

O conteúdo do meu parecer foi fundamentado nos mesmos argumentos aqui expostos e concluiu da seguinte maneira:

"Levando em consideração o sentido do artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil e do Decreto Lei 25/37 assim como a importância que teve a liderança de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, para a solução de conflitos sociais e para a implantação de novos modelos mais justos e racionais de ocupação da terra que resultaram em transformações cujo âmbito é de caráter nacional, considero oportuno submeter ao egrégio Conselho Consultivo do IPHAN este processo de tombamento da Casa de Chico Mendes e seu acervo, com recomendação favorável a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, destacando que o labor realizado por Chico Mendes em prol da preservação da natureza e da floresta amazônica em particular já é amplamente reconhecido em nível internacional".

O processo encaminhado ao Conselho Consultivo do IPHAN estava composto dos seguintes elementos:

- Parecer do Arquiteto José Aguilera, do DEPAM/IPHAN.
- Memorando do Diretor da 16a.SR, Fernando Figali Moreira Júnior, com planta de situação, plantas da casa e seu entorno e a lista dos bens a ela pertencentes.
- Curriculum vitae* de Chico Mendes.
- Transcrição de depoimento dado por Chico Mendes à Associação dos Geógrafos Brasileiros, na USP, em maio de 1968 e dvd juntado ao volume de anexos.
- Coleção de fotografias de Chico Mendes em diversos momentos e situações incluindo homenagens e honrarias recebidas (também *post mortem*), imagens da casa e de seu entorno.
- Cartas de denúncias a autoridades.
- Excertos de depoimentos no processo de julgamento dos assassinos de Chico Mendes.
- Parecer do Procurador Federal Antonio Fernando A.L.Neri.

-Resoluções apresentadas no I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, Brasília, 1985.

-Entrevista de Chico Mendes durante o III Congresso Nacional da CUT, 1988.

-Matéria jornalística '18 Anos sem Chico Mendes'.

-Em volume anexo, textos de Elson Lima sobre 'Movimentos ambientalistas', de George Alex da Guia, sobre 'Correntes ecológicas e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza: Povos da floresta e Chico Mendes' e abundante coleção de recortes de jornais sobre a atuação de Chico Mendes e a extraordinária repercussão de sua morte, além de dois DVDs (contendo a citada entrevista à AGB 1988, "O sonho de Chico Mendes" e documentário da TV Acre sobre "Borracha para a vitória").

A reunião do Conselho Consultivo do IPHAN para apreciação da proposta de tombamento da Casa de Chico Mendes foi realizada no dia 15 de maio de 2008 no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte.

O relator do Conselho para o tombamento da Casa foi o Conselheiro, Historiador e Arqueólogo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Em seu parecer, o conselheiro destacou o papel declaratório do poder público no reconhecimento dos valores gerados pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Assim: "o tombamento provê de proteção o que em princípio *já pertencia* ao patrimônio cultural". Destacou também o caráter não intrínseco do valor cultural dos bens que não "pode ser aferido tão somente por técnicos que disponham de um rol objetivo de atributos cuja presença identificaria o caráter cultural, mas depende do reconhecimento de que grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade".

Tratou também da importância da materialidade do bem no processo de socialização de memórias e afetos. A esse respeito ele escreveu:

"Pretender-se que está em causa uma memória descarnada, etérea, sem lugar, sem balizas neste mundo concreto em que vivemos, simples fantasmagoria semiótica, flutuando num vácuo indiferente, seria dispensar o conhecimento acumulado nos últimos sessenta anos, sobre o tema, pela Psicologia Social, Antropologia, História, Estudos de cultura material (para não mencionar a neurofisiologia e as ciências da cognição). Os lugares e as coisas, *na sua materialidade*, constituem obrigatórios gatilhos, pautas, guias, ordenadores, condensadores, legitimadores de memória. Memórias, imagens de si, projetos de ação constituem meros fatos psíquicos ou mentais

engaiolados na subjetividade dos indivíduos, enquanto não se socializarem, enquanto não passarem a atuar no mundo social -- socialização, atuação no mundo social que só podem ocorrer por essa mediação do universo físico, material, sensorial. Só assim estarão presentes as condições de *partilha* de memórias, de identidades, de projetos e ações. Ora, uma casa e seu lugar podem apresentar potencial para tal mediação sensorial de ideias, significados, valores, ideologias, expectativas, representações. Acredito, aqui também, que a casa de Chico Mendes com seus pertences (plantada em Xapuri e não no panteão da memória, e plantada num lugar específico de Xapuri) contenha esse potencial".

O seu parecer concordou com o parecer encaminhado pelo DEPAM e conclui:

"À luz do exposto, não hesito, pois, em recomendar vivamente ao Conselho Consultivo a anuência ao pedido de tombamento da casa de Chico Mendes em Xapuri e seus pertences (tais como listados de fls. 57 a 66), devendo a inscrição proceder-se no Livro do Tombo Histórico".

A casa de Chico Mendes foi tombada na tarde do dia 15 de maio de 2008.

A linguagem: uso do recurso áudio-visual e busca de uma linguagem poética

Existe, no entanto, outro problema intimamente ligado aos já relacionados: para tratar do patrimônio, para cuidá-lo, para valorizá-lo, é necessário saber como devemos a ele nos referir, saber como poderemos apreendê-lo em uma totalidade que inclua a manifestação sensorial e ao mesmo tempo os afetos e valores atribuídos. Trata-se de descobrir qual seria a linguagem apropriada para criar uma representação adequada dos bens, das coisas, para explicitar seus valores e servir como convite ao usufruto por parte da sociedade.

A preservação do patrimônio faz parte daquilo que Dilthey chamou de ciências do homem, diferentes das ciências da natureza, razão pela qual a metodologia científica, mesmo sendo necessária, será insuficiente para nosso propósito. Se o que se procura é uma representação do fenômeno, visto de fora, uma boa descrição textual e iconográfica será suficiente, mas, se o que se deseja é algo que exponha a obra e que evoque a disposição afetiva produzida pelo seu conteúdo, que seja um convite a mergulhar nessa disposição, será necessário pensar em outras formas de linguagem.

Levando em conta essa proposição, podemos pensar como pressupostos para nosso trabalho:

- A consideração de que o bem cultural apresenta especificidades pelo seu conteúdo simbólico;
- A consideração de que existe uma relação de caráter afetivo entre o bem cultural e o fruidor ou usufrutuário do mesmo.

A partir dessas ponderações, formulamos as seguintes hipóteses: 1. A narrativa científica pode não ser suficiente no processo de valoração do patrimônio cultural; e 2. A narrativa poética pode ser uma ferramenta alternativa ou complementar na valoração do patrimônio cultural.

Para ilustrar o que acima foi dito, utilizemos, como exemplo, o tombamento, no Brasil, de uma cidade, pelos seus valores históricos, artísticos e paisagísticos. Quais serão os instrumentos à disposição dos técnicos encarregados?

Inicialmente teremos a pesquisa histórica que vai nos permitir esclarecer como se deu o processo de formação da cidade, quais os fatos de importância que nela ocorreram, que transformações a cidade sofreu como consequência, qual a importância da cidade no contexto nacional do ponto de vista cultural, econômico etc. etc., como os remanescentes da cidade antiga estão preservados, quais os espaços que estão mantidos, como praças, traçado urbano, sistema viário e outros elementos considerados relevantes e assim por diante.

Precisaremos elaborar também uma representação gráfica do lugar, um modelo que nos permita estudar a cidade no nosso gabinete e submetê-la à discussão, e para isso nos serviremos de levantamentos fotogramétricos, fotográficos, arquitetônicos e, finalmente, de uma descrição minuciosa do relevo, das tipologias arquitetônicas, da configuração da paisagem e de tudo aquilo que o desenho não pode representar.

Dada a complexidade dos fatos arquitetônicos e urbanísticos, foram desenvolvidas técnicas que buscam identificar fenômenos relacionados com a maneira como os seres humanos percebem o espaço e as suas relações com os elementos que o configuram. Assim, utilizando os princípios estabelecidos pela *Gestalttheorie*, somos capazes de estudar o ritmo, as relações de fundo e figura, as perspectivas, os estreitamentos, alongamentos, pontos focais etc. Tudo isto com a maior disciplina para que, sendo o processo o mais científico possível (se é possível falar dessa maneira), o produto final seja uma representação quase perfeita da realidade que queremos estudar.

Deparam-nos, então, com a constatação de que, sempre, algo ficará faltando, visto que sempre haverá algo que não poderá ser descrito, porque nenhuma representação, por perfeita que seja, é um substituto para a realidade, e porque o reconhecimento do bem e a conseqüente exaltação da sensibilidade **tem que ser realizado cada vez por um único indivíduo**. Vejamos o que nos diz Dufrenne:

“Sem dúvida, a obra ...existe para alguém ...Isso quer dizer que ela é um objeto a ser percebido: ela encontra a plenitude do seu ser e o princípio mesmo do seu valor na plenitude do sensível”¹⁴¹

Se a emoção é uma vivência pessoal e intransferível, como pode ser possível produzir uma narrativa que seja catalisadora do afeto?

Os antigos viajantes nos deixaram obras primas de sensibilidade e conteúdo nas descrições dos lugares por onde passaram, e que ao lê-las, nos transportam para outros tempos e outras paragens. Viajando pelo Rio São Francisco, na primeira metade do século XIX, Lallemand assim se expressava:

“À 1 hora já pudemos embarcar com nossos rocinantes, e deixar a povoação de Piranhas, pendurada, como um ninho de andorinha, por cima do rio, ao longo da encosta, ...”¹⁴²

No âmbito da literatura brasileira, Euclides da Cunha é magistral no uso da linguagem poética na sua obra *Os Sertões*, principalmente na primeira parte quando fala da terra. Vejamos um exemplo:

“Ao passo que a caatinga o afoga (o viajante); abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama spinecente e não o attrae; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado; árvores sem folhas, de galhos extorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso de tortura, da flora agonizante...”¹⁴³

Tivemos a oportunidade de trabalhar na elaboração do parecer para o tombamento da cidade de Piranhas, em Alagoas. Depois de ter escrito arduamente uma descrição técnica da cidade para complementar os levantamentos realizados, na qual se falava de “lotes estreitos situados de forma perpendicular às tangentes das curvas de nível, com as

¹⁴¹ DUFRENE, Mikel. *Estética e Filosofia*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p 51.

¹⁴² AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.p 321.

¹⁴³ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929, p 38.

casas construídas na parte da frente etc.”, ficamos muito mais à vontade com a seguinte descrição que nos levou a modificar o foco desse trabalho:

“Por terra, chega-se a Piranhas por uma estrada que atravessa um platô um pouco mais alto do que a cota dos 100m acima do nível do mar. Apesar da aridez da paisagem, alguma relva viceja aveludando as colinas que parecem formar-se como consequência da fenda que rasga o paredão rochoso. Por causa da topografia, essas falsas colinas são vistas de cima enquanto se aproxima da cidade. Aos poucos, vão aparecendo, semi-escondidas, a silhueta do cemitério, logo depois a torre da igreja e, vagarosamente, um casario apinhado que, visto de longe, parece de brinquedo. Finalmente o grande espelho verde-azulado do rio São Francisco e o talude dos morros da outra margem do rio. A perfeita integração da cidade com a natureza evidencia com eloquência como ela faz parte da paisagem e como o rio e os montes fazem parte da cidade.

Aqueles que a construíram não brigaram com o sítio de implantação nem tentaram modificá-lo. Talvez pela própria inflexibilidade do terreno, se adaptaram mansamente a ele, criando um complexo urbanístico-arquitetônico orgânico que se foi acomodando ao relevo da rocha. O resultado é um conjunto de grande beleza, com séries de edificações construídas ao longo dos patamares paralelos ao vale, como que formando uma platéia para contemplar o rio.

Em “A Origem da Obra de Arte”, Heidegger inicia a abordagem do tema com a discussão sobre o conceito de coisa, sobre as categorias de coisas que poderiam existir e sobre as maneiras como poderíamos definir essas coisas. O debate se encaixa perfeitamente na problemática dos bens culturais. Embora todos os entes sejam “coisas” ideias, conceitos, pessoas, há coisas que se nos mostram como tais com mais familiaridade. Entre as coisas, o autor distingue três categorias: a mera coisa, o apetrecho e a obra. A mera coisa existe sem nenhuma exigência (uma pedra, um pedaço de madeira), o apetrecho tem na sua essência a serventia (o utensílio que necessariamente tem que prestar serviços), e a obra existe por sim só, sem dependência. Como todos os manuais de conservação são enfáticos em repetir que a melhor forma de preservar um bem material é dando-lhe um uso adequado, acaba se criando a percepção deformada de que a qualidade de bem cultural depende do uso que lhe é dado. O bem cultural, para se qualificar como tal, da mesma maneira que a obra de arte, não depende da serventia. O bem cultural é uma obra e como tal é único e insubstituível

Poderíamos definir a coisa (mera coisa, utensílio ou obra), diz o autor, enumerando todas as propriedades. Mas, a coisa não é apenas o somatório das características ou a acumulação das propriedades. A coisa é precisamente aquilo em torno do qual se organizam as propriedades. A coisa tampouco seria o acúmulo de sensações que ela nos produz. A definição de coisa como matéria que tem forma também seria insuficiente. Ele sugere então a linguagem artística como única forma de se aproximar à verdade das coisas.

Nada mais comum e próximo do que o fenômeno da cor: o céu é azul, as folhas são verdes, a capa do meu livro é amarela e preta e assim por diante. Por essa razão, vamos utilizá-lo como exemplo do abismo existente entre o olhar da ciência e o olhar do afeto que não sabe ou esquece que está olhando. Existe, em física, um modelo colorimétrico conhecido como o modelo de Munsell, que consiste em um volume teórico composto de três eixos. O eixo vertical, que representa a luminosidade, vai dos extremos do branco ao preto. O eixo horizontal, em forma de disco, contém todas as tonalidades de cor. O terceiro eixo é um eixo polar que representa a saturação. Quanto mais afastada do centro do disco, maior é a saturação da cor. Com esse modelo, podemos teoricamente representar qualquer tonalidade de cor: um 5YR será um alaranjado médio enquanto que um 10R será um vermelho vivo e um 5PB um azul escuro. Estas cores, no entanto, serão sempre teóricas, e sua relação com o mundo também será teórica. O vermelho do altar do Divino Espírito Santo de Goiás nunca será o vermelho de uma casa de Simão Dias, no interior de Sergipe. O branco da Roupa de Xangô nunca será o branco da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, porque nestes casos cada cor tem uma tessitura simbólica e contexto irrepresentáveis cientificamente.

Existe uma pertinaz ilusão entre certos técnicos do patrimônio de que seria possível criar categorias, definir propriedades, estabelecer classificações de maneira semelhante ao que acontece no sistema Munsell. Assim, algum dia conseguiríamos, mediante um número, definir cada bem integrante do patrimônio cultural, incluindo seu significado simbólico.

A técnica procura o desocultamento, nos diz Heidegger, em “A questão da técnica”, mas, alerta o autor, “o estado de desocultamento segundo o qual a natureza se apresenta como uma trama efetiva e computável de forças pode certamente permitir constatações

corretas, mas precisamente devido a esses resultados permanece o perigo de que a verdade se afaste em todas as direções”

Enquanto o discurso explicativo ou científico pretende conseguir alcançar as coisas, a narrativa poética não o faz. Ela se limita a acenar, a instigar, a mostrar caminhos ou abrir portas por onde os outros, por eles próprios, e cada um de cada vez, alcançarão as coisas. Nesta situação, a linguagem poética tem mais a ver com a verdade do que com o belo ou a beleza. Verdade entendida como desvelamento, como a *aletheia* dos gregos.

Se as limitações da linguagem já estabelecem uma distância entre o que penso e o que consigo expressar, e outra distância entre o que é recebido pelo interlocutor e a interpretação que ele faz da mensagem, seríamos seres praticamente incomunicáveis se insistíssemos na procura da explicação.

Paul Ricoeur afirma que existe uma *conexão interna* ou um *encadeamento*, mediante o qual a vida de outrem se deixa discernir. Trata-se então, no nosso caso, de decifrar a produção alheia para promover o usufruto próprio e dos outros:

“É porque a vida produz formas, exterioriza-se em configurações estáveis, que o conhecimento de outrem se torna possível: sentimento, avaliação, regras de vontade tendem a depositar-se numa *aquisição estruturada*, oferecida à decifração de outrem. Os sistemas organizados que a cultura produz sob forma de literatura constituem uma camada de segundo nível, construída sobre este fenômeno primário da estrutura teleológica das produções da vida.”¹⁴⁴

Será necessário então um exercício de hermenêutica para a interpretação do texto presente nos bens a serem preservados, e de criação para produzir uma narrativa capaz de abrir as portas da sensibilidade e convidar a ter acesso à manifestação da verdade. Cumpre-nos, então, ao pensar na linguagem, levar em consideração:

1. A narrativa como descrição, ou seja, como a representação verbal ou escrita das características formais (aparência) de um determinado bem;
2. A narrativa como interpretação, na qual se procura o significado desse bem, e
3. A narrativa como catalisadora de uma vivência afetiva, na qual se tenta induzir ao leitor ou ouvinte a participar de uma experiência de caráter pessoal.

¹⁴⁴ RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997. P. 25.

Devemos, no entanto, ter sempre em mente que nosso discurso será sempre ideológico e que, ao assumir o labor de instrução de um processo de tombamento, estamos tacitamente declarando nossa anuência com uma determinada base conceitual. Nossas opiniões, o critério de seleção e produção de documentos e de imagens, as fontes, as referências e todas as ações envolvidas na empreitada refletem escolhas particulares, razão pela qual é imperativo esforçar-se por adquirir o que Gadamer chama de senso histórico. Ter senso histórico, diz o autor

“... é superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos. Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo.”¹⁴⁵

Entendemos por consciência histórica, escreve Gadamer na mesma obra, “... o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”, o que poderia ser dito de outra maneira: sabemos que sabemos, mas, sabemos também que poderemos estar errados.

¹⁴⁵ GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. P. 18.

PARTE IV:

O FILME *A CASA DE CHICO MENEDES, SUBSÍDIOS PARA O TOMBAMENTO*

A parte VI está sendo entregue em mídia digital no formato .wmv para ser visto em computador, no sistema Windows. Consideramos, no entanto, que é necessário fazer alguns comentários a respeito.

De maneira bastante rotineira, têm sido utilizadas apresentações em “power point” para complementar as instruções dos processos de tombamento e para expor rapidamente o assunto aos membros do Conselho Consultivo do IPHAN, antes da apresentação do relator e antes da deliberação do colegiado. Essa tinha sido a opção inicial para ilustrar o processo de tombamento da Casa de Chico Mendes. No entanto, a quantidade de informações existentes no processo parecia impossível de ser sintetizada em uma breve apresentação; contexto, fatores e condições que tiveram influência na vida e atuação do personagem, assim como as consequências de sua atuação no Brasil e no exterior. Por outro lado, concluímos que era indispensável um esforço para transmitir, de alguma maneira, a forte emoção que acompanhou todo o curso do trabalho durante as viagens, entrevistas, pesquisa documental e elaboração de fotografias.

A iniciativa de realizar o filme constituiu, principalmente, a possibilidade de pôr em prática as considerações de caráter teórico enunciadas na seção *A linguagem: uso do recurso áudio-visual e busca de uma linguagem poética*, e expostas em algumas comunicações apresentadas no IPHAN. A sobreposição metódica de planos com conteúdos complementares significou uma experiência ímpar, embora tivesse sido um processo bastante doloroso, pelo inevitável envolvimento afetivo com o trabalho. A produção do texto, que guia o roteiro de maneira que contivesse todas as informações pretendidas e, ao mesmo tempo, permitisse dimensionar o produto final em 20 minutos, solicitou um esforço inicial bastante grande. A escolha dos temas musicais foi acontecendo no decorrer do trabalho, com uma urdidura matematicamente cronometrada. Foram utilizadas músicas regionais e de outros países para enfatizar o alcance do prestígio de Chico Mendes. As Bachianas Brasileiras Nº 5, de Villa Lobos, são o tema de Chico Mendes. A floresta, sempre em risco, tem por sua vez como tema trechos de Lucia di Lammermoor, de Gaetano Donizetti. Para o final dramático, foi utilizado o Gloria, da Misa Criolla de Ramírez. Os créditos finais têm como fundo o

Hino do Exército da Borracha, cantado por Dona Vicência Bezerra da Costa, moradora de Xapuri e sobrevivente desse exército.

Outro motivador para realizar o filme foi o sucesso obtido pela utilização dessa linguagem para ilustrar os processos de registro de bens imateriais, principalmente por estarmos discutindo a consubstancialidade dos bens materiais e imateriais e porque consideramos que a Casa de Chico Mendes é um exemplo disso.

Na primeira visita a Rio Branco, tivemos acesso ao documentário com uma palestra de Chico Mendes apresentada na AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Departamento Geografia – USP, em maio de 1988. O filme nos foi cedido pela Fundação Elias Mansur, que faz o papel de Secretaria de Cultura do Acre, e pela TV-Acre. O depoimento de Chico Mendes não se restringe à sua experiência e atuação pessoais, ele traça um panorama histórico da ocupação da terra e dos diversos conflitos que aconteceram e dos danos causados pelo próprio estado com a justificativa do "progresso". O depoimento, que termina com a acusação de omissão, por parte das autoridades, perante as denúncias de ameaças que ele e outros seringueiros vinham sofrendo, de certa maneira profetiza sua morte que ocorreria nove meses depois.

Tornou-se evidente que seria o discurso de Chico Mendes quem orientaria o roteiro e sua própria voz seria a principal intérprete da narração.¹⁴⁶ No decorrer da instrução do processo de tombamento, o mesmo depoimento se converteu no eixo central da organização do trabalho.¹⁴⁷

Diário de campo

Quinta feira 15 de maio de 2008. 14h.

Chegamos junto com Jurema ao Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte com bastante antecedência para poder testar os equipamentos. A reunião acontecerá em um salão que comporta o Conselho e algumas poucas pessoas, o restante do público acompanhará em um terraço adjacente mediante o uso de um telão.

O aparelho de DVD não reconheceu o disco que trouxe nesse formato. Teremos que utilizar um arquivo que possa ser lido em um computador. O sistema de som está funcionando normalmente com o equipamento de DVD. Peço para fazer um teste com o computador e o

¹⁴⁶ Anexo: Depoimento de Chico Mendes.

¹⁴⁷ AGUILERA MONTALVO, Antonio José. Parecer IPHAN /DEPAM/GProt/JA n° 01/007. Parecer favorável ao tombamento da “Casa de Chico Mendes”.

encarregado se nega afirmando que está tudo bem, ameaço me queixar a sua chefia e finalmente faz o teste. Somente um canal funciona, escutamos a musica do filme, mas não a narração. O encarregado argumenta que é um defeito do filme e peço para fazer um teste com outro arquivo. Cara feia, má vontade, nova ameaça e finalmente o gentil técnico substitui um cabo. Milagrosamente, tudo passa a funcionar a contento, graças a Deus.

15 de maio de 2008 à noite.

Estamos voando de volta ao Rio. A Jurema está cochilando, estava contentíssima. Eu estou muito satisfeito e bastante confuso.

Assistimos à reunião no salão destinado ao Conselho. As duas filhas de Chico Mendes estavam presentes, Elenira casualmente sentada ao meu lado. A reunião tratou de dois assuntos, o registro do modo artesanal de fazer queijo-de-minas como patrimônio imaterial brasileiro e o tombamento da Casa de Chico Mendes como patrimônio nacional.

Enquanto éramos espectadores da primeira parte, eu pensava que tinha sido uma feliz coincidência juntarem no mesmo encontro esses dois assuntos e poder mostrar o tratamento dado à Casa de Chico Mendes como “patrimônio integral”: bem material/imaterial carregado de valores afetivos; por outro lado propiciava-se o encontro de parte significativa da equipe do “patrimônio imaterial” com parte da equipe da “pedra e cal”.

O filme foi apresentado e o silêncio da platéia era total, parecia que dava para ouvir a respiração das pessoas em compasso com a pontuação da música que guia o roteiro. Eu estava muito nervoso e percebia que tinha acontecido um fenômeno de empatia muito grande. Alguma coisa que ia além daquilo que eu imaginava possível quando argumentava sobre “a narrativa como catalisadora de uma vivência afetiva”. Se de alguma maneira, Chico Mendes esteve conosco, deve ter ficado muito contente.

Quando o filme terminou houve uma comoção de abraços e de palmas. As filhas de Chico Mendes me agradeceram pelo tratamento carinhoso dado a seu pai e a equipe do “patrimônio imaterial” veio nos cumprimentar muito afetuosamente. Vi que estavam profundamente emocionados. Percebi então que o ministro da Cultura Juca Ferreira chorava muito enquanto fazia esforços para

se recompor. O conselheiro Sabino Barroso estava visivelmente comovido. Quer dizer então que “o contato” era possível. Eu estava assustado.

Confesso que tive que fazer bastante esforço para acompanhar sua exposição porque precisava de tempo para poder assimilar o que tinha acontecido.

Considerações finais

Com o Professor Emanuel Carneiro Leão, aprendi a gostar de uma história a respeito de Heidegger e um texto de sua autoria. Em 1929, o filósofo assumiu, na Universidade de Freiburg, a cátedra de Filosofia que ficara vaga com a aposentadoria de Edmund Husserl. Ao iniciar suas atividades e de acordo com o costume da universidade, ditou sua primeira aula na presença de professores e alunos do conjunto das Faculdades. Essa aula inaugural foi apresentada com o título “Que é Metafísica?”. O texto, publicado no mesmo ano, tornou-se uma obra de referência.

Que é Metafísica? diz o autor e continua - “A pergunta nos dá esperanças de que se falará sobre a metafísica. Não o faremos. Em vez disso, discutiremos uma determinada questão metafísica. Parece-nos que, desta maneira, nos situaremos imediatamente dentro da metafísica”.

O que é o patrimônio? Perguntamo-nos. Quais são as estruturas afetivas, históricas, e políticas que o sustentam? O patrimônio se restringe ao conjunto de manifestações sensíveis? Essas questões não foram, nem poderiam ter sido resolvidas neste trabalho. Parece-me, no entanto, que esta tese, que acabou sendo um misto de pesquisa, elucubração e depoimento, de alguma maneira nos colocou “dentro do problema”, da maneira proposta por Heidegger.

Muitos dos assuntos que inicialmente teríamos gostado de desenvolver acabaram sendo somente mencionados e seu estudo ficou à espera de outro trabalho.

Fugi, intencionalmente, do tema “patrimônios nacionais”, a cujo respeito existem inúmeros estudos. Este afastamento permitiu-me também aprofundar o nível de abstração ao tentar definir patrimônio.

Ao estudar a trajetória de Chico Mendes e os conflitos nos quais esteve envolvido, foi inevitável a associação com tudo o que aconteceu na América Latina nessa época. Os sentimentos de impotência e indignação deixaram-me extremamente perturbado. É natural que, nessas condições, aparecesse uma imensa vontade de querer fazer justiça. Fugi conscientemente dessa tentação. Senti-me obrigado, no entanto, a deixar nos anexos algumas pistas para alguma possível pesquisa de outro estudioso, no futuro.

A partir de um determinado momento, senti-me obrigado a abandonar o tom impessoal e tentar mostrar o que acontece com o técnico, “ser humano”, ao se envolver com questões tão delicadas como sofrimento, valores, interesses, ideologia.

A experiência de olhar, através da Casa de Chico Mendes, o universo dos conflitos da floresta, a exploração, a injustiça, a impunidade, a cumplicidade ou omissão, os fantasmas dos trinta mil mortos do exército da borracha, Getúlio Vargas, o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, a destruição da floresta, a expulsão dos miseráveis para doar suas terras aos fazendeiros, os bolivianos, os ingleses, os americanos, a malária e mais uma lista infinda, e o aparecimento de um camponês que prega a unidade entre “os povos da floresta” e lidera o confronto dos excluídos contra os poderosos, enfrentando, inclusive, organizações internacionais poderosíssimas, nos mostra que o imóvel nada mais é que o lugar onde se aglutina todo esse emaranhado de valores e afetos. Ao olharmos desse ponto de vista, verificamos a impossibilidade de definir onde começa e onde termina o material e onde começa e onde termina o imaterial. Tudo é um patrimônio só, cuja dimensão vai muito além da espacialidade no presente que permite sua socialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.) **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ABREU, Regina. **Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social**. In: GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005
- AGUILERA MONTALVO, Antonio José. **A Memória das Coisas e as Coisas da Memória** Rio de Janeiro: Seminário Internacional da ABRACOR, 2005.
- ALVES, Antônio. **Caderno Povos da Floresta**. Rio Branco: Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes, 2003.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário de. **A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- _____. **Cartas de Trabalho**. Rio de Janeiro: Mec.SPHAN / próMemória, SD.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seu Tempo**. Rio de Janeiro: Minc/Pró-Memória, 1986.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o Passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio cultural e nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Seritta, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo, **História da Arte como História da Cidade**, São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1992
- ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BABELON, Jean-Pierre, CHASTEL, André. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.
- BARTHES, Roland. **Critique et Vérité**. Paris: Seuil, 1966.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: EDUSP, 1982.
- _____. **O Poder Simbólico**. São Paulo: DIFEL, 1989.
- BACHELARD, Gaston. **O Direito de Sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASIL, IPHAN. **Revista do IPHAN. Nos. 1 a 10, 1937 – 1946**.
- BRASIL, MINC, IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, FUNARTE, 2000.
- BRASIL, PRÒ-MEMÒRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil - uma trajetória**. Brasília: PróMemória, 1980.
- BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración**. Madri: Alianza Editorial, 1989.
- BRØGGER, Jan - **Authenticity and Identity**. In: **Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention**. Bergen: Directorate for Cultural Heritage, 1994.
- BRASIL, IPHAN. **Ideólogos do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IBPC, Cadernos de Debates ° 1, 1991.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **A escrita da História - novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAPANEMA, Gustavo. **Rodrigo, espelho de critério. A lição de Rodrigo**. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.
- CASTRO, Sônia Rabello. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CHOAY, Françoise. **L'allegorie du Patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.
- CHUVA, Márcia (org.). **A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40.** Tese de doutorado Rio de Janeiro: ICSHF/UFF, 1998. 2 v.
- COSTA, Lucio. **Lucio Costa, registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa de Artes, 1996.
- DE DECCA, Edgar S. **Memória e Cidadania. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992.
- DEWEY, John. **Arte como Experiência.** São Paulo: Martins Fontes, 2011
- DILTHEY, W. - **História da Filosofia.** São Paulo: Hemus, 2002
- DILTHEY, W. - **Teoria das Concepções do Mundo.** Lisboa: Edições 70, 1992
- DIRECTORATE FOR CULTURAL HERITAGE **Conference on Auhtenticity in Relation to the World Heritage Convention.** Bergen: 1994.
- DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo.** São Paulo: Hucitec, 1977.
- DUFRENNE, Mikel. **Estética e Filosofia.** São Paulo: Perspectiva, 1972.
- EINAUDI Enciclopédia. **Cultura Material. Poder / Autoridade e Público / Privado.** Lisboa: Imprensa Nacional, s/d.
- FERMINGIER, André. **La notion de patrimoine.** Monuments Historiques, nº 107. Paris: Caisse nationale des monuments historiques et des sites, 1980.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio Em Processo.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- _____. **Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada** (Considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação) Caderno de Estudos do PEP. 1ª Oficina PEP, Vassouras 2007. Rio de Janeiro: Copedoc/IPHAN 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1986.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia.** Rio de Janeiro, UERJ, Atlântica, 2004.
- FUKS, Betty F. **Freud e a Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, vol.1, nº2, 1988.

- _____. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: IPHAN/UFRJ, 1997.
- _____. **O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural no Brasil**. In: Instituto do Patrimônio Cultural, **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Brasília: IBPC, 1991
- GONDAR, Jô, DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice 1990.
- _____, Maurice. **Le cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.
- HARTOG, François. **Patrimônio e tempo: indicações para uma história da noção de patrimônio**. (palestra proferida na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, em 22/09/97).
- HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- HEITMANN, Fernanda. **Povos da Floresta**. Brasília: doc. datilografado, 2007.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, [1936], 1995.
- HUSSERL, Edmundo. **La Filosofia como Ciencia Estricta**. Buenos Aires: Nova, 1973.
- HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed. / Universidade Cândido Mendes / MAM, 2000.
- JARDIM, Ricardo. **A Razão Hermenêutica**. In: KATZ, Ch. S. DORIA, F. A. **Org. Razão / Desrazão**. Petrópolis: Vozes, 1992
- KRUSE, Herman. **O manuscrito 512 e a viagem à procura da povoação abandonada**. São Paulo, janeiro de 1940. Rio de Janeiro: Departamento do Patrimônio Histórico, Arquivo Nacional;
- CALMON, Miguel. **O segredo das minas de prata**. Rio de Janeiro: A noite, 1950.
- LANGER, Johnni. **A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império**. Revista brasileira de História. 2002 (<http://www.scielo.br>).
- LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, vol.1 Memória-História, 1984
- _____. **Memória**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, vol.1 Memória-História, 1984.

- LEMAIRE, Raymond - **Authenticité et Patrimoine Monumental**. In: **Conference on Auhtenticity in Relation to the World Heritage Convention**. Bergen: Directorate for Cultural Heritage, 1994.
- LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1988.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: PróMemória, 1985.
- MAYUMI, Lia. **Um Congresso na Tailândia**. In: **Cidade N° 2**. São Paulo: Revista do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura, 1996.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **O patrimônio cultural entre o público e o privado. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.
- _____. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992 (mimeo).
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- MICELI, Sérgio & GOUVEIA, M^a Alice. **Política Comparada**. Rio de Janeiro: Funarte, IDESP, Finep, 1985.
- MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOLES, Abraham A. **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1981.
- MORI, Vitor Hugo e outros (Org.). **PATRIMÔNIO: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.
- MOTA, Lia, SILVA, Maria Beatriz Rezende. **Inventários de identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- NEVES, Marcos Vinicius. **Uma breve história da luta acreana in Caderno Povos da Floresta**. Rio Branco: Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes, 2003
- NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de Memoire**. Paris: Galimard, 7 vols., 1987-1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)**. São Paulo: Pontes, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.2, n°3, 1989.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Volume 1 Memória-História, 1984.
- POULOT, Dominique. **Musée, Nation, Patrimoine: 1789-1815**. Paris: Gallimard, 1997.

- PUCCIARELLI, Eugenio. **Husserl y la Actitud Científica en Filosofía**. In: HUSSERL, Edmundo. **La Filosofía como Ciencia Estricta**. 3. ed. Buenos Aires: Nova, 1973.
- RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**; Ensaio de Hermenêutica: Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- RIEGL, Alois. **El Moderno Culto de los Monumentos**. Madri: Coleção La balsa de la medusa, Visor, 1999.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **A Razão cativa**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1937/1968**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Antropologia), UNICAMP, 1992.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Memória-cidadã: história e patrimônio cultural**. Anais do Museu Histórico Nacional, v.29. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1997.
- SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil - 1920/1970**. Brasília: Tese (Doutorado em Antropologia), UnB, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.
- SOUZA, Octavio. **Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional**. São Paulo: Escuta, 1994.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **Bem Cultural e Identidade Cultural**. in Brasil, IPHAN. **Revista do Patrimônio** No 20, 1984. Rio de Janeiro: Sphan/Pró Memória, 1984..
- UNESCO, ICCROM E ICOMOS. **Conferência de Nara**. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. NARA: 1 - 6 NOVEMBRO DE 1994
- VERON, Eliseu. **A Produção de Sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão - o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte/MinC, FGV, 1997.
- WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura, 1987.

ANEXOS

ANEXO I

Relação de documentos relativos a Chico Mendes

ANEXO II

Composição do Conselho Consultivo do IPHAN em maio de 2011

ANEXO III

Apresentação do programa da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Revista No 1, 1937

ANEXO IV

Abaixo-assinado enviado pelos alunos de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ ao deputado Nelson Jobim relator da revisão constitucional de 1993

ANEXO V

Reportagem da Radiobras sobre o julgamento dos acusados pela morte de Chico Mendes

ANEXO VI

Transcrição de entrevista da radio Jovem Pam com o advogado Rubens Lopes Torres (defensor de um dos assassinos de Chico Mendes)

ANEXO VII

Relatório do grupo Tortura Nunca Mais sobre João Lucena Leal, advogado de defesa dos acusados pelo o assassinato de Chico Mendes

ANEXO VIII

Fotografias de cartas Chico Mendes com denúncias às autoridades denunciando ameaças

ANEXO IX

Delimitação do entorno para tombamento da Casa de Chico Mendes

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS A CHICO MENDES

Relação de 871 documentos que incluem reportagens, artigos de revistas e jornais e fotografias. (como esta relação consta de 45 páginas, não está sendo incluída nesta etapa do trabalho).

ANEXO II

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO EM MAIO DE 2011

Luiz Fernando de Almeida – Presidente do Conselho

Angela Gutierrez – Representante da Sociedade Civil

Arno Wehling – Representante da Sociedade Civil

Breno Bello de Almeida Neves – Representante da Sociedade Civil

Italo Campofiorito – Representante da Sociedade Civil

Jurema de Sousa Machado – Representante da Sociedade Civil

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés – Representante da Sociedade Civil

Marcos Castrioto de Azambuja – Representante da Sociedade Civil

Marcos Vinícios Vilaça – Representante da Sociedade Civil

Maria Cecília Londres Fonseca – Representante da Sociedade Civil

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira – Representante da Sociedade Civil

Nestor Goulart Reis Filho – Representante da Sociedade Civil

Synésio Scofano Fernandes – Representante da Sociedade Civil

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – Representante da Sociedade Civil

Antônio Menezes Júnior – Representante do Ministério das Cidades

(Suplente: Jorge Lucien München Martins)

Claudia Maria Pinheiro Storino – Representante do **IBRAM** (Instituto Brasileiro de Museus)

(Suplente: **Mário de Souza Chagas**)

Eduardo Góes Neves – Representante do **SAB** (Sociedade de Arqueologia Brasileira)

(Suplente: **Gilson Rambelli**)

Eliezer Moreira Pacheco – Representante do Ministério da Educação

(Suplente: **Getúlio Marques Ferreira**)

Heloisa Helena Costa Ferreira – Representante do **IBAMA**

(Suplente: **Ana Maria Evaristo Cruz**)

José Liberal de Castro – Representante do **IAB** (Instituto de Arquitetos do Brasil)

(Suplente: **Jeferson Dantas Navolar**)

Roberto Luiz Bortolloto – Representante do **Ministério do Turismo**

(Suplente: **Ricardo Martini Moesch**)

Roque de Barros Laraia – Representante da **ABA** (Associação Brasileiro de Antropologia)

(Suplente: **Carlos Alberto Caroso Soares**)

Rosina Coeli Alice Parchen – Representante do **ICOMOS** (Cons. Internacional de Monumentos e Sítios)

(Suplente: **Eugênio Ávila Lins**)

ANEXOIII

Apresentação do programa da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Revista No 1, 1937

PROGRAMA

A publicação desta revista não é uma iniciativa de Propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.

A esse respeito, ha uma tarefa da maior importância a realizar, pois o que se tem feito até agora é escasso e difícil de coligir-se. Ainda recentemente, um escritor inglês pretendia que no Brasil ninguém manifestava o mínimo interesse pelos assuntos relacionados com os seus monumentos artísticos: "no one in Brazil seems to have the very slightest interest in these things. There is an absolute lack of information"...

Sem dúvida, ha injustiça e exagero na observação, porque os trabalhos brasileiros sobre as questões a que se dedica o especialista britânico são bem mais consideráveis e valiosos do que ele assevera com ligeireza, sem ter se dado ao incomodo de procurá-los. De facto, existem estudos de grande interesse sobre vários aspectos do patrimônio artístico nacional. O que sucede é que eles se acham dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência.

Mas, se é inexato e leviano dizer-se, como o citado escritor inglês, que, em relação ao Brasil, sob aquele ponto de vista, "a most irritating state of ignorance exists on the part of the Brazilians", ninguém contestará, no entanto, que ha necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país. A tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que ha a esclarecer. Essa balda pouco apreciável nos tem feito perder um tempo precioso, que cumpre recuperar.

A criação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visa contribuir para esse efeito Sem pretensões a estampar trabalhos definitivos ou completos, uma vez que, a certos respeito, os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quasi primária, esta publicação procurará corresponder ao fim a que se destina.

Isso, aliás, a princípio, só em parte muito reduzida poderá ser alcançado. O presente número desde logo se ressentido de grandes falhas, versando quasi todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entre, é que, tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitue do "conjunto de bens

móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a factos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico bibliográfico ou artístico". Equiparam-se ainda a esses valores "os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".

Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclama longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo. Esta revista registrará semestralmente uma pequena parte do que se houver tentado ou conseguido com esse objetivo. Ela conta com a contribuição dos doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade e bem assim com o apoio e a simpatia de todos os brasileiros interessados pelo patrimônio histórico e artístico nacional.

RODRIGO M. F. DE ANDRADE
Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional

ANEXO IV

Abaixo assinado enviado pelos alunos de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ ao deputado Nelson Jobim relator da revisão constitucional de 1993

Senhor Deputado

Nelson Jobim

Relator dos Trabalhos de Revisão Constitucional

Excelentíssimo Senhor,

Pelo presente vimos manifestar nossa mais profunda apreensão frente as propostas que tem sido apresentadas no processo de revisão da Constituição Federal, em particular dos artigos 215 e 216, que dispõem sobre a questão do papel do estado no trabalho de preservação do patrimônio cultural.

Assim sendo, vimos procurar V. Ex^a no sentido de que oriente aos demais parlamentares, com vistas a **IMPEDIR QUE SEJAM FEITAS ALTERAÇÕES NOS ARTIGOS 215 E 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ou que sejam criados outros mecanismos que restrinjam ou anulem tais dispositivos constitucionais.**

Artº 215

O que existe hoje na Constituição Federal

“O Estado garantira a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional e apoiara e incentivara a difusão das manifestações culturais.

§1º O Estado protegera as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.”

A proposta

Pela proposta dos Srs. Depº Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ) e Wilson Moreira (PSDB-PR) serão suprimidos os dois parágrafos supracitados (Proposta de no 9.075-8, 9.079-1, 10.505-3, 10.506-7), eliminando-se o dever do Estado de garantir a preservação das manifestações culturais das minorias étnicas;

Arto 216

O que existe hoje na Constituição Federal

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referencia a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira ...

§1º O Poder Publico, com a colaboração da comunidade promovera e protegera o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento

e desapropriação de outras formas de acautelamento e preservação.”

A proposta (1)

Pela proposta dos Srs. Parlamentares Jutahy Magalhães (PSDB-BA), prop. 14.188-4), Pedro Teixeira (PP-DF, prop. 15.488-7), Elcio Alvares (PFL-ES prop. 16.586-1), o §1º passaria a ter a seguinte redação:

§1º O Poder Público, nos bens de sua propriedade, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação de outras formas de acautelamento e preservação.”

Tal parágrafo, assim modificado, inviolabilizará completamente o trabalho de salvamento do patrimônio cultural nacional, pois parte do princípio que o universo cultural do povo brasileiro esta circunscrito apenas aos bens de propriedade do Estado.

Dessa forma, Igrejas, fazendas antigas, centros históricos, sítios arqueológicos e tantas outras coisas que constituem o espírito e boa parte de nossa memória coletiva não poderão mais ser preservadas pelo poder público. Dos cerca de 16.000 bens que compõem os conjuntos históricos acautelado, mais de 80% ficarão desprotegidos. Mesmo aqueles bens de propriedade pública que serão protegidos perderão seu significado quando destacados do conjunto aos quais estão incorporados¹⁴⁸.

É importante assinalar-se que tal emenda, se aceita, beneficiará principalmente a agentes interessados na especulação econômica de áreas hoje protegidas por sua importância histórico-artística. A proposta afeta também áreas protegidas pela UNESCO, como é o caso de Ouro Preto, Salvador, Olinda, São Miguel das Missões, além de outros patrimônios arqueológicos/ecológicos, como o caso da Serra da Capivara, onde existe um patrimônio natural conjugado com os remanescentes culturais das primeiras manifestações de ocupação humana em área hoje abrangida pelo território nacional.

A proposta (2)

Existe também proposta que sugere inclusão de um parágrafo nesse artigo, encaminhada pelos Srs. Parlamentares Germano Rigoto (PMDB-RS), prop. 3734-6), e Elcio Alvares (PFL-ES prop. 16.587-5), a saber:

“§2º O tombamento, desapropriação¹⁴⁹ e outras formas de acautelamento e preservação de bens de propriedade da União dependerão de autorização previa do órgão de controle patrimonial competente da administração federal”

Uma vez adotado tal princípio de preservação de bens culturais de propriedade do Estado, tornara a ação governamental nessas área altamente centralizadora, além de deslocar o eixo de discussão da esfera cultural para a de caráter burocrático-administrativo e econômico.

¹⁴⁸ Vide relação dos conjuntos históricos protegidos, em anexo, para uma avaliação do efeito dessa medida, somente no âmbito federal, sem contar com aqueles bens preservados nas esferas estadual e municipal.

¹⁴⁹ Cabe-nos, aqui, apontar a incoerência da desapropriação de bens de propriedade da União.

Sendo o exposto, contamos com a sensibilidade e o espírito público de V. Ex^a, cuja participação nos trabalhos de revisão constitucional há de ser marcada pela defesa da memória cultural do povo brasileiro.

Atenciosamente,

Os alunos do curso de mestrado e, Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural e História e Teoria da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1994

Relação dos conjuntos históricos protegidos pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Conjunto	Numero de edificações (aprox.)
Belém/PA	170
Alcantara/MA	400
São Liz/MA	1000
Aquiraz/CE	20
Igarapu/PE	240
Olinda/PE – Patrimônio da Humanidade	600
Recife/PE	70
Mambucaba/RJ	50
Paraty/RJ	400
Petropolis/RJ	500
Rua do Catete/RJ	50
Valença/RJ	20
Vassouras/RJ	100
Angra dos Reis/RJ	70
Cabo Frio/RJ	70
Cachoeira/BA	670
Lençóis/BA	570
Mocugê/BA	330
Porto Seguro/BA	350
Rio de Contas/BA	290
Salvador/BA	2000
Santa Cruz de Cabrália/BA	200
Vera Cruz/BA	150
São Cristóvão/SE	350
Porto Calvo/AL	100
Cotia/SP	50
Laguna/SC	500
São Francisco do Sul/SC	400
Missões/RS - Patrimônio da Humanidade	Em inventario
Congonhas/MG	150
Diamantina/MG	1200
Mariana/MG	500
Nova Era/MG	20
Ouro preto/MG - Patrimônio da Humanidade	1100
Sabará/MG	150
São Joao Del Rey/MG	700
Serro/MG	300
Tiradentes/MG	150
Cidade de Goiás/GO	150
Natividade/TO	350
Pilar de Goiás/GO	130
Pirenópolis/GO	400
Cuiabá/MT	600
Corumbá/MS	Em inventario
Brasília/DF- Patrimônio da Humanidade	Em inventario
45	15.920

ANEXO V

Reportagem da Radiobras sobre o julgamento dos acusados pela morte de Chico Mendes

O Dia da caça

Montado na pequena Xapuri, o julgamento dos assassinos de Chico Mendes foi rápido, tranqüilo e, principalmente, justo

www.radiobras.gov.br/ 11/07/2007

Deigma Turazi/ABr

Brasília - O julgamento de Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira atraiu para Xapuri, a 187 quilômetros de Rio Branco, cerca de três mil pessoas, entre políticos, seringueiros, ecologistas, estudantes, representantes de organismos internacionais ligados à causa dos direitos humanos e do meio ambiente. A cidade tinha, na época, pouco mais de cinco mil habitantes. A cobertura da imprensa, que reuniu mais de 200 jornalistas do mundo inteiro, foi o dobro daquela que acompanhou a doença e morte do presidente Tancredo Neves, em 1985.

O juiz Longuini montou um esquema de segurança e de infra-estrutura inédito em Xapuri: convocou 140 policiais, instalou o corpo de jurados num colégio próximo ao fórum, e um mini-hospital também perto do local. Além disso, garantiu alimentos para todos, suprimento seguro de energia elétrica e serviços de telecomunicações. As pessoas que não eram do lugar tiveram que se acomodar em casas alugadas pelos xapurienses. Estes se amontoaram nas residências de parentes, a fim de ganhar um dinheiro extra.

O julgamento de Darly e Darci começou em 12 de dezembro de 2002 e terminou no dia 15, dia do aniversário de nascimento de Chico Mendes, com a leitura da sentença. Ambos os réus foram condenados a 19 anos de prisão. Xapuri fervia sob um calor de 40 graus. A umidade amazônica incomodava os menos acostumados ao clima da região.

Quatro dias estafantes, calorentos e tensos marcaram o julgamento. Na defesa dos réus estavam os advogados Rubens Lopes Torres, João Lucena Leal e Armando Reigotta. Contra Darly e Darci atuou Eliseu de Oliveira Buchemeir, que contou com a assistência do atual ministro da Justiça, na época presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos. Com eles estavam os advogados Ricardo Gebrin e Suely Belatto.

A mais importante prova material contida no processo de nº 5929/89, contra o principal acusado, Darci Alves Pereira, foi um fio de cabelo castanho, de 6,2 cm, encontrado na capa de chuva preta que, junto com uma mochila, foi recolhida pela polícia no quintal da casa de Chico Mendes. Os peritos da Unicamp, Fortunato Badan Palhares e Nelson Massini, compararam este fio a um punhado de outros retirados da cabeça do réu. "Os cabelos de Darci coincidem laboratorialmente com o cabelo encontrado na capa preta, o que nos autoriza dizer com segurança que a capa já havia sido utilizada por ele", afirmaram os peritos.

A principal testemunha a favor de Chico Mendes, o menino Genésio Ferreira da Silva, desmontou a estratégia da defesa para atrasar a sentença, ao acusar a família Alves da

Silva de envolvimento em sete assassinatos e não em 14. Com isso ficaram de fora Ademir, Mineiro e Paraguai, que segundo a defesa, estariam vivos e não mortos pelos Alves. Se Genésio confirmasse a morte dos três, os advogados de Darly e Darci pediriam a suspensão do julgamento.

Genésio também contou aos jurados ter ouvido Darci dizer ao pai que ele tinha sido o autor do disparo que matou o seringueiro. Na versão apresentado ao júri por Genésio, Darly aparece como mandante do crime. Além desses fatores, Darci, o filho, acabou surpreendendo o júri. Confessou ser o assassino, depois de ter negado por diversas vezes o ato, inclusive durante a reconstituição do crime.

A SENTENÇA

Às 23 horas (2 da madrugada no horário de Brasília) do dia 15 de dezembro de 1990, os sete jurados consideraram os réus culpados, por unanimidade, pela morte de Chico Mendes. Darly Alves da Silva e Darci Alves Pereira foram condenados a 19 anos de prisão. O juiz considerou as agravantes do crime, cometido de modo torpe e motivo fútil, em emboscada, além de ter sido premeditado. Os dois réus deveriam cumprir pena na penitenciária de Rio Branco. Hoje, 15 anos depois do assassinato de Chico Mendes, Darly, com 66 anos, encontra-se em liberdade condicional, dividindo seu tempo entre o Acre e Brasília, onde está autorizado pela Justiça a fazer tratamento de saúde. Darci, por sua vez, encontra-se preso em regime semi-aberto no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) - a Papuda, em Brasília. Durante o dia, ele trabalha como marceneiro no Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) e à noite recolhe-se ao presídio. A cada quinze dias, passa o fim de semana com a mulher e as três filhas numa casa simples numa cidade satélite do Distrito Federal.

AMIGOS DE CHICO MENDES

O país mudou muito desde o assassinato de Chico Mendes. Os amigos do seringueiro estão hoje no poder. Luiz Inácio Lula da Silva, na época presidente do governo paralelo e do Partido dos Trabalhadores, hoje é o presidente da República. A ex-seringueira e companheira de Chico nos "empates" de Xapuri, Marina Silva, é ministra do Meio Ambiente. Márcio Thomaz Bastos _ assistente da acusação no julgamento dos assassinos de Chico, e então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, é o atual ministro da Justiça. O então diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, é senador do PFL, eleito por São Paulo. O Juiz Adair Longuini, que presidiu o Tribunal do Júri, é titular da 1ª Vara Cível em Rio Branco.

ANEXO VI

Transcrição de entrevista da radio Jovem Pam com o advogado Rubens Lopes Torres
(defensor de um dos assassinos de Chico Mendes)

Confronto, A comparação do passado com o presente. O ouvinte Jovem Pam, frente a frente com os acontecimentos.

Em 22 de dezembro de 1988 morreu Chico Mendes. O Ambientalista foi assassinado no quintal de sua casa com um tiro de escopeta. Aos microfones da Jovem Pam o advogado Rubens Lopes Torres que defendeu Darly Alves da Silva um dos assassinos de Chico Mendes comentou o momento em que Darly foi preso.

- O Senhor foi pego de surpresa com a prisão de Darly

- Ah! Surpreso, e uma surpresa muito triste, ne?

- Mas, triste mesmo tendo sido ele considerado culpado pela morte de Chico Mendes? No caso ele deveria estar cumprindo a prisão

- Veja bem, considerado no meu entendimento, sem desrespeitar as autoridades judiciárias, porque ele foi julgado lá em Brasília por pessoas que só tinham ciência da pressão dessa esquerda festiva, tumultuada e aguerrida de maus propósitos.

Em 1991 o fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho Darcy Alves Pereira foram condenados a 19 anos de prisão pelo crime. Os jurados concluíram que Darcy matou Chico Mendes a mando de seu pai. Entre fugas e recapturas os condenados obtiveram o direito de cumprir suas penas em prisão domiciliar e regime semi-aberto.

A partir de 02 de janeiro a rede Globo vai exibir a mini-série Amazônia de Gloria Perez. A trama vai narrar a história do estado do Acre, partindo de Galvez e seguindo até a figura de Chico Mendes.

Confronto, o passado e o presente.

Produção Paula Carvalho

www.jovempam.uol.com.br acessado em agosto de 2007

ANEXO VII

Relatório do grupo Tortura Nunca Mais sobre João Lucena Leal, advogado de defesa dos acusados pelo o assassinato de Chico Mendes

www.torturanuncamais-rj.org.br

João Lucena Leal, natural de Brejo Santo, no estado de Ceará, nascido a 22 de setembro de 1939, é atualmente advogado inscrito na OAB de Rondônia sob o n.º 52B, com CPF n.º 003349283/2 e identidade n.º 374570 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. Seu escritório de advocacia, chamado “Pronto Socorro Jurídico”, está situado à Av. Rogério Weber, n.º 2027, na cidade de Porto Velho, em Rondônia, tendo os seguintes telefones (69)221 4350 e (69)221 4355.

É advogado de Darly Alves da Silva, um dos acusados pelo assassinato do líder seringueiro Chico Mendes.

João Lucena é citado em 4 diferentes listas do Projeto Brasil Nunca Mais, contidas no tomo II, volume III “Os Funcionários”. Na primeira lista “Pessoas diretamente envolvidas em torturas”, seu nome aparece 7 (sete) vezes, às páginas 26 e 32. É indicado como policial e/ou agente da Polícia Federal do Ceará e tais denúncias referem-se aos anos de 1970 e 1973.

Há neste caso, 7 (sete) depoimentos e ex-presos políticos contra João Lucena Leal. São eles:

Fabiani Cunha, professor, 30 anos em 1970, denuncia torturas na Polícia Federal do Ceará, nas quais Lucena participou diretamente.

Tais denúncias encontram-se às páginas 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, e 906 do Tomo V, no volume 1 “As Torturas” do Projeto BNM. Eis alguns trechos de seus depoimentos:

“(…) que o interrogando foi levado para uma cela inferior e, lá, foi pendurado na posição de “pau-de-arara” pelos policiais Peres e Lucena; que o interrogando se encontrava praticamente nu, passando a ser açoitado nos rins com uma vassoura de pêlos (...); que o interrogando desmaiou por três vezes (...) que o interrogando após os maus-tratos recebidos não conseguia engolir coisa alguma, pois, imediatamente vomitava (...). Esclarece que tais fatos se teriam passado no dia 26 para 27 de outubro do ano passado (1969)”.

O processo ao qual Fabiani Cunha respondeu está na 10ª RM/CJM sob o n.º 61/70.

José Jerônimo de Oliveira, estudante, 26 anos em 1970, também denuncia torturas sofridas na Polícia Federal do Ceará, nas quais Lucena participou diretamente. Tais denúncias encontram-se da página 560 à 563, do Tomo V, volume 2 “As Torturas” no Projeto BNM.

Eis alguns trechos de seus depoimentos:

“(…) que o interrogando deseja ressaltar os maus tratos que lhe foram infligidos desde o momento de sua prisão, constituindo tais maus tratos em ofensas morais, pancadas nas nádegas, pancadas com sapatos no tórax, tapas nos ouvidos e ameaças de morte (...) sendo o autor da ameaça de morte o agente Lucena; (...) que os referidos maus tratos se repetiram por diversos dias (...); que o interrogando esclarece que a ameaça de morte que lhe foi dirigida constituiu no seguinte: o agente Lucena apontou a arma para o tórax do interrogando e perguntou ao agente Deusdedith: atiro para matar?”; tendo o agente Deusdedith permanecido em silêncio, foi a arma apontada ao ouvido esquerdo do interrogando e foi afirmado pelo agente Lucena que atiraria para matar”.

O processo ao qual José Jerônimo respondeu é o mesmo que o de ex-presos políticos anteriormente citado, no Projeto BNM leva o n.º 194 e está à página 148 do Tomo II, volume I “A pesquisa BNM” .

Geraldo Majela Lins Guedes, comerciante, 24 anos em 1973, também denuncia torturas sofridas na Polícia Federal do Ceará e num local ignorado para onde foi levado por João Lucena Leal, que também participou de suas torturas. Tais denúncias encontram-se da página 37 à 43, do Tomo V, volume 2 “As Torturas “ do Projeto BNM.

Eis alguns trechos de seus depoimentos:

“(…) que das testemunhas arroladas, conhece João Lucena Leal, pois foi esse policial quem efetuou a prisão do interrogando em Icó; foi esse policial que, juntamente com outros, conduziu o interrogando para o local ignorado, onde o mesmo Lucena aplicou torturas em outras pessoas em presença do interrogando; (...) que durante o trajeto, por duas vezes, o veículo parou, quando, então, foi ameaçado de morte pelo policial de nome João Lucena Leal; que Lucena dizia ao interrogando que ele, interrogando, era comunista e pertencia a uma organização clandestina; que, nessas ocasiões, o interrogando respondia negativamente; que Lucena acrescentava que com elementos da natureza do interrogando. O governo mandava matar e deixar no meio da rua; (...) que, no local ignorado para onde foi levado, presenciou torturas em José Leite Filho que estava despido e sofrendo aplicação de “pau-de-arara”, bem como choques elétricos e pancadas em seu corpo; (...) tem quase certeza de que foi quebrado por impacto no corpo de José Leite Filho um cabo de vassoura, pois enquanto o mesmo estava sendo torturado, o interrogando viu quando um de seus torturadores, no caso João Lucena Leal

veio até ele, interrogando, que ele estava vendo como “eram as coisas”; que, igualmente presenciou torturas em José Tarcísio Crisóstomo Prata; que sofreu aplicação de “pau-de-arara”, choques e pancadas; que, quando o referido José Tarcísio estava na posição de “pau-de-arara”, o mesmo João Lucena Leal encostou o solado de seu calçado no rosto do preso e disse para o mesmo que ele podia aspirar aquele odor, pois, se tratava de perfume francês; que também estava nesse local e foram torturados o professor Antônio dos Santos Teixeira e Pedro Grajeiro do Amorim; (...) que a equipe de policiais que conduziu o interrogando para esse local ignorado era composta dos seguintes elementos: Ozanan, como motorista; Jair, Benedito, Nelson da Silva Meira e João Lucena Leal” .

O processo ao qual Geraldo Magela Lins Guedes respondeu está na 10ª RM/CJM, sob o n.º 19/73.

José Auri Pinheiro, estudante, 22 anos em 1973, também denuncia torturas sofridas na Polícia Federal do Ceará e num local ignorado para onde foi levado por João Lucena Leal que também participou de suas torturas.

Tais denúncias encontram-se da página 463 à 465, do Tomo V, volume 2, “As Torturas”, do Projeto BNM.

Eis alguns trechos de seus depoimentos:

“(...) que conhece apenas a testemunha João Lucena Leal, tendo a alegar contra o mesmo ter sido essa testemunha quem conduziu o interrogando para um determinado local onde foi por ele, testemunha, torturado (...) que chegando em Fortaleza, foi recolhido à Polícia Federal e, pela manhã, conduzido pelo policial João Lucena Leal a um local que entende seja destinado a torturas; que, nesse local, foi perguntado por João Lucena Leal acerca de nomes de pessoas e de organizações, indagado se essas pessoas e organizações eram do conhecimento do interrogando; que o interrogando respondeu negativamente e, em face disso, o policial João Lucena Leal colocou um fio ligando um dos dedos da mão do interrogando a um dos dedos de um pé do mesmo; que foi-lhe aplicado choques elétricos; que variavam de posições; que esse fio colocado em outras partes do corpo do interrogando, recebendo os mesmos choques, inclusive, nos testículos; (...) que foi colocado na posição de “pau-de-arara”, por duas vezes; (...) que ainda nessa posição, foi inquirido e recebeu ameaças e mesmo pancadas a cacetes, desferidas pelo policial João Lucena Leal”.

O processo ao qual José Auri Pinheiro respondeu é o mesmo que do ex-presos político anteriormente citado.

José Tarcísio Crisóstomo Prata, arquiteto, 28 anos em 1973, também denunciou torturas sofridas na Polícia Federal do Ceará e num local ignorado para onde foi levado por João Lucena Leal, que também participou de suas torturas.

Tais denúncias se encontram na página 658 à 663, Tomo V, Volume 2, “As Torturas”, do Projeto BNM.

Eis alguns trechos de seus depoimentos:

“(…) que das testemunhas arroladas, conhece apenas o de nome João Lucena Leal, tendo a alegar contra o mesmo haver sido ele um de seus torturador; que conheceu João Lucena Leal após a prisão; (...) que na referida casa o interrogando recebeu pancadas, choques elétricos e aplicação da modalidade de tortura conhecida “pau-de-arara”; que outrossim teve suas mãos amarradas para trás, chegando em dita casa com capuz introduzido em sua cabeça; que estas torturas lhe foram aplicadas durante os quatro dias de permanência em tal casa; (...) que, desse local, foi removido para o 23 BC. E, de lá, freqüentemente era levado à polícia Federal, onde prosseguiam os interrogatórios; que, inclusive, foi ameaçado verbalmente por parte do policial de nome Juca Xavier, o qual de certa feita, disse ao interrogando que iria chamar, como realmente o fez, os policiais que tomaram parte nas torturas da casa de campo e que eram: Dr. Alan, Dr. Leônidas e João Lucena leal (...). Que igualmente foram torturados naquela casa de campo, os seguintes presos: José Leite Filho, Pedro granjeiro, João Aracati, um velho chamado professor e um filho deste último, menor de 16 anos; que, além dessas pessoas, também lá estiveram: Geraldo Magela Lins Guedes e Luís Carlos Leite”.

O processo ao qual José Tarcísio Crisóstomo Prata respondeu é o mesmo que o dos outros dois ex-presos políticos anteriormente citados.

Em reportagem da revista Veja, de 05 de setembro de 1990, após as denúncias feitas pelo GTNM/RJ, à página 28 e sob o título “O advogado do Porão”, José Tarcísio Crisóstomo Prata dá o seguinte depoimento sobre João Lucena Leal; “Ele não se importava em ver sua vítima ter espasmos ou desmaiar, queria mais sofrimento”.

Paulo Farias Veras, estudante, 21 anos em 1973, também denuncia torturas sofridas na Polícia Federal do Ceará com a participação de João Lucena Leal.

Tais denúncias encontram-se às páginas 440 e 441, do Tomo V volume 3 “As Torturas” do Projeto BNM. Eis alguns trechos e seu depoimento:

“(…) que das testemunhas arroladas ao interrogatório conhece apenas a de nome João Lucena Leal, que colocou um capuz na cabeça do interrogando, quando este foi retirado de sua cela na Polícia Federal e a de nome Nelson da Silva Meira que, juntamente, com o policial de nome Porci assistiram ao espancamento do interrogando, quando esteve preso na Escola de Aprendizes de Marinheiros”.

O processo ao qual Paulo Farias Veras respondeu é o mesmo dos três ex-presos políticos anteriormente citados.

Ricardo de Matos Esmeraldo, estudante, 24 anos em 1973, também denunciou torturas na Polícia Federal do Ceará e num local ignorado para onde foi levado por João Lucena Leal, que também participou de suas torturas.

Tais denúncias encontram-se às páginas 590 e 591, do Tomo V, volume 3 “As Torturas” do Projeto BNM. Eis alguns trechos de seu depoimento:

“(...) que, então, teve fios elétricos amarrados nos dedos das mãos e dos pés, recebendo aplicações de choques; que recebeu pancadas. Chutes e tapões com as mãos espalmadas, inclusive, nos ouvidos; (...) que durante essa inquirição havia uma pessoa que, postada às suas costas, segurava a venda de seus olhos; que essa pessoa tinha a mesma voz daquele que acompanhou o agente Barbosa quando da inquirição no apartamento; que veio a saber que essa pessoa se chamava João Lucena”.

O processo ao qual Ricardo de Matos Esmeraldo respondeu é o mesmo que o dos quatro ex-presos políticos citados anteriormente; no Projeto BNM leva o n.º 696 e está à página 224, do tomo II, volume 1 “A Pesquisa BNM”.

Além dessa primeira lista, João Lucena Leal é ainda indicado em outras três listas constantes no Projeto BNM.

Na segunda lista de “Pessoas Envolvidas em Prisões e Cercos”, seu nome aparece uma vez à página 71, do Tomo II, volume III “Os Funcionários”. É indicado como agente auxiliar da Polícia Federal do Ceará que, em agosto de 1970, participou do processo que apurava o assalto e o seqüestro de um comerciante na cidade de São Benedito, no estado do Ceará, provavelmente, segundo as autoridades, por militantes da ALN. A descrição de tal processo, que no Projeto BNM leva o n.º 20, está à pág. 149 do tomo II, volume 1, “A Pesquisa BNM”. Encontra-se na 10ª RM/CJM sob o n.º 64/70

Na terceira lista do Projeto BNM que indica “Pessoas Envolvidas em Diligências e Investigações”, João Lucena Leal tem seu nome citado uma vez, à pág. 100 do Tomo II, volume III “Os Funcionários”. É indicado como agente auxiliar da Polícia Federal do Ceará que, em janeiro de 1972, participou do processo que apurava a possível estruturação de uma ala dissidente da ALN no Nordeste. A descrição de tal processo, que no Projeto BNM leva o n.º 461, está à página 190, Tomo II, volume I “A Pesquisa BNM”. Encontra-se na 10ª RM/CJM sob o n.º 23/72.

Na quarta lista que indica a relação de “Membros dos Órgãos de Repressão”, o nome de João Lucena Leal aparece três vezes à página 225, do Tomo II, volume III “Os Funcionários”, como agente da Polícia Federal do Ceará e envolvido diretamente em torturas.

Na primeira vez a denúncia é de janeiro de 1971, estando envolvido no processo que

apurava um assalto realizado na fábrica Coca Cola em Fortaleza, provavelmente segundo as autoridades, por militantes da ALN. A descrição de tal processo, que no Projeto BNM leva o n.º 168, está na página 144, do Tomo II, volume 1, “A Pesquisa BNM”. encontra-se na 10ª RM/CJM sob o n.º 01/71.

A segunda denúncia é também de janeiro de 1971, estando Lucena envolvido no processo que apurava assalto a uma residência provavelmente, segundo as autoridades, por militantes da ALN. A descrição de tal processo que, no Projeto BNM leva o n.º 194, está à página 148, do Tomo II, volume 1, “A Pesquisa BNM”. Encontra-se na 10ª RM/CJM sob o n.º 61/70 e é o mesmo a que responderam os ex-presos políticos Fabiani Cunha e José Jerônimo de Oliveira, que denunciaram terem sofrido torturas infligidas por João Lucena Leal.

A última denúncia é de outubro de 1970, estando envolvido no processo que apurava assalto ao Instituto de Matemática da Universidade Federal do Ceará, provavelmente, segundo as autoridades, por militantes da ALN. A descrição de tal processo que, no Projeto BNM leva o n.º 617, esta à página 213, do Tomo II, volume 1, “A Pesquisa BNM”. Encontra-se na 10ªRM/CJM sob o n.º 02/71.

Posteriormente, levantou-se que João Lucena Leal foi demitido a bem do serviço público; não se sabendo porquê, nem quando.

Em 1882 candidatou-se a deputado federal pelo PDS de Rondônia, ficando como suplente. Em 1985 assumiu o cargo. Em 1986, novamente candidatou-se a deputado federal pelo PFL de Rondônia.

Numa reportagem publicada pela Revista Veja, de 09 de dezembro de 1998, com o título “Esse maldito passado”, João Lucena Leal deu as seguintes declarações:

“(…) e preso não tem resistência. Vai resistir para quê? Para morrer? Eu dava dez, quinze socos, mas não na cara, pois arrebenta o maxilar, quebra os dentes. Eu batia na barriga, no peito. Não deixava marca, hematoma, nada. Aí eles davam a informação. Eu sempre procurei prender vivo. Assim a gente podia desenvolver a investigação e avançar no trabalho. Pratiquei muita ação psicológica. Levava o cara para a estrada e parava o carro. Aí dizia: “Vamos matar”. Ele sabia que matava. (...) Quando colocava a mão em um terrorista, levava para um descampado, à noite, e dizia: “Ou você confessa ou está rachado. Vamos te matar agora”. (...) E a ordem era baixar o pau. Então, eu baixava o pau. (...) Dizer que ninguém morreu ou foi espancado é negar a própria história.”

Ainda segundo a reportagem: “(...) Há quinze anos, João Lucena Leal, já instalado em Porto Velho, trocou a polícia pela banca de advogado. Especializou-se na defesa de traficantes de drogas. Pelas suas contas, já defendeu “uns 300” e, geralmente, com sucesso. “Eu sei tudo sobre como se monta um inquérito falso”, declara. “Por isso,

acabo convencendo os juízes de que os inquéritos contra meus clientes são forjados”

Tendo em vista a gravidade de tais fatos, mostrada principalmente através dos vários depoimentos de ex-presos políticos, solicitamos que, em nome da construção de uma nação democrática, medidas sejam tomadas pelas OABs seccionais e pela OAB/Federal.

Dezembro de 2000

ANEXO VIII

Fotografias de cartas Chico Mendes com denúncias às autoridades denunciando ameaças

Carta de Chico Mendes ao Superintendente da Polícia Federal do Acre, Mauro Sposito

Xapuri, 30 de novembro de 1988

11^{mo} Sr Dr,
Mauro Sposito
DD: Superintendente da Polícia Federal do Acre,
Rio Branco-Ac.

Prezado Sr,

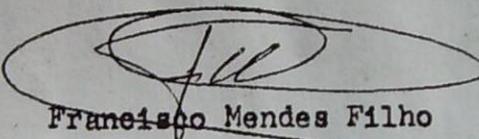
Venho pelo presente expressar-lhe, a nossa preocupação com relação aos últimos acontecimentos relacionados aos pistoleiros Darli Alves e Alvarino Alves, ambos proprietários da fazenda "PARANÀ" em Xapuri. Como é do conhecimento de V.Sa, desde o mes de setembro do corrente ano foi expedida, pelo Exm^o Sr. Juiz de Direito da Comarca de Xapuri (digo) de Umuarãma -PR, mandado de prisão para os referidos pistoleiros, cujo mandado foi encaminhado para sua mão para que fosse cumprido imediatamente. Depois de alguns dias de atraso, o Juiz da Comarca de Xapuri, recebe o mandado de prisão e na mesma hora manda executar-lo. A policia Militar de Xapuri, atendendo ordem do Juiz, deslocou-se imediatamente para a fazenda PARANÀ afim de cumprir a ordem e, para surpresa da PM, ao cercarem a residencia dos pistoleiros os mesmos já estavam foragidos. Ou seja, já tinham sido avizados com antecedência. Na ocasião houve muita especulação e dúvida sobre quem devia ter avizado os pistoleiros. E para surpresa minha e de todos os companheiros tivemos a informação de que o Sr, foi o autor do aviso, ou seja, deu todas as dicas para que os mesmos se livrassem da prisão. As informações não partem dos próprios pistoleiros e de seus filhos que se orgulham em dizer que seus pais têm muitos amigos, inclusive na policia Federal que os colocam a par de tudo. Alvarino Alves, um dos pistoleiros, se gaba de ser amigo do Dr, Mauro Sposito, e que inclusive a meses atras recebeu autorização para usar um revolver de cal.38, MAGNO de fabricação estrangeira. Veja bem Dr, Mauro, estas declarações partem dos próprios pistoleiros que afirmam que tem o seu apoio. E agora como fica esta situação?. Nós que apesar de sermos muitas vezes acusados e caluniados de agitadores, de criarmos a baderna, nunca pautamos pela violencia, e nunca uma gota de sangue foi derramada sob nossa responsabilidade. Enquanto isso o Sr, é sabedor que hoje sou obrigado a andar com dois guardas de segurança porque Darli, Alvarino, já disseram que só se entregarão a justiça depois que verem meu cadaver. Seus jagunços andam á vontade por todos os lugares espalhando a intimidação, e quando em Xapuri a PM, prende qualquer um dos pistoleiros a policia civil solta imediatamente, por ordem do Delegado e do Prefeito da cidade, e só pode ser tambem com apoio da Secretaria de segurança. Não é ação que o escrivão de policia de Xapuri, é irmão dos dois pistoleiros numa demonstração clara de que existe de fato um complô organizado para se dá cobertura ao crime organizado em Xapuri, cujas vítimas são os trabalhadores e suas lideranças.

Não podemos ficar calado diante uma situação desta natureza. Não é possível se ficar calado diante a tanta injustiça. Nunca foi costume nosso criar atritos com quem quer que seja. Mais agora não dá para ficar no silêncio. São Vidas humanas que estão em jogo. São dezenas de vidas que já foram ceifadas brutal e covardemente. O incidente do dia 27 de maio é em Xapuri, quando foram feridos dois seringueiros, o assassinato de Ivair Higino dia 18 de junho, o assassinato de José Ribeiro, em meados de agosto tudo isso acontecendo a mando e sob as ordens criminosas de um bando de assassinos frios e que se dizem apoiados pela Secretaria de Segurança, e outras autoridades.

Esta carta é no sentido de se tentar esclarecer o que está por trás de tudo isso. O que significa Darli, e Alvarino ficarem muitos dias em Brasília muita gente saber menos as autoridades de segurança daquela município ?, Como fica o conceito eo relacionamento da PF, e da Secretaria de segurança do Estado diante tudo isso ?.

Aqui encerro esta humilde carta mais que expressa a minha preocupação por tudo que vem acontecendo além das informações surpreendentes.

Atenciosamente



Francisco Mendes Filho
Presidente do S.T.R. de Xapuri, Membro
do Conselho Nacional de Seringueiros.

Carta de Chico Mendes ao Juiz de Direito

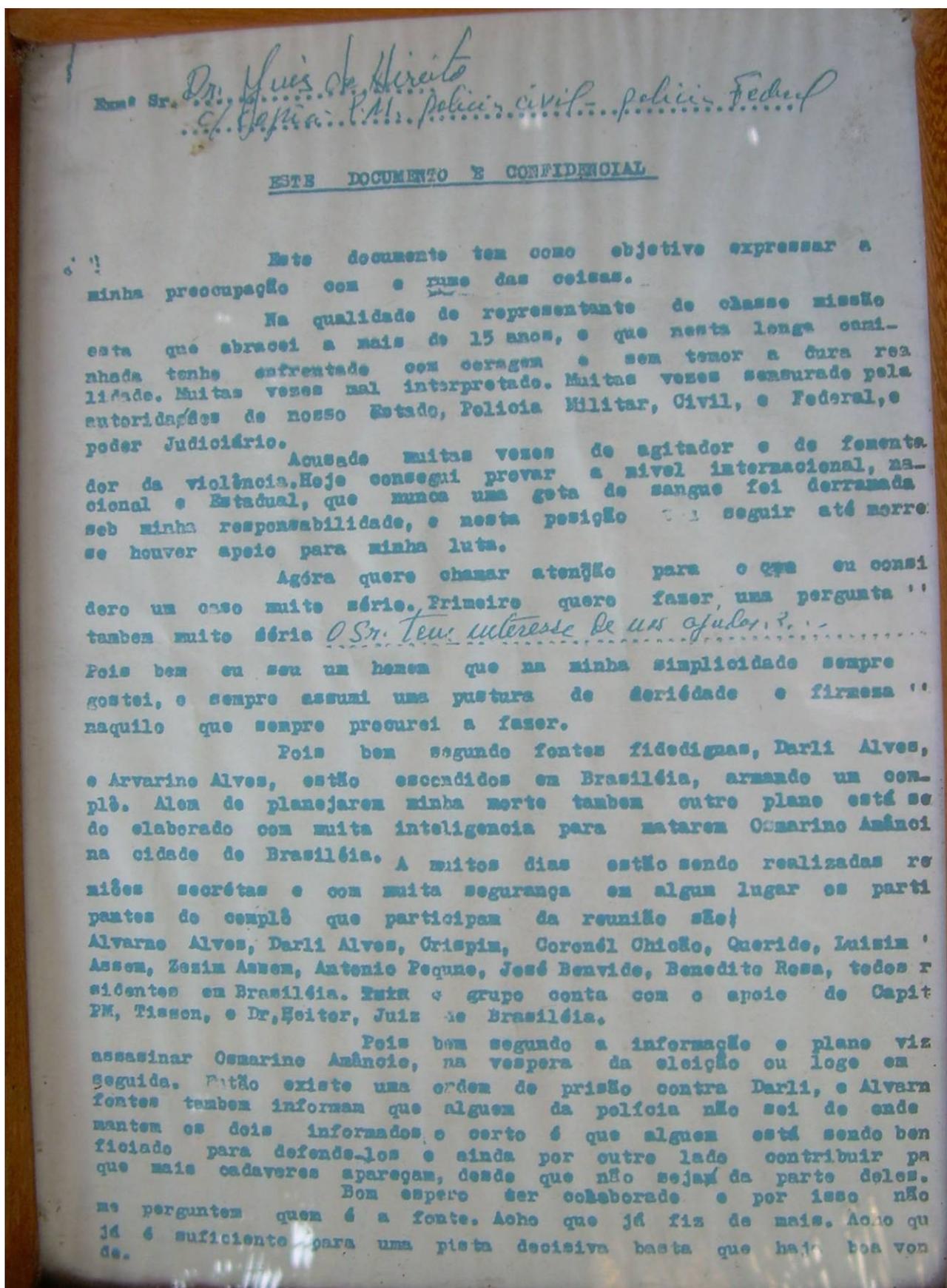
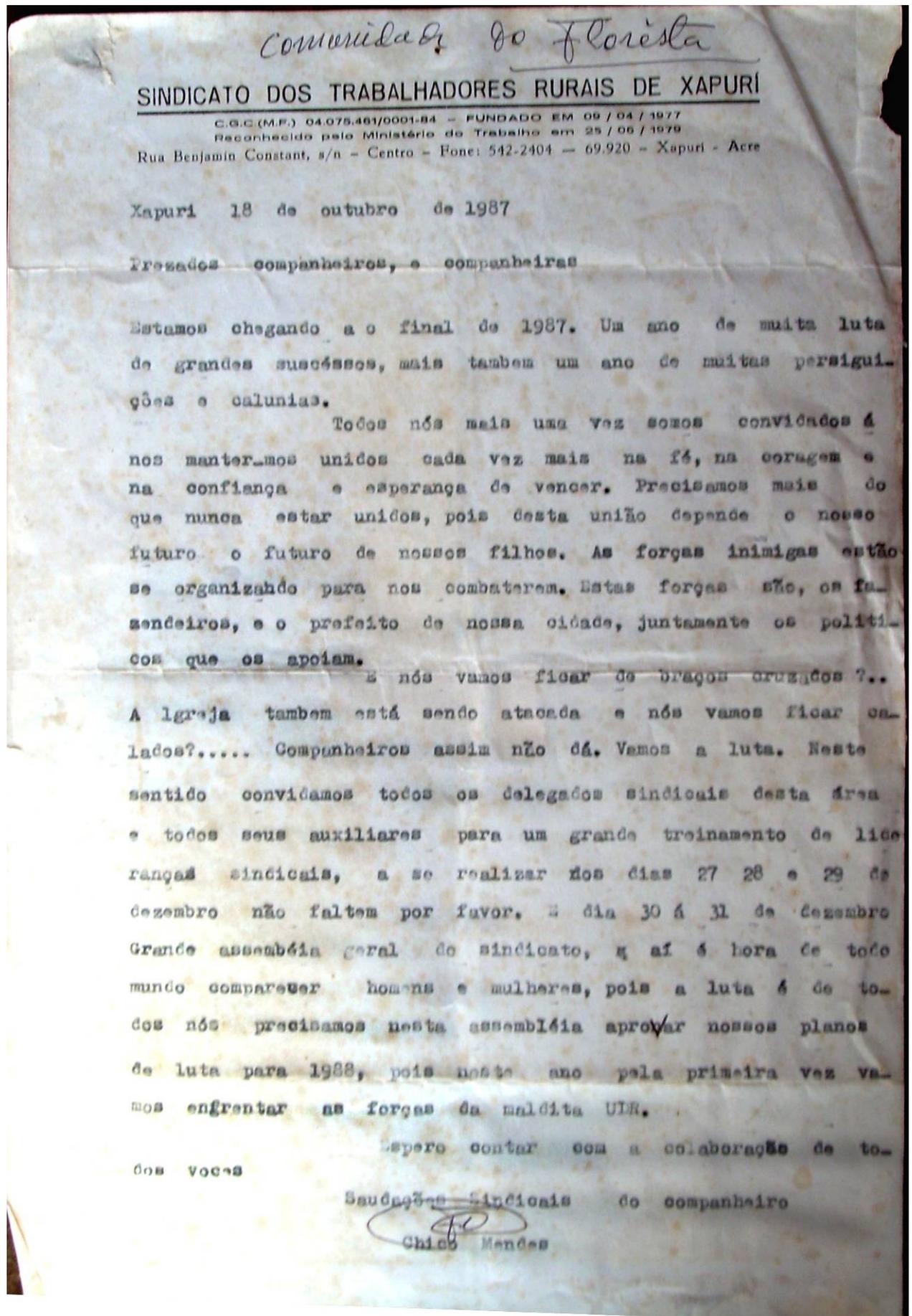


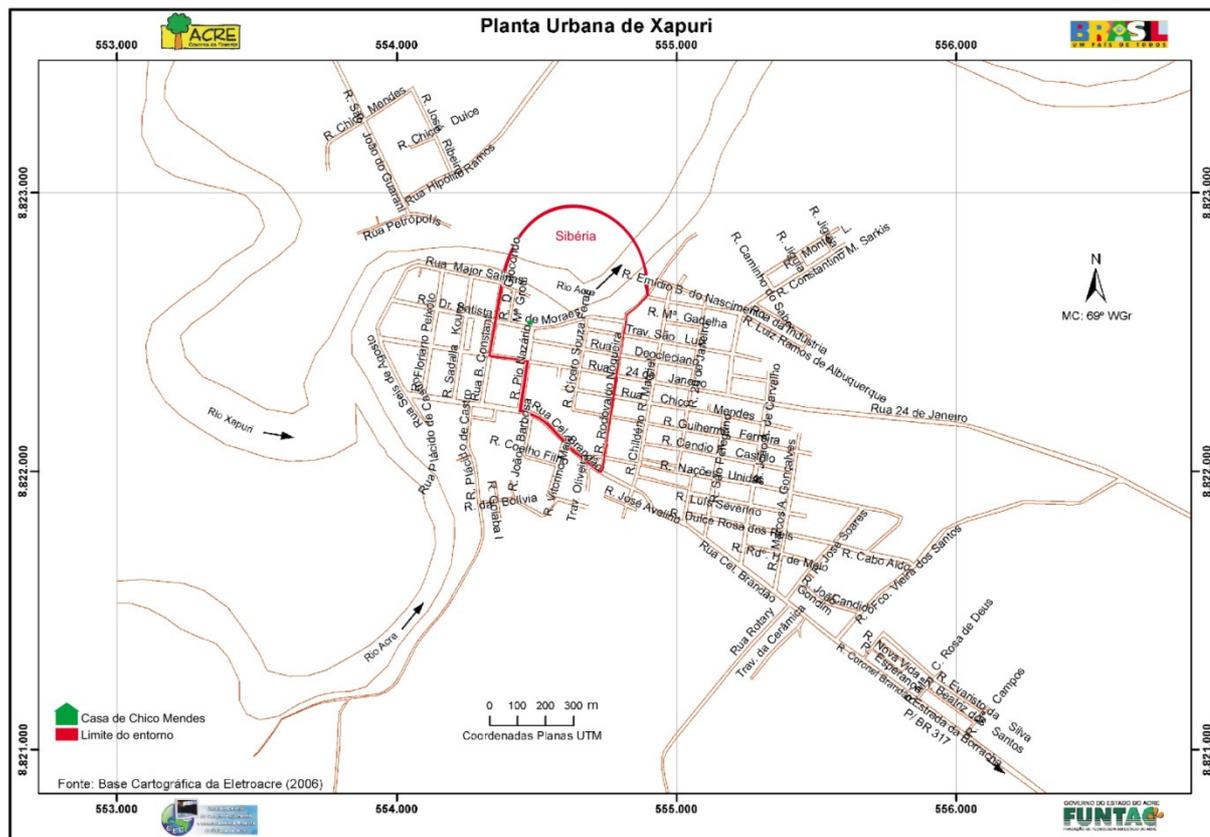
Foto: José Aguilera. Acervo Fundação Chico Mendes.

Carta de Chico Mendes aos Trabalhadores Rurais



ANEXO IX

Delimitação do Entorno da Casa de Chico Mendes

**Delimitação do perímetro do Entorno da Casa de Chico Mendes**

O ponto inicial é o formado pelo encontro do prolongamento na direção Norte do eixo da Rua Benjamin Constant com a margem norte do Rio Acre, daí continua na direção sul pelo eixo da Rua Benjamin Constant até o encontro com o eixo da Rua Coronel Brandão. A partir deste ponto segue na direção sudeste pelo eixo da Rua Coronel Brandão até o encontro com o eixo da Rua Rodovaldo Nogueira. Segue pelo eixo desta rua, na direção Norte, até o encontro com o eixo da Rua Luis Ramos de Albuquerque. A partir deste ponto o limite do entorno forma um semicírculo de aproximadamente 400m de diâmetro e que tem como base a ligação do ponto de encontro dos eixos das ruas Rodovaldo Nogueira e Luis Ramos de Albuquerque com o ponto inicial do perímetro formado pelo encontro do prolongamento na direção Norte do eixo da Rua Benjamin Constant com a margem norte do Rio Acre.